

PROEP 2006

Relatório Semestral de Progresso

Período 1.7.2006 a 31.12.2006

2ª Versão

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC

PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional/MEC

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC

TITULARES EM 2004

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Diretor do Departamento de Desenvolvimento e Programas Especiais

TITULARES NO PERÍODO CONSIDERADO (2006)

(Portaria nº 376 de 02/02/2005, que transferiu a gestão do PROEP para o FNDE).

Presidente FNDE

Diretor de Assistência a Programas Especiais do FNDE

Coordenador Geral do Programa



INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Contrato de Empréstimo: BID 1052/OC-BR

Título do Programa: Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP

Agência Executora:

- No ano de 2004 – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC
- Atual (a partir de 02/02/2005) – FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC

Data de Assinatura de Contrato do Projeto: 24/11/1997

Data Efetiva do Início das Atividades: 01/12/1998

Data Limite para Comprometimento de Recursos: 22/12/2006

Data para o Último Desembolso: 31/05/2007



A demanda pelo ensino profissionalizante cresce ano a ano no País, como busca pelo ingresso e permanência no mercado de trabalho de milhares de jovens e adultos. Para suprir essa necessidade, o Governo Federal criou o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP. Os investimentos prioritários para a educação profissional são feitos na construção e expansão de escolas, modernização de laboratórios, compra de equipamentos e livros, desenvolvimento técnico-pedagógico e elaboração de novos modelos de gestão.

O presente Relatório de Progresso contém informações sobre a execução do PROEP durante o período de julho a dezembro de 2006, suas metas, resultados e desafios a serem superados. Os resultados informados, juntamente com os dados das realizações físicas e financeiras, demonstram que, durante o referido período, o Programa obteve um desenvolvimento bastante relevante em relação às ações propostas no Orçamento de 2006. Em anos anteriores, o PROEP passou por diversas situações que impediram o desenvolvimento de algumas ações planejadas no seu Plano de Metas, tais como: a transferência do Programa do MEC para o FNDE – que tem uma estrutura totalmente diferenciada da adotada anteriormente –, as turbulências causadas pela transição, entre outras.

No entanto, a partir de um processo de reformulação na metodologia de trabalho, o Programa experimentou uma fase de expressivas mudanças. Após um período de estudo e mapeamento dos problemas apresentados nos anos anteriores, pode-se chegar a um diagnóstico satisfatório, com a implementação de diversas melhorias, as quais encontram-se elencadas no presente Relatório, ao lado das medidas adotadas no processo de finalização do Programa, que se encontra em sua fase final de execução.

Leopoldo Jorge Alves

Diretor de Assistência a Programas Especiais
DIPRO/FNDE/MEC



1. INTRODUÇÃO	05
2. PLANO OPERATIVO ANUAL – POA 2006	09
3. SUBPROGRAMA A - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GLOBAIS (PROJETOS NACIONAIS)	10
3.1 DESENVOLVIMENTO GERENCIAL	11
3.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	12
3.3 DESENVOLVIMENTO CURRICULAR	14
3.4 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS	14
3.4.1 Estudos de Mercado de Trabalho	14
3.4.2 Acompanhamento de Egressos	15
3.5 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	15
3.6 SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL	16
3.7 CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	16
4. SUBPROGRAMA B – PLANOS ESTADUAIS E PROJETOS ESCOLARES	17
5. REGULARIZAÇÃO DOS PROCESSOS E EXECUÇÃO FÍSICA	19
6. SISTEMAS GERENCIAIS DE INFORMAÇÃO	22
6.1 RECUPERAÇÃO DO LEGADO DOS CONVÊNIOS DO PROEP	26
7. LICITAÇÕES E PREGÕES	28
8. SUPORTE AO PROJETO ESCOLA DE FÁBRICA	30
9. MISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO 2006	32
10. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	34
11. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA	36
11.1 STATUS DOS CONVÊNIOS DO PROEP	41
11.2 FEDERALIZAÇÃO E ESTADUALIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS DO PROEP	43
12. PERFIL DAS ESCOLAS E PLANO DE AÇÃO	47
13. CONCLUSÃO	63
ANEXO I	66



O Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP é uma iniciativa do Ministério da Educação – MEC para implementação dos preceitos e dispositivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e do Decreto nº 2.208/97 que regulamentou dispositivos dessa Lei.

O PROEP teve seu início em 24 de novembro de 1997. Visa à implantação da reforma da educação profissional, especialmente no que diz respeito às inovações introduzidas pela legislação. Abrange aspectos técnico-pedagógicos, como flexibilização curricular, gestão escolar que contemple a autonomia, flexibilidade, captação de recursos e parcerias, garantindo a expansão da rede de educação profissional.

Através do Programa, procura-se criar um sistema de educação profissional (educação para o trabalho) separado do ensino médio e do ensino universitário. O referido sistema habilita jovens e adultos para o mercado de trabalho mediante a oferta de cursos pós-médios não universitários e cursos livres de nível básico e de aperfeiçoamento, com o objetivo de obter uma oferta, dentro do país, de mão-de-obra melhor qualificada.

Concomitantemente, foram financiados estudos para preparar uma reforma do ensino médio acadêmico, bem como apoiar a disseminação da revisão curricular e Planejamento Estratégico para expansão e melhoria desse nível de ensino.

Os principais objetivos específicos do Programa são:

- a) Fortalecer no MEC e nas Secretarias Estaduais, responsáveis pela educação profissional, as funções de normatizar, apoiar, coordenar, monitorar e avaliar o desempenho do sistema, bem como informar ao público acerca do mesmo;
- b) Criação, com base nas atuais escolas técnicas federais, estaduais e municipais (comunitárias), e mediante a construção de novas unidades, de uma rede de Centros de Educação Profissional (CEP's);
- c) Utilização de pesquisas de demanda e de estudos de tendências de mercado de trabalho para a determinação dos cursos que deverão ser oferecidos;
- d) Oferta curricular com organização modular, de acordo com os requisitos de capacidade ocupacional para cada profissão;
- e) Promoção de colaboração entre as instituições de formação profissional, instituições públicas, empresas e sindicatos para compartilhar experiências inovadoras, desenvolver e implementar políticas integradas, e apoiar a gestão e financiamentos dos CPs através de associação ou outras formas de apoio mútuo;
- f) Incentivo à autonomia e melhor desempenho dos centros educativos através de: financiamento e participação na gestão por parte da comunidade, implantação progressiva de sistemas de financiamento na forma de captação quando se tratar de recursos públicos, e acesso público à informação referente ao desempenho e efetividade dos CPs;
- g) Criação dos sistemas de certificação de competências que contribuam para o melhor funcionamento do mercado de trabalho, facilitando uma relação flexível do trabalhador com o sistema educativo;

h) Atendimento da demanda para a qualificação e requalificação dos trabalhadores por intermédio da compra de cursos de entidades públicas e privadas, especialmente as financiadas pelo Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR);

i) Incentivo à transformação das escolas federais financiadas com recursos do Programa em escolas que atendam aos objetivos do ensino profissional, reduzindo gradualmente as matrículas no ensino médio regular;

j) Garantia de que o aumento de estabelecimentos de educação profissional dar-se-á por meio dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, isoladamente ou em associação com o setor privado, ou por meio de entidades privadas sem fins lucrativos, isoladamente ou em associação com o setor público; e

k) Estímulo à adoção de formas flexíveis de contratação de pessoal com base na legislação vigente.

O Programa, ainda, compreende os seguintes objetivos:

- **IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GLOBAIS**, que consiste em formular e implementar políticas de educação profissional com o objetivo de melhorar a qualidade da oferta dessa modalidade de educação no País;
- **REDIMENSIONAMENTO DA OFERTA DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, buscando o desenvolvimento de ações para o seu reordenamento, envolvendo aspectos de adequação de currículos, diversidade de oferta de cursos, ampliação e reforma de infra-estrutura, aquisição de equipamentos e materiais de ensino-aprendizagem e capacitação de recursos humanos;
- **REORDENAMENTO DE REDE ESTADUAL**, buscando conceber e operacionalizar planos de educação profissional em todas as unidades da Federação, envolvendo o financiamento de centros de educação profissional, visando à diversidade de oferta, a adequação e construção curricular, novos modelos de gestão, ampliação da oferta de vagas, construção, ampliação e reforma de infra-estrutura e aquisição de equipamentos; e
- **APOIO AO SEGMENTO COMUNITÁRIO**, mediante financiamento para construção de centros de educação profissional a serem geridos pela própria comunidade, com significativa expansão e diversificação da oferta de cursos e adequação às peculiaridades locais e regionais.

Para alcançar seus objetivos, e de acordo com o que rege o Acordo de Empréstimo (em seu Anexo A, II), o PROEP conta com os seguintes Subprogramas:

Subprograma A – Implantação de Políticas Globais (Projetos Nacionais), integrado pelos seguintes projetos e componentes:

- (i) Desenvolvimento Gerencial;
- (ii) Desenvolvimento Técnico-Pedagógico;
- (iii) Desenvolvimento de Recursos Humanos;
- (iv) Plano de Comunicação;
- (v) Estudo de Acompanhamento das Escolas Piloto;
- (vi) Apoio à Reforma do Ensino Médio.

Subprograma B – Planos Estaduais e Projetos Escolares (ambos de pré-investimento e de investimento)

Subprograma C – Administração do Programa

Todas as Ações Orçamentárias do PROEP, constantes do PPA 2004/2007, têm relações objetivas com suas Competências Regimentais, isto é, com os objetivos, subprogramas e seus componentes, constantes do Anexo A do documento de contrato. O Quadro I a seguir apresenta estas relações:

PROEP	AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS-PPA	POA-2005	COMPONENTES
SUBPROGRAMA A – Implantação de Políticas Globais			
12.363.1062.3687	Desenvolvimento e Implantação do Sistema de Informações da Educação Profissional	A.1.2-Sistemas de Informação da Educação Profissional - SIEP;	A.1.2.01-Implantação do sistema de Informações da Educação Profissional
12.363.1062.3681	Desenvolvimento e Implementação de Modelos de Gestão para a Educação Profissional	A.1.3-Desenvolvimento e Implementação de Modelos de Gestão	A.1.3.01-Formulação de Novos Modelos de Gestão Escolar
12.363.1062.7365	Desenvolvimento e Implementação de Parâmetros Curriculares Nacionais dos Níveis Técnico e Tecnológico	A.2.2- Adequação Curricular	A.2.2.01-Desenvolvimento de Parâmetros Curriculares Nacionais do Nível Tecnológico
12.363.1062.7742	Desenvolvimento e Implementação do Sistema Nacional de Certificação Profissional	A.2.3- Certificação de Competências	A.2.3.01-Implementação do Sistema Nacional de Certificação Profissional
12.128.1062.3676	Capacitação dos Profissionais da Educação Profissional	A.3.1-Desenvolvimento de Recursos Humanos.	A.3.1.01-Capacitação de Docentes e Técnicos Administrativos
12.131.1062.4641	Publicidade de Utilidade Pública	A.4.1- Plano de Comunicação	A.4.1.01-Desenvolvimento do Plano de Comunicação do PROEP.
SUBPROGRAMA B: Planos Estaduais e Projetos Escolares e Escola de Fábrica			
12.363.1062.3688	Desenvolvimento e Implantação de Planos Estaduais de Educação Profissional	B.1.1-Elaboração de Planos Estaduais de Educação Média e de Educação Profissional	B.1.1.02-Implementação do PEP
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.2.1-Projetos Federais	B.2.1.02-Investimento em Projetos Escolares da Rede Federal
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.2.2-Projetos Estaduais	B.2.2.02-Investimento em Projetos Escolares da Rede Estadual
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.2.3-Projetos do Segmento Comunitário	B.2.3.02-Investimento em Projetos Escolares do Segmento Comunitário
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.4.1-Bolsa-Escola de Fábrica	B.4.1.01-Bolsa Privada B.4.1.02-Bolsa Estatal
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.4.2-Administração Direta – Escola de Fábrica	B.4.2.01-Esfera Federal B.4.2.02-Esfera Estadual B.4.2.03-Esfera Municipal
12.363.1062.7109	Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional	B.4.3-Administração Indireta	B.4.3.01-Organizações não Governamentais
ADMINISTRAÇÃO			
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.1-Administração PROEP	C.1.1.01-Gasto com Pessoal
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.01-Despesa com Pessoal
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.02-Pagamento de Diárias
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.03-Remuneração de Serviços Pessoa Física
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.04-Remuneração de Serviços Pessoa Jurídica
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.05- Aquisição de Material Permanente
12.363.1062.3685	Implementação da Expansão da Educação Profissional	C.1.2-Administração da Escola de Fábrica	C.1.2.06- Aquisição de Material de Expediente

O Programa decorre do Acordo de Empréstimo nº 1.052/OC-BR, assinado entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com uma operação de crédito inicial de US\$ 250 milhões do BID e US\$ 250 milhões do Governo Brasileiro, totalizando US\$ 500 milhões, com sua vigência final prevista, inicialmente, para novembro de 2006.

Em 9 de dezembro de 2003, foi encaminhada à COFIEX/MPOG a proposta de redução do valor global do Contrato de Empréstimo nº 1052/OC-BR em US\$ 100 milhões, sendo US\$ 50 milhões de recursos provenientes do financiamento do BID e outros US\$ 50 milhões do montante da Contrapartida Nacional que é formada, em proporções iguais, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cujo apoio foi formalizado na reunião do CODEFAT, realizada em 02 de julho de 1997, que deliberou favoravelmente, comprometendo-se a alocar recursos, inicialmente, da ordem de US\$ 125 milhões.

Em 2005 também foi enviada à COFIEX/MPOG uma segunda proposta de redução de recursos de US\$ 88 milhões, sendo US\$ 44 milhões de recursos do BID e 44 milhões da Contrapartida Nacional, ocorrendo uma nova redução no valor do contrato, contando hoje com o montante de US\$ 312 milhões, conforme quadro a seguir:

QUADRO II – DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO CONTRATO (em US\$)

CONTRATO/ FONTE	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
BID 1052/OC-BR	156.000.000,00	156.000.000,00	312.000.000,00

No primeiro semestre de 2006 foi encaminhado à COFIEX/MPOG um pleito de prorrogação do prazo de comprometimento dos recursos do empréstimo, de 24.05.2006 para 22.12.2006, e do prazo de desembolso de 24.11.2006 para 31.05.2007. O Grupo Técnico da COFIEX, reunido em 10.05.2006, recomendou a aprovação do pleito relativo ao Contrato de Empréstimo BID-OC nº 1052, conforme requerido, condicionando a prorrogação dos prazos supramencionados à apresentação de documentação demonstrando: “i) os valores contratados e o saldo do financiamento; e ii) a comprovação de gastos, junto à Secretaria do Tesouro Nacional, dos recursos do empréstimo já repassados aos co-executores”.

Em setembro de 2006, na ocasião da Missão de Administração, os especialistas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID concordaram com a decisão do Grupo Técnico da COFIEX, quanto à prorrogação do prazo para último desembolso até 31 de maio de 2007, condicionando tal prorrogação a uma avaliação, a ser realizada em janeiro de 2007, do montante total que tiver sido comprometido pelo Programa.

Na atual gestão, o PROEP tem implementado uma política de educação profissional e tecnológica que não só visa uma adequação ao atendimento das necessidades do mercado, mas também inclui em suas prioridades as demandas sociais, partindo do pressuposto segundo o qual o Estado deve assumir papel ativo na coordenação, financiamento e execução da política de educação profissional. Nesse sentido, têm sido envidados esforços significativos para o reordenamento, não apenas de seus processos gerenciais, mas também para a ampliação da infra-estrutura setorial e a qualificação dos agentes institucionais envolvidos, visando fazer da educação profissional e tecnológica uma peça chave para o desenvolvimento do país.

2. PLANO OPERATIVO ANUAL – POA 2006



O POA 2006 foi elaborado de acordo com os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual da União – LOA/2006, promulgada em 16 de maio de 2006, totalizando R\$ 175,92 milhões de reais, o equivalente a US\$ 75,50 milhões.

Para cumprir as metas de desembolso junto ao BID, o PROEP contou com R\$ 175,92 milhões (US\$ 75,50 milhões) da LOA de 2006, transferidos durante o ano, R\$ 102,47 milhões (US\$ 43,98) transferidos aos convenientes e ainda não comprovados junto ao Programa, e R\$ 93,27 milhões (US\$ 40,03 milhões) de Restos a Pagar (RAP) referentes ao exercício anterior de 2005. O Programa movimentou, até o final do ano de 2006, um total de R\$ 371,66 milhões (US\$ 159,51 milhões).

Para o ano de 2006 a meta assumida pelo Programa foi comprometer a totalidade (100%) dos recursos restantes do Contrato de Empréstimo, até dezembro de 2006, e comprovar a totalidade dos gastos até maio de 2007 e, para atingir tal objetivo, foi elaborado um Plano de Metas. O cumprimento das metas contidas neste Plano possibilitou, de julho de 2006 até o final do ano, a conclusão de uma média de 110 convênios que se encontravam em diferentes níveis de execução.

QUADRO III – SÍNTESE DO PLANO OPERATIVO ANUAL - POA 2006 (revisado) (segundo Subprograma e Categoria)

DISCRIMINAÇÃO	VALORES PROGRAMADOS		VALORES COMPROVADOS (DT 70 a 83)		%
	em R\$	em US\$	em R\$	em US\$	
SUBPROGRAMA A. Implantação de Políticas Globais	5.000.000,00	2.145.922,75	3.191.978,26	1.369.947,75	64%
2.1 Equipamentos	88.400,00	37.939,92	-	0,00	0%
2.2 Serv. Consultoria	511.600,00	219.570,82	753.141,46	323.236,68	147%
2.3 Capacitação	4.350.000,00	1.866.952,79	1.219.375,79	523.337,25	28%
2.4 Serv. Especializados	50.000,00	21.459,23	1.219.461,00	523.373,82	2439%
SUBPROGRAMA B. Planos Estaduais e Projetos Escolares	158.980.528,00	68.231.986,26	76.367.207,11	32.775.625,37	48%
3.1 Obras	34.208.591,45	14.681.798,90	28.963.955,08	12.430.882,01	85%
3.2 Equipamentos	56.727.156,87	24.346.419,25	32.409.228,60	13.909.540,17	57%
3.3 Capacitação	22.521.006,57	1.940.346,17	9.691.870,84	4.159.601,22	214%
3.4 Serv. Consultoria	5.633.374,19	2.417.757,16	4.283.144,17	1.838.259,30	76%
3.5 Serv. Especializado	5.359.132,25	2.300.056,76	1.019.008,42	437.342,67	19%
3.6 Bloqueio do Orçamento	34.531.266,67	22.545.608,02	-	0,00	0%
SUBPROGRAMA C. Administração do Programa	12.000.000,00	5.150.214,59	3.651.605,82	1.567.212,80	30%
1.0 Equipamentos	200.000,00	85.836,91	60.860,00	26.120,17	30%
1.0 Capacitação	330.000,00	141.630,90	100.420,18	43.098,79	30%
1.0 Serv. Consultoria	6.700.000,00	2.875.536,48	2.038.812,33	875.026,75	30%
1.0 Outros Serviços	4.770.000,00	2.047.210,30	1.451.513,32	622.967,09	30%
TOTAL GERAL	175.920.528,00	75.502.372,53	83.210.791,19	35.712.785,92	47%

* Foi utilizada a taxa de câmbio no valor de US\$ 2,33

3. SUBPROGRAMA A – IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS GLOBAIS (PROJETOS NACIONAIS)



Para alcançar seus objetivos o PROEP conta com Subprogramas, entre eles o Subprograma A - Implementação de Políticas Globais. No segundo semestre de 2006, o Subprograma A, que tem suas ações a cargo da SETEC/FNDE/MEC, apresentou um avanço na maioria de suas metas, ressaltando-se que as ações programadas foram concluídas dentro do prazo previsto e as demais se encontram em desenvolvimento.

Destacam-se os seguintes avanços:

1. Sistema de Informações da Educação Profissional:

1. Concepção e estruturação de 04 (quatro) módulos prioritários: o Módulo Gerencial do SIEP, Módulo do Sistema de Gestão Acadêmica – SIGA, Módulo da Rede Virtual Temática da EPT – Inter-Red, e o Módulo do Observatório Nacional do Mundo do Trabalho e da EPT. Foram realizadas as ações de concepção dos módulos, elaboração de projeto de desenvolvimento, implantação, suporte e manutenção dos módulos, bem como a seleção das instituições participantes da execução dessas atividades. Também foi desenvolvido, pela Fábrica de Software do FNDE, o Sistema de Pesquisas e Avaliações (SIPAV);

2. Realização de estudos com vistas ao aprimoramento dos quatro módulos iniciais, em função do feedback de seus usuários, além da elaboração de propostas de expansão dos módulos para atendimento a diversas esferas da EPT;

3. Elaboração de novos projetos de desenvolvimento, implantação e suporte de demais módulos, visando ao máximo atendimento das demandas por informações da Secretaria e das unidades acadêmicas que ofertam EPT de diversas esferas como, por exemplo, o Módulo do Centro de Documentação e da Biblioteca Virtuais, o Módulo dos Portais Regionais e o Módulo de Pesquisa e Extensão da EPT.

2. Disseminação de conceitos, informações, princípios e Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional: Devido a diversidade de compreensão relativa não somente às denominações de curso, como também ao significado de termos utilizados pelos diversos segmentos da educação profissional, foi realizado um esforço de convergência de denominações e terminologias, por meio da constituição de grupos de trabalho envolvendo especialistas por área profissional.

3. Implementação de um sistema de certificação de competências laborais, em nível nacional: A coordenação do Grupo Interministerial responsável pela formulação da proposta para um Sistema Nacional de Certificação, nesse período, encontra-se com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Para o prosseguimento na construção de um instrumento legal que permita instituir formalmente o Sistema, o MTE informou estar no aguardo da sistematização dos resultados das audiências públicas, realizadas no final de 2005, a ser entregue por empresa contratada para esse fim por aquele ministério.

4. Estímulo à construção e permanente atualização de currículos em sintonia com o mercado de trabalho e com as aspirações de jovens e adultos das diferentes regiões do país: Para a construção de propostas melhor sintonizadas com as realidades locais foram realizados encontros com professores da rede federal e gestores dos sistemas estaduais em Brasília, durante o ano de 2006. Inicialmente foram discutidos aspectos da diversidade

econômica e de potencialidade de desenvolvimento regionais, bem como especificidades de atendimento a um público de jovens e adultos na educação profissional. Prevê-se a realização de um evento para disseminação dos resultados e proposição de um planejamento da oferta de cursos que atendam essas diretrizes. Tal evento está previsto para ocorrer no primeiro semestre de 2007.

5. Capacitação de profissionais que atuam na educação profissional: No ano de 2006, foram capacitados 2.962 profissionais (gestores, docentes e profissionais técnico-administrativos) por meio de seminários e outros encontros temáticos. Trabalhou-se com a idéia de multiplicadores cujo alcance efetivo só poderá ser calculado ao final do processo de formação em 2007.

6. Desenvolvimento de Políticas Públicas para a expansão da oferta de educação profissional, tanto no que diz respeito à garantia do acesso a uma educação pública de qualidade, quanto no que se refere ao direcionamento dos recursos públicos vinculados à educação profissional;

7. Desenvolvimento de sistema de informações sobre a EPT, com tecnologia livre e código aberto, buscando dotar a SETEC de instrumentos e ferramentas que possibilitem o exercício de sua função definidora de políticas e supervisora, estimulando um processo contínuo de avaliação, monitoramento, modernização e transparência da oferta e da expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil;

8. Realização de estudos sobre legislação da Educação Profissional.

O Subprograma A encontra-se estruturado de forma a alcançar o desenvolvimento gerencial, técnico-pedagógico, de recursos humanos e de um plano de comunicação que compreende a organização de campanhas institucionais, seminários nacionais e encontros para divulgação da reforma da educação profissional. A seguir, apresentamos as principais metas e resultados alcançados na execução das ações envolvidas na Implementação de Políticas Globais para a Educação Profissional.

3.1 DESENVOLVIMENTO GERENCIAL

Com relação às funções normativas do Subprograma A, no 2º semestre de 2006 foram discutidas proposições de alterações nos atos normativos vigentes no país, visando a melhor caracterização da Educação profissional e Tecnológica. Nessa linha, também foram revistas e normatizadas as denominações de cursos de Educação Profissional Técnica de nível superior, por intermédio do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Objetivando a criação de um espaço permanente de discussão, intercâmbio e cooperação entre instituições e pesquisadores da EPT no Mercosul, foi realizada a I Jornada Científica em Educação Profissional e Tecnológica do Mercosul, no período de 22 a 24 de novembro, em Belo Horizonte/MG. Esse evento foi uma iniciativa da Secretaria Pro Tempore do Sistema Educacional do Mercosul e da Setec, em consonância com os objetivos do Plano Estratégico do Sistema Educacional do Mercosul 2006-2010 e as decisões emanadas da Comissão Regional Coordenadora de Educação Tecnológica do Mercosul.

Esse espaço propicia uma melhor gestão das práticas científico-tecnológicas das instituições; a realização de ações de intercâmbio entre os países participantes, bem como se constitui em um agente facilitador da elaboração de diretrizes para a construção de modelos de Certificação Profissional para os países do Mercosul. No evento foram apresentados mini conferências, mesas redondas, painéis e projetos discentes. Como próximos passos, estão previstos:

1. Conclusão, pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 8/2006, do documento contendo proposição de alterações nos atos normativos, vigentes no país, relativos à Educação Profissional e Tecnológica.
2. Publicação e divulgação do documento.
3. Implantação de projetos pilotos do Sistema Nacional de Certificação Profissional.

3.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O Sistema de Informação da Educação Profissional - SIEP objetiva prover a Setec de instrumentos e ferramentas que possibilitem o exercício de sua função definidora de políticas e supervisora, estimulando um processo contínuo de avaliação, monitoramento, modernização e transparência da oferta e da expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. De toda essa estrutura, as ações de concepção, organização e início do desenvolvimento foram priorizadas para os seguintes módulos:

- Sistema de Informação Gerencial (SIEP Gerencial), incluindo a modernização do Cadastro Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), automatização das respostas ao Censo Escolar e ao Sistema Gerencial da SETEC (SIG).
- Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGA-EPT).
- Rede Virtual Temática da EPT – Inter-Red.
- Observatório Nacional do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica.
- Centro de Documentação Virtual (CDV)
- Sistema de Pesquisas e Avaliações (SIPAV).

Os módulos priorizados encontram-se nas seguintes fases:

- a) Concepção dos módulos em documento de projeto – concluída.
- b) Seleção das instituições participantes das ações de desenvolvimento – concluída.
- c) Formalização dos processos de liberação de recursos para constituição dos Núcleos de Desenvolvimento - concluída.
- d) Institucionalização dos Núcleos de Desenvolvimento nas instituições participantes - concluída
- e) Liberação dos recursos por descentralização de crédito - concluída.
- f) Realização das aquisições para constituição dos Núcleos de Desenvolvimento – concluída.
- g) Desenvolvimento dos módulos – em andamento (previsão para conclusão até 28/02/2007).

Os próximos passos envolvem a elaboração dos projetos de aprimoramento dos módulos priorizados, visando sua expansão para as demais esferas de EPT; e a elaboração dos projetos de desenvolvimento, implantação e suporte dos demais módulos previstos.

O SIPAV foi desenvolvido para abrigar a Pesquisa de Acompanhamento das Escolas partícipes do Proep, que objetiva levantar e fornecer informações estatístico-educacionais para subsidiar o acompanhamento dessas escolas e o aprimoramento das ações da Setec.

Entre outubro de 2005 e janeiro de 2006, foi realizada uma coleta de dados da pesquisa, com questionário enviado para 234 escolas (242 convênios), em 173 municípios, sendo: 55 escolas do segmento federal; 89 escolas do segmento estadual e 90 escolas do segmento comunitário. Do total de escolas alvo da pesquisa, 212 responderam aos questionários, o que representou 90% do universo pesquisado. Porém, problemas no

sistema montado para abrigar os questionários da pesquisa inviabilizaram a extração dos seus dados e, conseqüentemente, não foi possível a montagem do documento final.

Visando à atualização dos dados referentes aos Projetos Escolares do PROEP, bem como à consolidação e acompanhamento dos mesmos, no 2º semestre de 2006 deu-se início ao processo de adequação do sistema SIPAV, pela Fábrica de Software do FNDE, aos sistemas já existentes no FNDE. Nesse novo sistema será realizada uma nova pesquisa. Responderão ao questionário 179 escolas que estão em funcionamento no ano de 2006. Segue anexa a relação das instituições que irão preencher as informações requeridas pelo sistema.

SISTEMA SIPAV

Excluir	Nome	Data de criação	Data de liberação	Data de expiração	Situação	Editar
<input type="checkbox"/>	PESQUISA ESCOLAS PROEP 2006 - QUESTÕES ABERTAS	16/02/2007	26/02/2007	-	CRIADO	Editar
<input type="checkbox"/>	PESQUISA ESCOLAS PROEP 2006 - CADASTRO DA MANTENEDORA	16/02/2007	26/02/2007	-	CRIADO	Editar
<input type="checkbox"/>	PESQUISA ESCOLAS PROEP 2006 - METAS PEDAGOGICAS	16/02/2007	26/02/2007	-	CRIADO	Editar
<input type="checkbox"/>	PESQUISA ESCOLAS PROEP 2006 - BENEFICIADOS COM GRATUIDADE	16/02/2007	26/02/2007	-	CRIADO	Editar

A referência temporal para os dados dos cursos técnicos e tecnológicos será a realidade existente de dezembro de 2006 e dos cursos de formação inicial e continuada o exercício de 2006.

Até o final do mês de fevereiro de 2007 está previsto o envio de senha para as instituições que, a partir do acesso ao SIPAV, deverão alimentar o sistema com as informações referentes ao número de matrículas, cursos e número de concluintes do ano anterior para, a seguir, procederem à entrega dos questionários. A divulgação dos resultados do SIPAV ocorrerá no primeiro semestre de 2007.

Deste modo, ao final de cada ano, cada escola terá preenchido todas as informações requeridas, tornando possível o acompanhamento e monitoramento, ano a ano, do processo

de implantação, consolidação, funcionamento e, principalmente, do cumprimento das metas por parte de cada uma das escolas.

3.3 DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

Com o propósito de aprimorar e fortalecer os cursos superiores de tecnologia, e em cumprimento ao Decreto nº 5.773/06 foi desenvolvido o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, instituído pela Portaria MEC nº 1.024, de 11 de maio de 2006, como um guia para referenciar estudantes, educadores, instituições ofertantes, sistemas e redes de ensino, entidades representativas de classes, empregadores e o público em geral.

Foram realizadas diversas reuniões e seminários com especialistas nas diversas áreas da educação profissional tecnológica; buscou-se ampla participação das entidades dos diversos segmentos ligados à educação tecnológica em todo país, através da consulta pública realizada pelo site do MEC. A metodologia adotada, na formulação do Catálogo, será também empregada pela equipe da SETEC nas atividades de revisão das Diretrizes Curriculares dos Cursos Técnicos de nível médio que estão previstas para acontecer, ainda no 1º semestre de 2007.

3.4 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS

3.4.1 Estudos de mercado de trabalho

O Observatório Nacional do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica objetiva estruturar as informações da Oferta de Educação Profissional e Tecnológica e do Acompanhamento das Demandas de Capacitação Profissional do Mundo do Trabalho. A metodologia do sistema encontra-se em fase de concepção e seus objetivos específicos são:

- Articular a Educação Profissional ao Mundo do Trabalho e Instituições Parceiras;
- Acompanhar os Programas Governamentais de Geração de Emprego e Renda, os Arranjos Produtivos Locais;
- Avaliar os egressos inseridos no Mundo do trabalho;
- Criar uma Rede de Observatórios nas diversas Unidades da Federação;
- Desenvolver novos Estudos de Mercado em Setores de Atividades Econômicas que apresentam dinamismo em relação à capacidade de geração de emprego e renda;
- Acompanhar as mudanças na estrutura da educação profissional em outros países/tendências mundiais.

E, ainda, com relação ao estudo de mercados de trabalho, têm sido realizadas reuniões internas e semanais das diversas coordenações da SETEC/FNDE/MEC para articulação e estudo das possibilidades de viabilização do Projeto Sintonia na esfera nacional, bem como pesquisa de levantamento de dados (arranjos produtivos, sociais e culturais locais) de algumas regiões brasileiras para subsidiar as ações deste Projeto.

A apresentação do texto base do Projeto Sintonia ocorreu na 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, em Brasília, no período de 05 a 08 de novembro de 2006, com a participação de aproximadamente 3.000 pessoas. E, ainda, indicação, por parte dos gestores máximos do CONEAF, CONDETUF, CENCEFET e Fórum de Gestores Estaduais, dos respectivos representantes, os quais comporão grupo de trabalho para apresentar as propostas de ações para implementação do Projeto Sintonia.

Como próximos passos, está prevista a concepção do Sistema de Informações sobre Demanda da Educação Profissional e Tecnológica, e a Estruturação da Rede de Observatórios junto com a Metodologia do Projeto Sintonia – SETEC/MEC.

3.4.2 Acompanhamento de egressos

Encontra-se em fase de discussão a metodologia do sistema de acompanhamento de egressos no âmbito do Observatório de Demanda da Educação Profissional e Tecnológica.

E, ainda, está prevista a realização de um encontro com instituições que possuem sistema de acompanhamento de egressos para o MEC conhecer as metodologias utilizadas e verificar a possibilidade de disseminá-las para outras instituições.

3.5 DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Com relação ao desenvolvimento de recursos humanos, foram realizadas atividades de capacitação para o cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Essa atividade visa a atender os propósitos expressos na indicação CNE/CP 06/2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/200, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Com base nesse enunciado, a Setec publicou a Portaria Nº 10, de 20 de março de 2006, para compor Grupo de Trabalho com objetivo de produzir um documento base que oriente a implementação da Lei Nº 10.639/03, nos currículos da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Como primeira ação, foi estruturado o Encontro de Sensibilização para Implementação da Lei Nº 10.639/03 na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Etapa Norte e Nordeste, realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2006, em Belém/PA. Esse evento foi fruto de uma parceria estabelecida entre a Setec, a Secad/MEC, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, da Presidência da República e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará.

O encontro visou a discutir as estratégias nacionais e regionais para a implementação da lei nas diretrizes curriculares dos cursos de Educação Profissional e Tecnológica e a sensibilizar os gestores, coordenadores pedagógicos e professores para construção de uma ação conjunta. Nele foram capacitados 64 profissionais, sendo 1 de Alagoas, 4 do Amazonas, 7 da Bahia, 4 do Ceará, 1 do Distrito Federal, 3 do Maranhão, 21 do Pará, 4 da Paraíba, 4 de Pernambuco, 2 do Piauí, 9 do Rio Grande do Norte, 1 de Roraima e 1 de Sergipe, com a apresentação de palestras e organização de oficinas de trabalho.

Essa ação será, no ano de 2007, estendida para toda a rede federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com base nas discussões será montado um documento base para orientar a implementação da referida lei.

3.6 SISTEMA NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Esta ação foi desenvolvida com o auxílio da Comissão Interministerial de Certificação Profissional (CICP), instituída pela Portaria Interministerial nº 24 de 20 de dezembro de 2004. A Comissão Interministerial é composta pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Saúde, do Turismo e pelos Conselhos Nacionais da Educação e do Trabalho. Sua coordenação é exercida alternadamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pelo MEC. A Comissão Interministerial encontra-se sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego.

A seguir, está previsto o encaminhamento à Casa Civil da Presidência da República da exposição de motivos e da minuta do Decreto Presidencial (possivelmente) que institui o SNCP; a institucionalização da Comissão Nacional de Certificação Profissional e também das Comissões Técnicas Setoriais do SNCP, para a discussão do Repertório Nacional de Qualificações.

3.7 CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica é resultado de esforços e iniciativas que buscam afirmar cada vez mais o importante papel da Educação Profissional e Tecnológica em nosso país.

Objetivando aproximar os diversos atores sociais envolvidos com esta modalidade de ensino, em 2006 foram realizadas 27 Conferências Estaduais, mais de 10 mil pessoas diretamente envolvidas, com o objetivo de apresentar subsídios que contribuirão com a formulação das políticas públicas de Educação Profissional, tendo constituído a primeira etapa da Conferência Nacional. O objetivo da Conferência foi definir diretrizes para uma política nacional de Educação Profissional e Tecnológica através do diálogo entre os diversos agentes envolvidos, visando a contribuir para o desenvolvimento do país e para a inclusão social.

A Conferência Nacional foi realizada nos dias 05 a 08 de novembro, em Brasília/DF, com cerca de 2.760 participantes. Nela foram aprovadas 91 propostas referentes aos seus cinco eixos temáticos: a) Eixo 1: O papel da Educação Profissional e Tecnológica no desenvolvimento nacional e nas políticas de inclusão social; b) Eixo 2: Financiamento da Educação Profissional e Tecnológica; c) Eixo 3: Organização institucional e papel das instâncias de governo e da sociedade civil; d) Eixo 4: Estratégias operacionais de desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica; e) Eixo 5: A Relação da Educação Profissional e Tecnológica com a universalização da Educação Básica.

No evento foram apresentados 70 Comunicações Orais; 06 Painéis e 01 Mesa Redonda. Também participaram 78 instituições federais, estaduais e privadas de Educação Profissional e Tecnológica na Mostra Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, expondo em estandes os projetos de pesquisa, extensão e ensino por elas desenvolvidos. Ressalta-se que esse evento possibilitou a ampliação da articulação da Setec com os órgãos gestores estaduais da EPT, por intermédio do Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional.

No primeiro semestre de 2007 será realizado um evento para discussão e produção de documentos sobre as deliberações da plenária final e sobre sugestões para elaboração de política da Setec com base nas deliberações da Conferência.

4. SUBPROGRAMA B – PLANOS ESTADUAIS E PROJETOS ESCOLARES



O Subprograma B – Planos Estaduais e Projetos Escolares financia projetos de investimento nos estados e nas escolas, com base em planos estaduais e projetos escolares.

O Plano Estadual de Educação Profissional é um plano estratégico realizado de maneira participativa, com os diversos atores do setor, para definir o desenvolvimento da educação profissional em um estado, de acordo com a legislação atual e as diretrizes da política nacional e do PROEP. Abrange as necessidades de mudanças na legislação, de fortalecimento ou criação de órgãos normativos e gestores, com as funções de apoiar, coordenar, monitorar, avaliar e informar ao público sobre o sistema de educação profissional e, ainda, as necessidades de formação profissional e de expansão ou criação de centros profissionais.

O financiamento da implementação deste plano e dos projetos escolares permite o fortalecimento da gestão da educação profissional, a identificação de áreas de formação, a implantação de um novo modelo técnico-pedagógico e de recursos humanos. Compreende, ainda, a aquisição de laboratórios de aprendizagem, equipamentos, material de ensino-aprendizagem, consultorias e capacitações.

Já o Plano da Escola (Projetos Escolares) é um plano estratégico realizado de maneira participativa, com o objetivo de definir um projeto de Centro de Educação Profissional, com propostas organizacionais e técnico-pedagógicas ajustadas à legislação atual e aos requisitos do PROEP.

Até o momento, 270 Projetos Escolares foram financiados por meio de 303 convênios de investimentos nos estados e nas escolas, e 34 Projetos Escolares novos foram assinados para a construção e aquisição de equipamentos, permitindo o fortalecimento da gestão da educação profissional, a identificação de áreas de formação, a implantação de um novo modelo técnico-pedagógico e de recursos humanos, a ampliação e reforma de escolas existentes no segmento federal, estadual e comunitário, e/ou criação de novos centros.

A partir do financiamento destes Projetos Escolares foram implantados diversos Centros de Educação Profissional - CEP's com capacidade plena de oferta de cursos, sendo 286.765 vagas de curso técnico, 34.926 vagas de curso tecnológico e 1.038.485 vagas em cursos básicos, a serem potencialmente ofertados nas seguintes áreas profissionais, com base nos PEC's: Agropecuária (88); Artes (08); Comércio (22); Comunicação (10); Construção Civil (54); Design (12); Geomática (09); Gestão (96); Imagem Pessoal (10); Indústria (124); Informática (121); Lazer e Des. Social (09); Meio Ambiente (48); Mineração (10); Química (35); Recursos Pesqueiros (08); Saúde (90); Telecomunicações (40); Transportes (10); e T. Hospitalidade (76).

Cabe, ainda, ressaltar que os números ilustrados no quadro a seguir refletem as vagas projetadas a partir do financiamento dos convênios pelo Programa, excluindo-se as vagas que já eram ofertadas por cada entidade e prévias à celebração dos respectivos convênios.

QUADRO IV – Potencial de Oferta de Cursos (fonte: PEC's)

Região	Áreas profissionais																			
	Agropecuária	Artes	Comércio	Comunicação	Const. Civil	Design	Geomática	Gestão	Imagem Pessoal	Indústria	Informática	Lazer e Des. Social	Meio Ambiente	Mineração	Química	Rec. Pesqueiros	Saúde	Telecomunicações	Transportes	T. Hospitalidade
Norte	14	0	4	1	4	3	3	8	0	11	9	2	10	1	2	2	11	0	1	4
Nordeste	24	3	4	2	16	3	1	22	2	24	33	3	9	1	7	4	24	8	1	24
Sudeste	17	1	8	4	19	1	2	25	4	52	37	3	14	6	13	1	28	24	3	21
Sul	16	1	2	1	9	4	2	23	2	32	25	1	10	1	11	1	17	4	3	11
Centro Oeste	17	3	4	2	6	1	1	18	2	5	17	0	5	1	2	0	10	4	2	16
BRASIL	88	8	22	10	54	12	9	96	10	124	121	9	48	10	35	8	90	40	10	76

A seguir, apresentamos os aspectos gerais da execução do Subprograma B no 2º semestre de 2006, no que diz respeito à situação das ações e convênios firmados para o Desenvolvimento e Implantação de Planos Estaduais de Educação Profissional, Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional e, ainda, para o Projeto Escola de Fábrica.

5. REGULARIZAÇÃO DOS PROCESSOS E EXECUÇÃO FÍSICA

Em 2006 foi dada continuidade à regularização dos processos do PROEP, a partir de uma profunda análise da habilitação dos convênios, projeto, formalização, execução financeira, alterações e termos aditivos, comprovações de gastos, prestações de contas, registros nos sistemas de informação, dentre outros, buscando o desenvolvimento de ações para reordenamento e resolução dos problemas e pendências.

Nos anos anteriores foi observado um descrédito na execução do Programa. Entretanto, a partir da identificação e diagnóstico dos entraves na execução do PROEP, bem como adoção de medidas corretivas, relacionadas a seguir, foi restabelecido o relacionamento e a confiança por parte das entidades convenentes.

O foco do trabalho implementado na gestão do PROEP, ao longo do ano de 2006, teve como principais resultados, a saber:

1. Instituição e encaminhamento ao BID de relatórios mensais que demonstram a execução físico-financeira dos convênios, como também apontam a necessidade de intervenções mais específicas, tanto no âmbito interno quanto nas instituições convenentes, mantendo constante monitoramento sobre as metas de encerramento de convênios em execução;
2. Plano de Ação (Plano de Metas), Relatórios de Progresso e demais informações requisitadas encaminhadas ao Banco, resultando no cumprimento das cláusulas pendentes junto ao Banco;
3. Revisão do Regulamento Operativo do PROEP, um dos compromissos assumidos pelo PROEP na Missão de Administração do BID em 2005, foi efetuada;
4. Atendimento das demandas dos órgãos de controle, com cumprimento dos prazos determinados;
5. Preenchimento mensal das informações requeridas no SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação, a respeito da execução das ações do Sub A e Sub B, em atendimento à exigência da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento;
6. Ação pró-ativa para manter a regularidade e controle da situação de habilitação e vigência dos convênios, com a regularização dos planos de trabalho para celebração dos termos aditivos e publicação de prorrogação de vigência dos 303 convênios em execução;
7. Padronização na forma e metodologia de análise técnica dos projetos, a partir da elaboração de checklists dos itens a serem analisados;
8. Estabelecimento de prazos tanto para análise técnica dos projetos pelas equipes internas, quanto para o retorno das diligências solicitadas às entidades convenentes;
9. Envio de pessoal em missões externas para realizar a capacitação, nas instituições convenentes de todos os estados, a respeito da utilização do sistema AFINNET e instruir com relação aos procedimentos para comprovação de gastos e processo de prestação de contas, deixando no local manuais de procedimentos a serem aproveitados pelas gestões subseqüentes;

10. Reforço da equipe gerencial e técnica do PROEP (recomposição da força-tarefa) para apoiar a Coordenação-Geral na execução do PROEP, e reorganização da estrutura operacional (organograma) do PROEP e de sua equipe, a partir da transformação das quatro gerências antes existentes em duas, resultando em uma maior concentração de esforços e efetividade na execução das tarefas;

11. Criação de nova Gerência (5a Região) com atuação direcionada à solução de problemas para os convênios e segmento de maior demanda, ao cancelamento de convênios sem sustentabilidade e reativação dos paralisados;

12. Criação da equipe de inspeção e monitoramento, para realização de inspeções “in loco”, e de finalização e encerramento dos convênios.

Tendo em vista a proximidade do encerramento da vigência do Contrato de Empréstimo com o BID, e a ausência, em anos anteriores, de monitoramento regular dos convênios celebrados e dos Centros de Educação Profissional (CEP's), foi identificada a necessidade urgente de se promover uma inspeção em todos eles, no sentido de avaliar sua execução quanto aos aspectos físico e financeiro, e também uma revisão com vistas à finalização e encerramento de cada convênio.

Em razão desta necessidade, a partir do 2º semestre de 2006 foi criada a equipe de inspeção e monitoramento para avaliação, revisão, finalização e encerramento dos convênios do PROEP. Assim, a partir da adoção de uma metodologia própria e definida, deu-se início a um processo de realização de verificações “in loco” (inspeções), tendo como principal objetivo permitir que, durante as mesmas, por meio do exame integrado das solicitações de desembolso e dos processos de aquisição, se possa verificar:

- a) o cumprimento, nos processos de aquisições de bens, obras e serviços de consultoria, dos requisitos estabelecidos no Contrato de Empréstimo ou convênio de cooperação técnica celebrado;
- b) se as solicitações de desembolso foram elaboradas e apresentadas pelo executor de acordo com os requisitos do BID;
- c) se as solicitações de desembolso estão devidamente amparadas por comprovantes de despesas fidedignos, mantidos ordenadamente nos arquivos do executor ou do co-executor;
- d) se as despesas realizadas foram devidamente autorizadas, qualificadas para serem financiadas com os recursos repassados e fazem parte do Plano de Trabalho aprovado;
- e) se as despesas e os recursos do projeto foram contabilizados correta e oportunamente pelo executor;
- f) se o Plano de Trabalho aprovado foi cumprido corretamente;
- g) se não houve desvio de finalidade dos recursos repassados;
- h) se as prestações de contas apresentadas espelham a realidade dos gastos efetuados;
- i) se todas as normas e legislação vigentes foram aplicadas e obedecidas.

Em linhas gerais, durante as inspeções são revisados os procedimentos adotados pelos convenientes e certificada a efetiva e regular aplicação dos recursos em função do Plano de Trabalho aprovado, promovendo ações para corrigir possíveis irregularidades durante a sua execução, visando o regular encerramento dos convênios, bem como a fim de se evitar a ocorrência de possíveis questionamentos e cobranças por parte dos órgãos de controle do Governo Federal e do BID.

Em razão da proximidade dos prazos finais para comprometimento de recursos e comprovação de gastos, principalmente a partir do 2º semestre do ano, todos os esforços foram envidados no sentido de se implementar medidas corretivas para os problemas identificados, especialmente no que diz respeito à execução dos convênios. A partir da reorganização e reforço da equipe técnica do PROEP, a maioria dos problemas existentes foi solucionada, sendo que, se considerados os últimos seis meses de execução do Programa, em relação aos anos anteriores, sua situação evidenciou um saldo mais do que positivo.

6. SISTEMAS GERENCIAIS DE INFORMAÇÃO

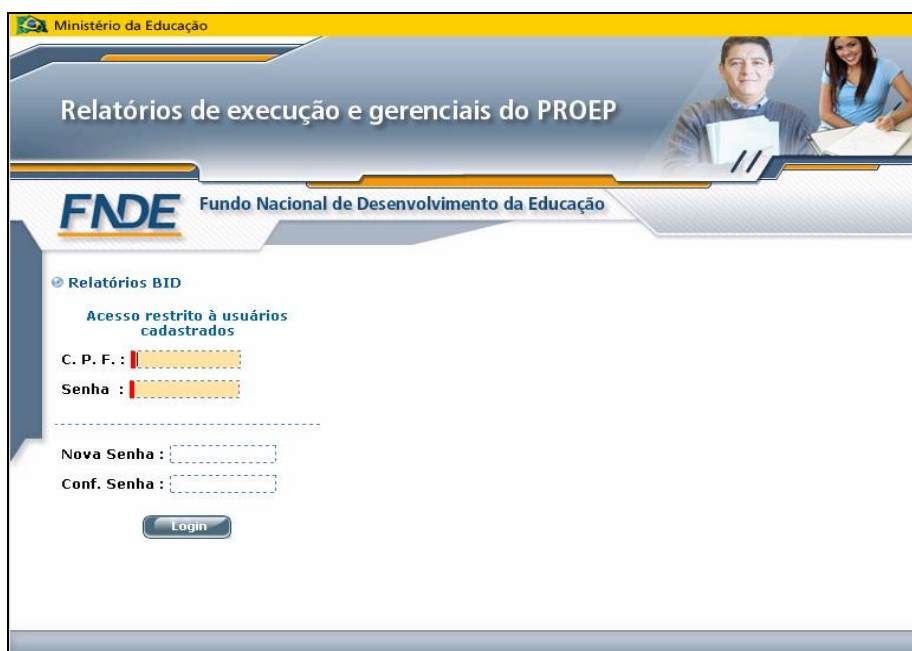


Em anos anteriores, a falta de informação gerencial sobre os aspectos mais relevantes da execução do Programa foi uma constante no PROEP. Informações fragmentadas, concentração de dados por cada gerência e sistemas de informações desconexos eram alguns dos entraves que impediam uma avaliação das questões no sentido macro, comprometendo o estratégico, o tático e o operacional.

Em razão desta atuação segmentada sem um gerenciamento macro, e visando reverter tal quadro, no segundo semestre de 2006 foram adotadas as seguintes providências, dentre outras:

- a) Implementação do Sistema FAP – Ferramenta de Acompanhamento PRODOC, que fornece relatórios gerenciais de acompanhamento dos pagamentos realizados;
- b) Implementação do Sistema Relatórios de Execução e Gerenciais do PROEP, através do qual o BID tem acesso direto (online) à base de dados do Programa, proporcionando um acompanhamento financeiro e uma maior transparência das informações, por meio da disponibilização dos seguintes relatórios:
 - Relatórios do Extrato de Convênio: compara os valores conveniado, repassados, comprovado gasto, devolvido, aplicado e prestado contas, para cada convênio, informando por parcela e categoria de investimento;
 - Relação dos Empenhos/RAP: demonstra os valores empenhados e ou inscritos em Restos a Pagar, os valores transferidos e o saldo orçamentário de cada convênio, por ano;
 - Relação dos Pagamentos por Convênio: lista os comprovantes de gastos informados ao Programa, por convênio;
 - Relação dos Pagamentos dos Convênios finalizados: lista os comprovantes de gastos informados ao Programa dos convênios finalizados, no modelo do BID;
 - Relação das Transferências para os Convênios: lista as transferências financeiras realizadas para os convenientes;
 - Relatório de Encargos Financeiros: demonstra os encargos financeiros pagos pelo Programa em cada exercício.

SISTEMA RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO E GERENCIAIS DO PROEP (Tela Inicial)



Ministério da Educação

Relatórios de execução e gerenciais do PROEP

FND E Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Relatórios BID

Acesso restrito à usuários cadastrados

C. P. F. :

Senha :

Nova Senha :

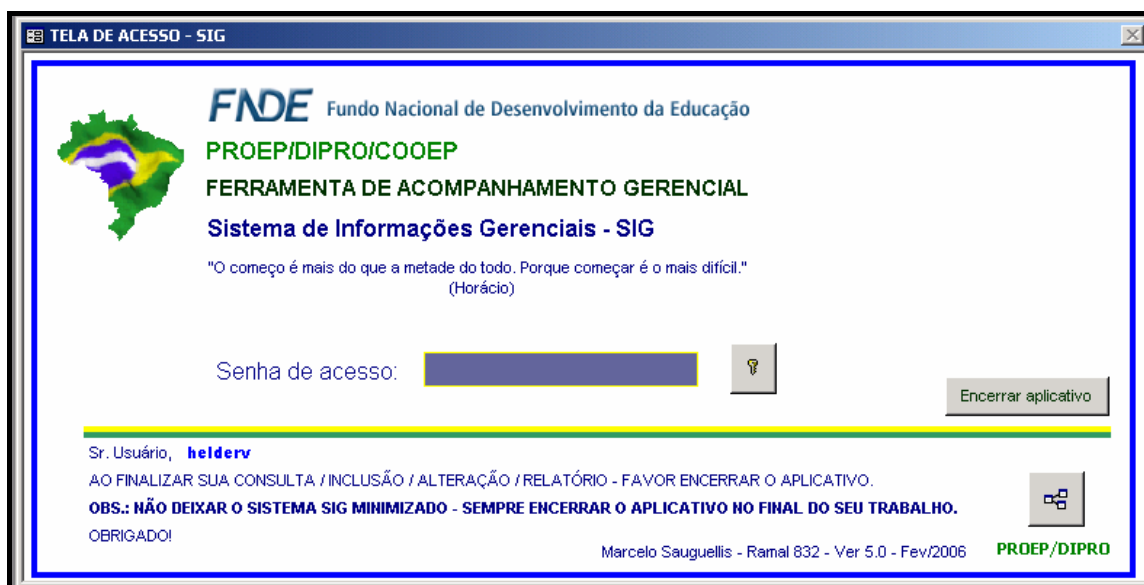
Conf. Senha :

Login

- c) Ampla utilização do Sistema de Informações Gerencial – SIG, implementado a partir das orientações macro da política de TI do FNDE, possibilitando o processamento das informações gerais do Programa por meio de uma única base de dados, a integração de todas as bases dos sistemas e suprimindo as demandas de execução.

O SIG, ainda, passa por constantes atualizações, de forma a ser melhorado para atender todas as demandas, servindo como uma ferramenta gerencial de acompanhamento das metas do Programa. Os relatórios disponibilizados neste sistema demonstram a execução física dos convênios, bem como apresentam uma análise global do Programa, a partir da consolidação de todas as informações orçamentárias e financeiras, permitindo a avaliação dos avanços e da execução dos compromissos acordados pelo Banco.

SISTEMA SIG (Tela Inicial)



TELA DE ACESSO - SIG


FND E Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

PROEP/DIPRO/COOEP

FERRAMENTA DE ACOMPANHAMENTO GERENCIAL

Sistema de Informações Gerenciais - SIG


"O começo é mais do que a metade do todo. Porque começar é o mais difícil."
(Horácio)

Senha de acesso: 

Encerrar aplicativo

Sr. Usuário, **helderv**

AO FINALIZAR SUA CONSULTA / INCLUSÃO / ALTERAÇÃO / RELATÓRIO - FAVOR ENCERRAR O APLICATIVO.

OBS.: NÃO DEIXAR O SISTEMA SIG MINHIMIZADO - SEMPRE ENCERRAR O APLICATIVO NO FINAL DO SEU TRABALHO. 

OBRIGADO!

Marcelo Sauguellis - Ramal 832 - Ver 5.0 - Fev/2006 **PROEP/DIPRO**

E, ainda, visando suprir a necessidade apontada pelo Banco, de relatórios mais gerenciais, que informem o estado atual global do Programa com informações precisas, encontra-se em fase de testes a migração do sistema SIGEF (sistema corporativo responsável por todos os pagamentos feitos no FNDE) para o SAFI (sistema interno do PROEP), no intuito de se minimizar os erros nesta fase, para posterior implementação do sistema. Com esta medida, e ao final da fase de testes, os dados serão migrados do primeiro para o segundo sistema, de forma automática, sem necessidade de intervenção humana.

- d) Utilização do sistema SAEF e do AFINNET que possibilitou, sobretudo no aspecto das informações financeiras, facilidade e agilidade no retorno dos dados de comprometimento de recursos, envio antecipado dos dados de comprovação de gastos, e na execução do Programa pelo conveniente;

E, considerando o imperativo de agilizar os procedimentos de registro das informações de comprometimento dos recursos e da comprovação dos gastos realizados pelas entidades convenientes; o propósito de implantar a gestão descentralizada da alimentação de dados no sistema execução financeira do Programa visando prevenir a dispersão e pulverização de esforços, além da superposição e duplicidade de ações; e a necessidade de conferir maior racionalidade gerencial e administrativa nos projetos com o sentido de ampliar a eficiência, a eficácia e a transparência no uso dos recursos, em 14 de março de 2006 foi instituída a utilização do sistema AFINNET, a partir da Portaria nº 69, assinada pela presidência do FNDE.

De acordo com os termos da Portaria, ficou determinado, em seu Art. 1º, que “as entidades convenientes no âmbito do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, doravante, processem a alimentação das informações das licitações, dos contratos e das despesas realizadas com os recursos recebidos no objeto do convênio, exclusivamente, por intermédio do sistema AFINNET”. E, ainda, conforme disposto no Art. 3º da Portaria nº 69, as entidades convenientes do PROEP deverão:

“I – manter os documentos emitidos, em seu nome, por conta das despesas realizadas com os recursos recebidos no objeto do convênio, à disposição do FNDE e dos demais órgãos de Controle Interno e Externo, em boa ordem, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em sua sede, independentemente de sua contabilização ter sido confiada a terceiros;

II - disponibilizar todas as informações que o FNDE ou o BID solicitem sobre o Projeto, sua situação financeira, documentos de licitações realizadas, contratos celebrados e documentação fiscal liquidada”.

O sistema AFINNET caracteriza-se por ser uma solução web que possibilita, sobretudo no aspecto das informações financeiras, facilidade e agilidade no retorno dos dados de comprometimento de recursos, velocidade na comprovação de gastos e execução do convênio pelos convenientes, bem como proporciona uma padronização de informações e um melhor acompanhamento de cada convênio.

O sistema AFINNET é semelhante ao sistema de Imposto de Renda da Receita Federal, no que diz respeito à transmissão de dados, sendo as informações relativas aos convênios preenchidas de forma descentralizada, em cada entidade, e depois validadas pela equipe responsável no Programa. E, ainda, as informações no cadastro do sistema AFINNET são relacionadas com cada categoria de investimento e, no momento da validação das notas fiscais, há a conversão automática dos respectivos valores para dólares considerando a data de pagamento.

Apesar de, nos anos anteriores, ter sido instituído o uso do sistema AFIN, nesta nova versão foi disponibilizada uma rotina de sincronia com o banco de dados do PROEP, possibilitando a troca de informações entre conveniente e concedente, de forma a agilizar o processo de comunicação e monitoramento do convênio. Este sistema representa grande ajuda nos processos de prestação de contas e comprovação de gastos pois, através dele, é gerada a maioria dos relatórios determinados através da Instrução Normativa IN nº 01/97 STN, o quais são enviados eletronicamente para o banco de dados do PROEP, visando sua validação.

SISTEMA AFINNET (Tela Inicial)

CADASTRO DE CONVÊNIOS

Nº do Convênio: C132/99 Nº de Aditivos: 6

Dados do Convênio

Executor: FUND.CULT.EDUC.TEC.FRANCISCO BELTRÃO/PR C.N.P.J. 03.292.276/0001-89

Vigência: 20/12/1999 a 28/02/2005

Esfera: Estadual Federal Seg. Comunitário

Dados Bancários

Banco: 001 Agência: 0616-5 Conta: 6.106-9 Praça: FCO. BELTRAO

Valores por Categoria

3.1 Obras e Instalações.	1.179.917,16	3.4 Serv. Consultoria.....	20.480,00
3.2 Equip. e Mobiliários.	723.688,00	3.5 Serv. Especializados	4.000,00
3.3 Capacitação.....		Total Conveniado.....	1.928.085,16

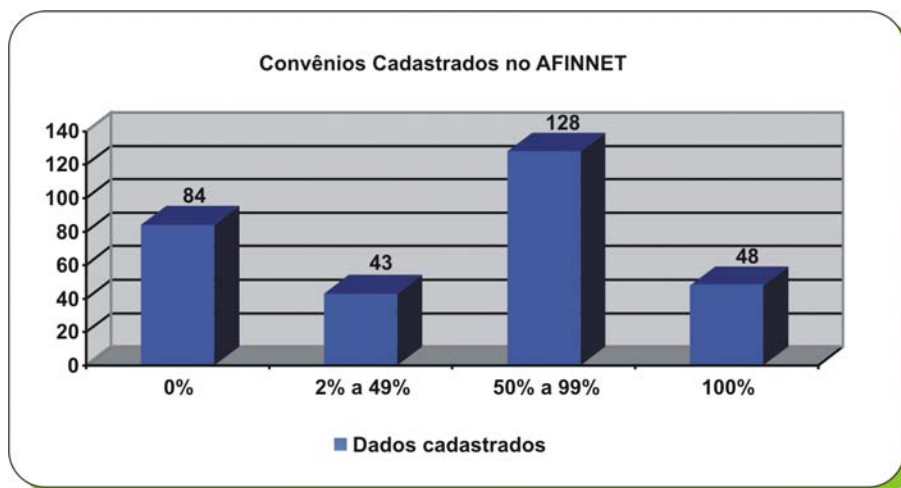
RECEBIDO A RECEBER 1.928.085,16 **COMPROVADO A COMPROVAR** 1.845.951,04 **DEVOLVIDO APLICADO** 0,00 23.962,03

INCLUIR ALTERAR EXCLUIR < << >> > SAIR

Último envio para o PROEP ocorreu em 10 de fevereiro de 2006 às 10:47

A partir de março de 2006, e principalmente no 2º semestre do mesmo ano, foram realizadas missões em todos os estados para capacitação dos convenientes e seus representantes quanto à utilização do sistema AFINNET. Na capacitação do sistema para o Programa Escola de Fábrica, realizada ao longo do mês de outubro, adotou-se uma metodologia diferenciada, tendo sido realizada também, em conjunto, uma oficina de capacitação durante a qual os convenientes preencheram todos os dados (reais) referentes a seus convênios no sistema, o que proporcionou uma agilização no processo de comprovação de gastos.

Como resultado deste processo, 219 convênios do PROEP já foram cadastrados no sistema AFINNET, restando apenas 84, de um total de 303, os quais serão inseridos até novembro de 2007. E, ainda, destes 219 convênios, 43 registram um índice de 2% a 49% de informações preenchidas, 128 têm de 50% a 99% do seu cadastro completo no sistema, com previsão de inserção da totalidade dos dados até julho de 2007, e 48 já foram totalmente cadastrados.



Além do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, administrado pela STN, destinado a emissão e registro dos documentos de movimentação orçamentária e financeira da União, e do sistema AFINNET, o Programa conta também com um sistema específico, o Sistema de Administração Financeira – SAFI no qual, mediante a inclusão dos dados relativos às suas operações, são agregadas as informações necessárias para realizar análises e acompanhamento de todas as operações envolvendo os recursos recebidos, as transferências efetivadas, os gastos realizados, assim como para gerar relatórios gerenciais e de solicitação de desembolso.

O SAFI, sistema exclusivamente financeiro, importa dados do SAEF e do AFINNET e, apesar de terem sido encontrados erros em alguns dos relatórios, a equipe de TI do FNDE vem constantemente aprimorando o sistema e corrigindo erros porventura existentes, no momento em que são identificados, visando à confiabilidade do sistema e fidedignidade dos dados.

6.1 RECUPERAÇÃO DO LEGADO DOS CONVÊNIOS DO PROEP

Pode-se afirmar que, atualmente, o PROEP já dispõe, em um nível bastante regular, de sistemas de informação atualizados e em condições de produzir e oferecer aos gestores relatórios gerenciais, consolidados e detalhados, sobre a execução orçamentária e financeira do Programa, objetivando auxiliar nos processos de tomada de decisão.

Porém, apesar de todos os esforços e avanços alcançados com relação aos sistemas de informação, ainda persistia a necessidade de recuperação e registro dos dados da execução física, notadamente em relação a todos os bens e serviços contratados, registros fiscais dos pagamentos efetivados, registros dos bens patrimoniais e etc, para que o Programa possa ser finalizado.

Em razão de o PROEP ter se iniciado em 1998, e de ter passado, durante a sua existência, por várias atualizações quanto aos métodos de gerenciamento dos convênios firmados, os dados provenientes das operações realizadas em cada convênio não estavam concentrados em uma base de dados única. Em alguns casos, ainda, apenas existiam processos impressos, sendo necessário o resgate destas informações tanto para apresentação ao BID, quanto para futuras consultas e auditorias.

Na última Missão de Administração do BID, em setembro de 2006, estabeleceu-se uma meta para recuperação de toda a base de dados referente aos 303 convênios que

foram enviados durante a transição da gestão do Programa da SETEC para o FNDE, para atualização e consolidação deste processo em um banco de dados único, que contenha as movimentações provenientes da execução dos convênios.

Assim, visando à recuperação do legado dos convênios do PROEP firmados no âmbito do Acordo (Contrato) de Empréstimo, no 2º semestre de 2006 deu-se início a um processo de inserção dos dados dos convênios, referentes a todos os anos de execução do Programa, a partir da utilização do sistema AFINNET.

Já no 1º semestre de 2007, a partir da contratação de consultores para composição da equipe de recuperação do legado dos convênios do Programa, serão realizadas missões externas para capacitação e fiscalização nas entidades, quanto à regularidade de alimentação e inserção da totalidade dos dados dos convênios, com a utilização de um único sistema de controle e informações, qual seja, o sistema AFINNET.

Vale ressaltar, ainda, que as atividades de consultoria, relativas à recuperação da base de informações dos convênios do PROEP (legado), constituir-se-ão em resultados de serviços técnicos especializados relativos à avaliação da execução dos projetos, estudos técnicos, planejamentos de atividades, elaboração de documentos, relatórios, pareceres, notas técnicas, monitoramento das ações, treinamento das entidades executoras dos convênios, visitas e inspeções “in loco”, para os seguintes resultados específicos, a serem realizados no prazo de 10 (dez) meses, iniciando-se em fevereiro de 2007:

Etapa 1 - Elevar 50% dos convênios classificados em “a regularizar” para a situação de “em regularização”; 30% dos convênios classificados “em regularização” para a situação de “regular”; e 20% dos convênios classificados em “regular” para a situação “alimentação de dados concluída”;

Etapa 2 - Elevar 70% dos convênios classificados em “a regularizar” para a situação de “em regularização”; 50% dos convênios classificados “em regularização” para a situação de “regular”; e 40% dos convênios classificados em “regular”, para a situação de “alimentação de dados concluída”;

Etapa 3 - Elevar 100% dos convênios classificados em “a regularizar” para a situação de “em regularização”; 70% dos convênios classificados “em regularização” para a situação de “regular”; e 60% dos convênios classificados em “regular” para a situação de “alimentação de dados concluída”;

Etapa 4 - Não ocorrência de convênios com status de “a regularizar”; elevar 100% dos convênios classificados “em regularização” para a situação de “regular”; e 80% dos convênios classificados em “regular” para a situação de “alimentação de dados concluída”;

Etapa 5 - Não ocorrência de convênios com status de “a regularizar”; não ocorrência de convênios com status de “em regularização”; e 100% dos convênios certificados e situados no status final de “alimentação de dados concluída”.

Deste modo, a partir das ações acima elencadas, visando à recuperação do legado, até o encerramento do Programa será disponibilizado o registro completo dos dados referentes aos convênios firmados no âmbito do Acordo de Empréstimo, ou seja, ter-se-á um histórico de todos os anos de execução do Programa.

7. LICITAÇÕES E PREGÕES

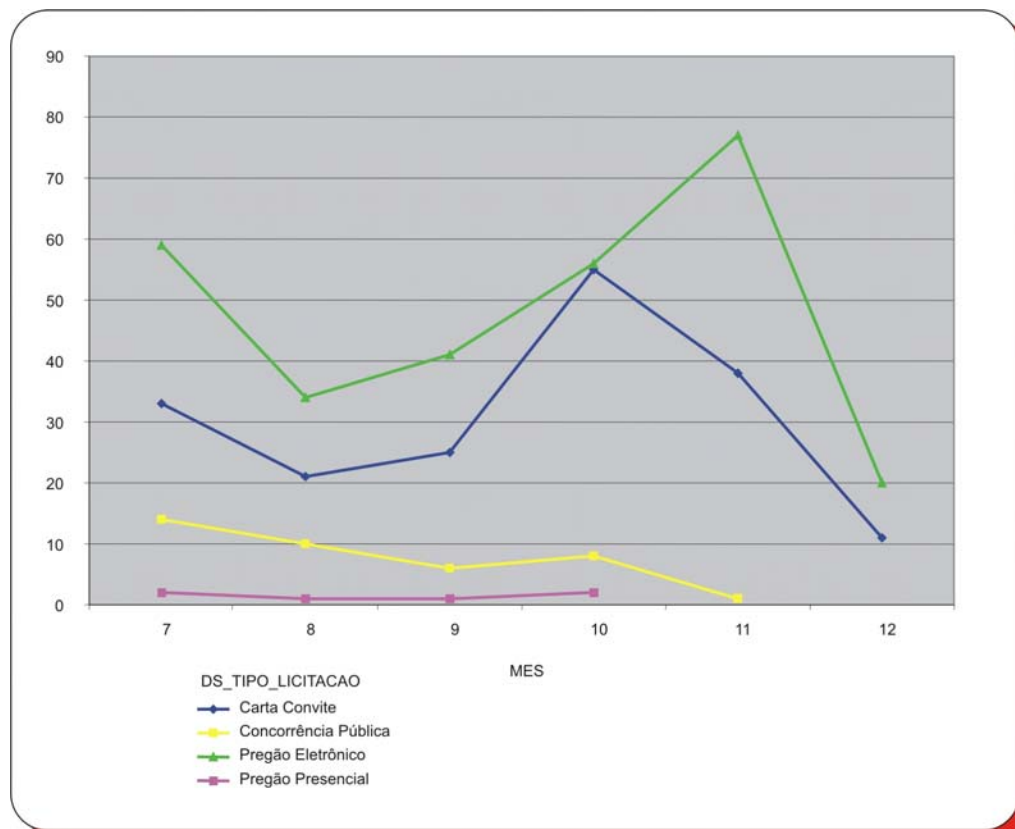


Os processos licitatórios compreendem a aprovação, publicação e contratação de bens e serviços. A atual gestão do PROEP, ao tempo que apresenta uma certa restrição quanto aos procedimentos de aprovação de processos licitatórios, entende que esta é uma prática que se realiza desde o início do Programa e que uma mudança (radical) neste fluxo, neste momento de finalização do Projeto, poderia reverter em mais prejuízos do que benefícios na sua execução.

Sabe-se da histórica dificuldade das instituições, sobretudo do segmento comunitário, em realizar suas licitações segundo as normas e legislação aplicadas, principalmente as do BID. Neste sentido, foi intensificado o processo de assistência técnica aos convenientes no atendimento de suas demandas com relação aos processos licitatórios, envolvendo: auxílio na revisão dos PEC's, análise de adequação aos PEC's, elaboração dos termos de referência, especificação técnica de equipamentos, planilhas de obras, elaboração e aprovação de editais, bem como o monitoramento de sua publicação, realização e contratação dos bens e serviços deles decorrentes.

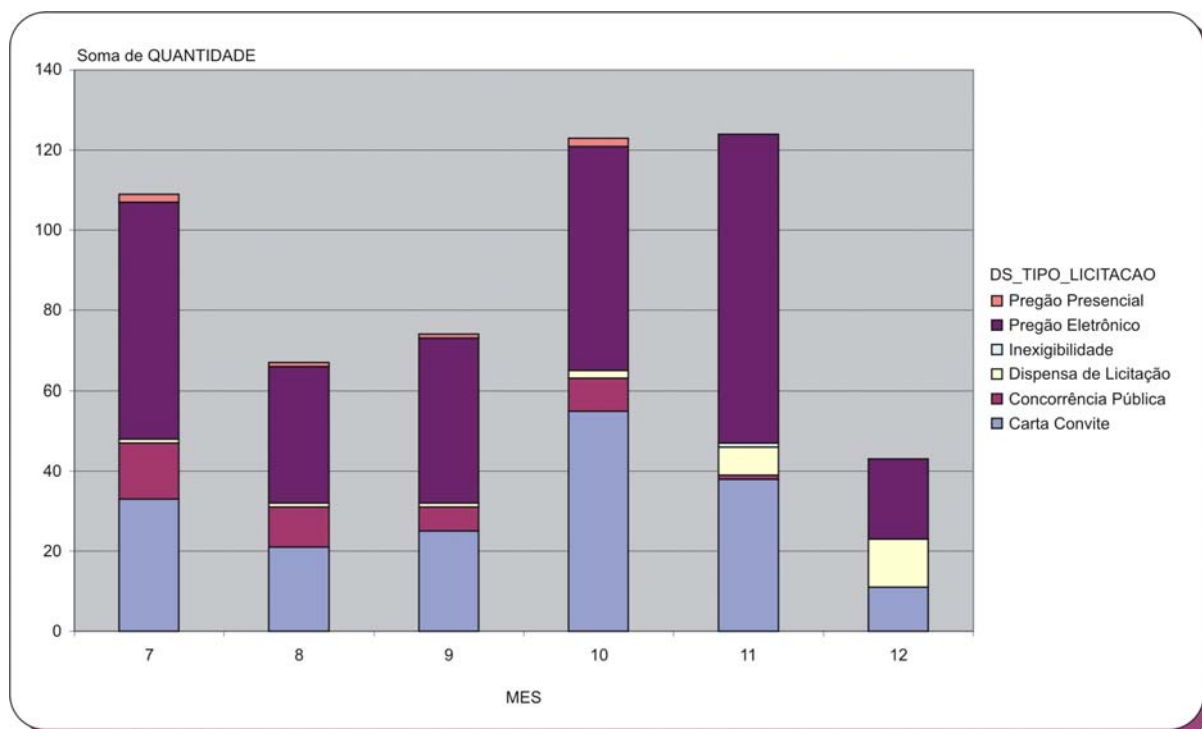
E, ainda, considerando o alto volume de certames licitatórios, envolvendo, em sua maioria, um grande número de equipamentos e serviços a licitar, em 2006 foi instituído o uso do Pregão Eletrônico, com a contratação de equipes de pregoeiros e capacitação de pessoal nas instituições convenientes para a realização dos pregões.

A realização de processos de aquisição utilizando-se o sistema ComprasNet foi acordada pela Missão de Compras por Meio Eletrônico, datada de 22 de novembro de 2005, e demandou a customização do sistema, cadastramento dos convenientes junto ao Ministério do Planejamento, habilitação e capacitação de pregoeiros.



Esta modalidade proporcionou maior agilidade, superando o total de certames realizados na modalidade Concorrência, principalmente a partir do mês de julho, conforme ilustrado no gráfico acima. É importante registrar que, somente a partir do mês de julho, o sistema ComprasNet foi adequado conforme as recomendações do Banco para realização das operações de compras, o que gerou um atraso para o início dos processos de compras por meio eletrônico.

Visando agilizar os procedimentos licitatórios em todos os segmentos, foram também estabelecidos prazos para análise dos termos de referência, planilhas de especificação técnica e das diligências solicitadas e adotadas.



Assim, em 2006 foi realizado um total de 920 procedimentos licitatórios, sendo distribuídos da seguinte forma: 284 licitações na modalidade carta convite (183 somente no 2º semestre de 2006), 99 concorrências públicas (39 no 2º semestre), 39 dispensas de licitação (24 no 2º semestre), 431 pregões eletrônicos (287 no 2º semestre) e 67 pregões presenciais (12 no 2º semestre).

Cabe, aqui, ressaltar que os 39 procedimentos licitatórios realizados na modalidade dispensa de licitação, foram realizados exclusivamente com recursos da Contrapartida Nacional, em virtude de o Banco não aceitar esta modalidade.

8. SUPORTE AO PROJETO ESCOLA DE FÁBRICA



O Projeto Escola de Fábrica foi instituído pela Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005 e tem a finalidade de ampliar as possibilidades de formação profissional básica, favorecendo o ingresso de estudantes de baixa renda no mercado de trabalho.

Em 2006, as unidades gestoras e as empresas participantes, com cobertura em todas as regiões, interagiram de forma a consolidar uma rede nacional de formadores para a Educação Profissional. Essa rede, em 2005, propiciou a implantação de 558 espaços educativos em fábricas, empresas industriais ou prestadoras de serviço, agroindústrias, enfim, nas mais variadas unidades de produção urbanas ou rurais, em 2006 esse número foi de 834 Unidades Formadoras, distribuídas em 23 unidades da federação. Os estabelecimentos que participaram desta rede abriram espaço para a formação pessoal cidadã e profissional de alunos de baixa renda em suas próprias dependências, promovendo assim a formação de trabalhadores para a reposição ou expansão de recursos humanos da própria empresa ou ainda, para encaminhamento a outros postos de trabalho.

Além dos projetos aprovados, acima mencionados, o Projeto Escola de Fábrica firmou Termo de Cooperação com seis empresas estatais, cujo objeto é ampliar o alcance do Projeto, inclusive com repasse de bolsa-auxílio para 1.200 jovens. Esta ação é resultado da atuação do Projeto no Fórum das Estatais pela Educação cujo objetivo é a execução, de forma participativa e consensual, de uma política educacional voltada para a inclusão e a justiça social.

No ano em referência, o Projeto foi contemplado com um orçamento no valor de R\$ 41.900.000,00, distribuídos entre as ações 3685, 7109 e 0Aa13.

A ação 3685 – Implementação da Expansão da Educação Profissional, com um montante de R\$ 4.445.000,00 milhões, representou a previsão para despesas com administração e fortalecimento institucional do Programa Escola de Fábrica.

Com relação à ação 7109 – Implantação e Recuperação de Centros Escolares de Educação Profissional, destinada ao repasse de recursos para convênios, esta teve seu valor total projetado em R\$ 22.700.000,00, sendo este montante destinado para o pagamento de saldo remanescente de convênios de 2005 e para execução dos convênios aprovados em 2006.

Quanto à ação 0A13 – Concessão de Bolsa-Auxílio, a mesma foi projetada em R\$ 15.155.000,00 de forma a contemplar as bolsas-auxílio de alunos credenciados em 2006, para pagamento de saldo remanescente de 2005 e para assegurar pagamento de bolsa aos alunos provenientes de parcerias do Programa com entidades da Administração Indireta.

De forma a dar suporte à boa execução do Projeto Escola de Fábrica, foram utilizadas as seguintes ferramentas:

4. Oficinas de Elaboração de PTA: foram realizadas 9 Oficinas em março com o intuito de capacitar técnicos, responsáveis pela confecção dos Planos de Trabalho Aplicados – PTA's dos projetos aprovados, quanto aos procedimentos exigidos para a elaboração dos mesmos. Nas oficinas foi apresentado aos participantes o SAPENET, sistema criado pelo FNDE para auxílio no planejamento das ações a serem executadas e preenchimento dos anexos que compõem o Plano de Trabalho.

5. Capacitação de Executores: em outubro de 2006 foram realizadas 5 capacitações para executores de convênios do Projeto Escola de Fábrica em parceria com o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação - FNDE. Esses seminários

foram realizados em 5 capitais, com carga horária de 16 horas cada, com o objetivo transmitir aos executores de projetos convidados orientações relacionadas à adequada aplicação dos recursos recebidos, e aos procedimentos legais para prestação de contas, comprovação de gastos e licitação.

6. Capacitação Pedagógica: com o objetivo de capacitar os representantes das Unidades Gestoras quanto aos procedimentos a serem adotados no desenvolvimento do Projeto Pedagógico, bem como na correta utilização do Sistema de Pagamento de Bolsa-Auxílio – SISPAB, foi desenvolvido em julho e agosto de 2006 seminários em Fortaleza, Goiânia e Brasília para 211 gestores convidados.

7. Contratação de consultores para atuar como monitores e articuladores, de forma a efetivar o acompanhamento *in loco* da execução dos projetos aprovados. Considerando o alcance do Projeto em 23 unidades da federação, tornou-se necessário um monitoramento mais estreito e constante do Projeto junto às unidades gestoras e formadoras credenciadas.

E, por fim, visando ao fortalecimento institucional do Projeto Escola de Fábrica, foram efetuadas algumas contratações, a saber:

- Contratação, em parceria com o PROEP, de empresa de consultoria com experiência na avaliação de projetos com enfoque educacional, que dê ênfase aos aspectos qualitativos e quantitativos, com o desenvolvimento de indicadores que subsidiarão decisões pautadas em resultados obtidos.
- Contratação de consultoria e composição de grupo de trabalho de técnicos do Projeto para desenvolver estudos, visando à reavaliação da metodologia pedagógica aplicada.

9. MISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO 2006



De 25 a 29 de setembro de 2006 uma Missão de Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID reuniu-se com a equipe do PROEP e da SETEC/MEC, com o propósito de revisar os avanços na execução do PROEP a partir da última Missão de Administração, ocorrida em agosto de 2005, bem como acordar compromissos para encerrar o Programa.

A Missão de 2006 teve os seguintes objetivos específicos:

- 1) analisar o grau de avanço dos compromissos acordados em 2005, especialmente quanto ao alcance dos indicadores previstos no Marco Lógico;
- 2) avaliar o grau de comprometimento de recursos e comprovação de gastos efetuados;
- 3) acordar estratégia e cronograma para finalização do Programa (prorrogação de prazo de último desembolso);
- 4) analisar o processo e cronograma de avaliação do PROEP;
- 5) apresentar à equipe do FNDE/MEC o instrumento para a elaboração do PCR e acordar estratégia de captação das informações; e
- 6) elaborar plano de trabalho da fase final do Programa.

Na Missão de Administração de 2005, foram acordados, como principais compromissos, o cumprimento de metas, a diminuição da complexidade das tarefas e a concentração de esforços para encerrar os convênios. Demais compromissos assumidos, foram os seguintes:

AÇÃO	PRAZO
Plano de Ação Final 2005/2006	19/08/2005
Entrega de lote de 33 Convênios Finalizados	30/08/2005
Edital de Avaliação PROEP completo	16/09/2005
Termo de Referência Avaliação Escola de Fábrica	15/09/2005
Relatório de Desempenho do Programa	30/03/2006
Revisão do Regulamento Operativo	30/09/2005
Análise da viabilidade de 31 PEC's reativáveis	30/11/2005
POA 2005, Relatório de Atividades 2004, Relatório de Manutenção de Obras	18/09/2005

Já nesta última Missão foram revisados os compromissos acordados em 2005, verificando-se que a maior parte deles foi cumprida, restando apenas os seguintes documentos, a serem entregues ao Banco: edital da segunda fase da licitação para contratar a avaliação do Programa, termo de referência para avaliar o Programa Escola de Fábrica e o Relatório de Manutenção de Obras.

Com relação ao estágio de execução do Programa foi informado, na ocasião, que foram concluídos 47 Projetos Escolares até aquela data, restando 212 por finalizar, dos quais 124 concluídos até 31 de dezembro de 2006, e o restante dos 8 PEC's até 24 de maio de 2007, tendo sido também apresentadas informações relativas ao estágio de execução financeira do Programa.

Assim, de posse das informações fornecidas a respeito dos PEC's em execução, e dos compromissos a serem assumidos até 24 de dezembro de 2006, acordou-se estender o atual prazo para último desembolso de 26 de novembro de 2006 para a data limite recomendada pela COFLEX/SEAIN, ou seja, 31 de maio de 2007. Objetivando analisar a viabilidade de conclusão do Programa na referida data, a equipe do Banco, a do PROEP e a da SETEC, em conjunto com a SEAIN, acordaram realizar uma reunião durante o mês de janeiro de 2007, quando será verificada a necessidade de nova extensão de prazos para execução e término do PROEP.

Por fim, foi apresentado, pela equipe do Banco, o novo modelo de Relatório de Término de Projetos do BID, o PCR – Project Completion Report –, bem como as estratégias a serem adotadas para captação das informações. Tal instrumento irá apontar os temas relevantes que serão considerados pelo Banco no encerramento do Programa, a partir da análise de evidências concretas a respeito dos dados e indicadores da evolução do Programa, suas dificuldades e demais aspectos gerais. Ressaltou-se, ainda, que as informações requeridas pelo instrumento deverão ser disponibilizadas pelo Programa, com base na sua Avaliação e nas informações decorrentes da pesquisa complementar e do estudo de egressos.



A realização da primeira avaliação externa do PROEP visa analisar o alcance dos objetivos e metas definidos, com foco no impacto da atuação do Programa segundo os objetivos das ações de Expansão da Educação Profissional. Ou seja, irá avaliar até que ponto foram alcançados os resultados de impacto que estavam colocados como indicadores do Marco Lógico do PROEP.

Inicialmente, foi elaborado um Termo de Referência para contratação de empresa consultora para desenvolver e implementar uma metodologia que permita monitorar, avaliar e analisar a execução do Programa, atendendo aos seguintes objetivos específicos, a saber:

1. Desenvolver e aplicar uma metodologia de avaliação voltada à aferição do processo de implementação do PROEP. A proposta metodológica deve estar focada nas condições institucionais, organizacionais, econômicas e financeiras, que se constituem fatores propulsores ou obstáculos à implementação do Programa.
2. Desenvolver e aplicar uma metodologia de avaliação de resultados conjugada com a de processo (item 1), destinada a avaliar os resultados do PROEP em seus dois Subprogramas.
3. Elaborar uma linha de base, identificando os elementos metodológicos centrais que estruturam a estratégia de intervenção utilizada pelo PROEP.
4. Desenvolver instrumentos para aplicações posteriores que permitam o monitoramento da implementação do PROEP.

Os resultados da avaliação serão apresentados na forma de produtos, divididos da forma a seguir:

1o) plano de trabalho detalhado;

2o) realização de workshop com a situação do andamento da avaliação, incluindo todos os documentos produzidos, visando subsidiar o levantamento de informações junto a todos os atores do PROEP (questionários a serem encaminhados para as escolas, secretarias, e instâncias envolvidas na pesquisa – PROEP, BID, PNUD, SETEC, etc);

3o) grande relatório incluindo a metodologia utilizada na pesquisa e os resultados obtidos, concluindo com um sumário executivo que contenha uma análise global dos resultados.

O FNDE ficou responsável por todo o processo de publicação do edital, recebimento e abertura das solicitações, elaboração da lista-curta e documento de seleção, contratação de consultoria e execução. A partir a liberação do orçamento em 2007, será dada continuidade ao processo e prevê-se que, até março de 2007, o edital já estará em fase de contratação.

O procedimento licitatório, ainda, será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Global, cujo objeto é a seleção e contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Avaliação de Programas Educacionais, contemplando: avaliação de processo, de resultados e aspectos de avaliação de impacto, utilizando-se de métodos combinados de coleta de informações, com destaque para processos participativos, de processos interativos de análise das informações, tais como a realização de workshops, entre outras metodologias, visando à Avaliação do Programa de Expansão

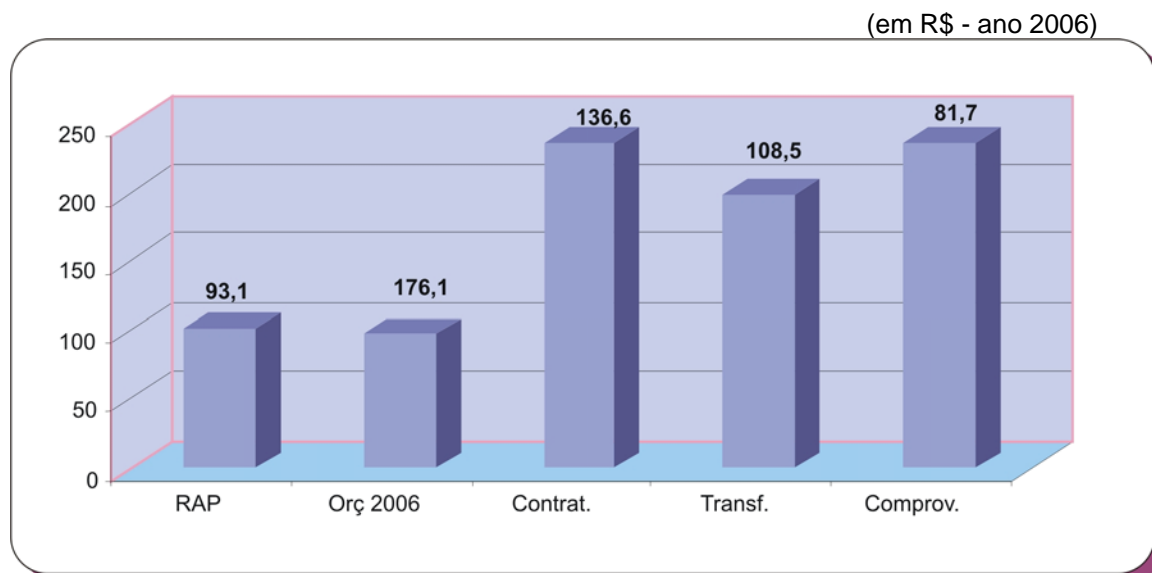
da Educação Profissional – PROEP, Projeto Sintonia e Projeto Escola de Fábrica, de acordo com as condições e especificações constantes do Edital e seus Anexos.

A seguir, serão realizadas as primeiras reuniões entre SETEC, PROEP e Escola de Fábrica, com a empresa colocada em primeiro lugar no certame, visando definir uma agenda de trabalho incluindo tanto o cronograma de execução quanto os valores a serem utilizados no processo de avaliação do Programa. Os resultados decorrentes serão informados, oportunamente, no Relatório Semestral de Progresso referente ao 1º semestre de 2007, quando ocorrerá todo o procedimento, estando prevista sua finalização, inicialmente, para novembro do ano subsequente.

II. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA

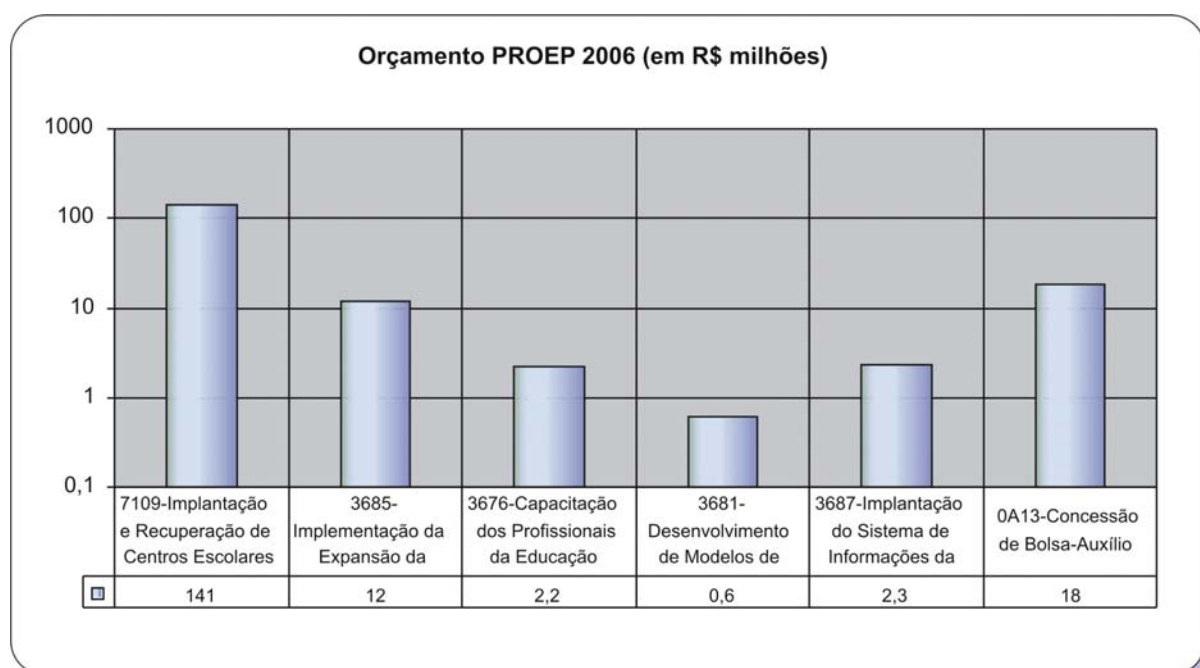


As metas estabelecidas para o PROEP em 2006, relativas à execução orçamentário-financeira, estão ilustradas no gráfico abaixo e, a seguir, apresentamos um rol das ações implementadas no 2º semestre deste ano, sua situação e resultados alcançados.

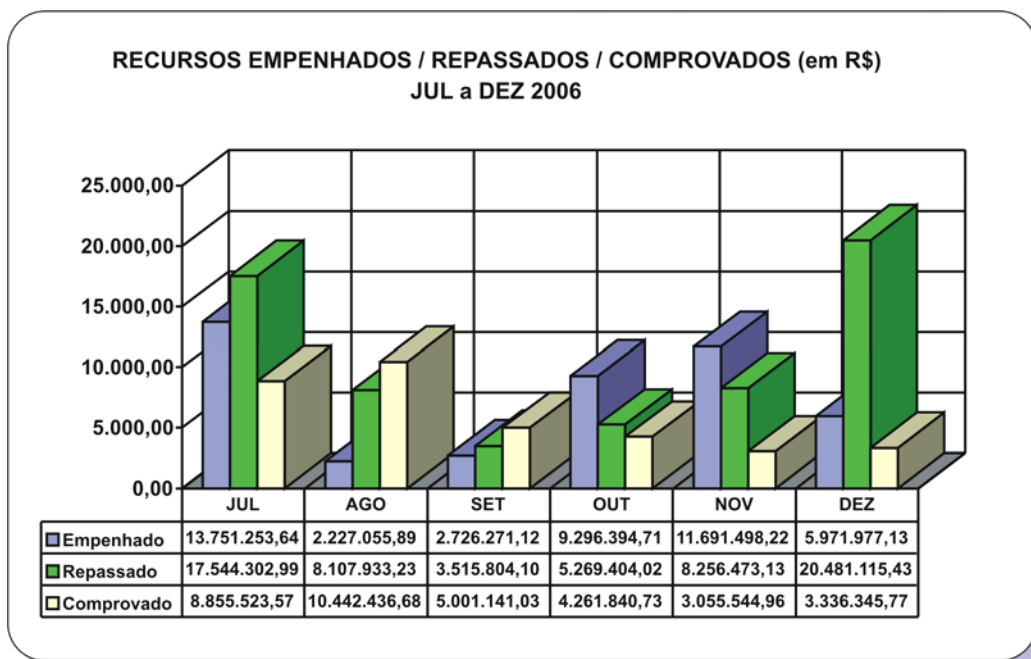


Enquanto que, em 2005, as principais metas do PROEP foram a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar com pendências desde 2002, e a transferência do orçamento, em 2006 o foco do trabalho foi direcionado para a garantia da execução orçamentária e da execução física, com a adoção de medidas visando a finalização dos convênios do Programa.

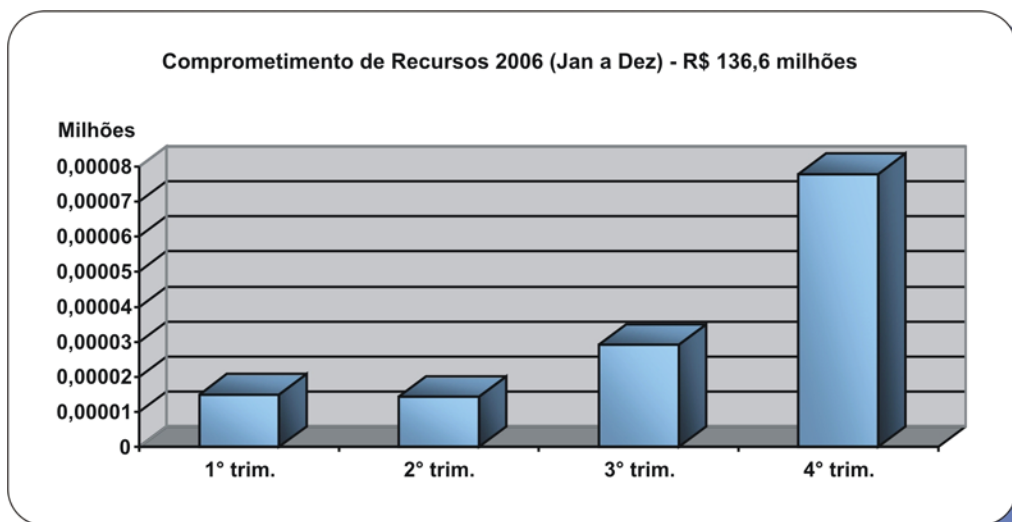
Os recursos previstos na proposta orçamentária para 2006 foram distribuídos entre as seguintes ações do PROEP:



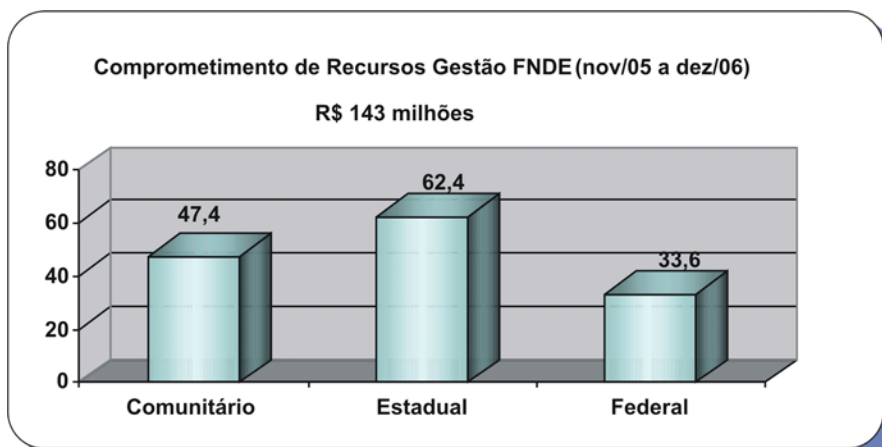
Em 2006 houve a aplicação da dotação de, aproximadamente, R\$ 108 milhões em transferências financeiras (repasses) para as entidades conveniadas, observando-se no mês de dezembro a melhor performance, chegando à casa de R\$ 20 milhões, conforme o gráfico a seguir:



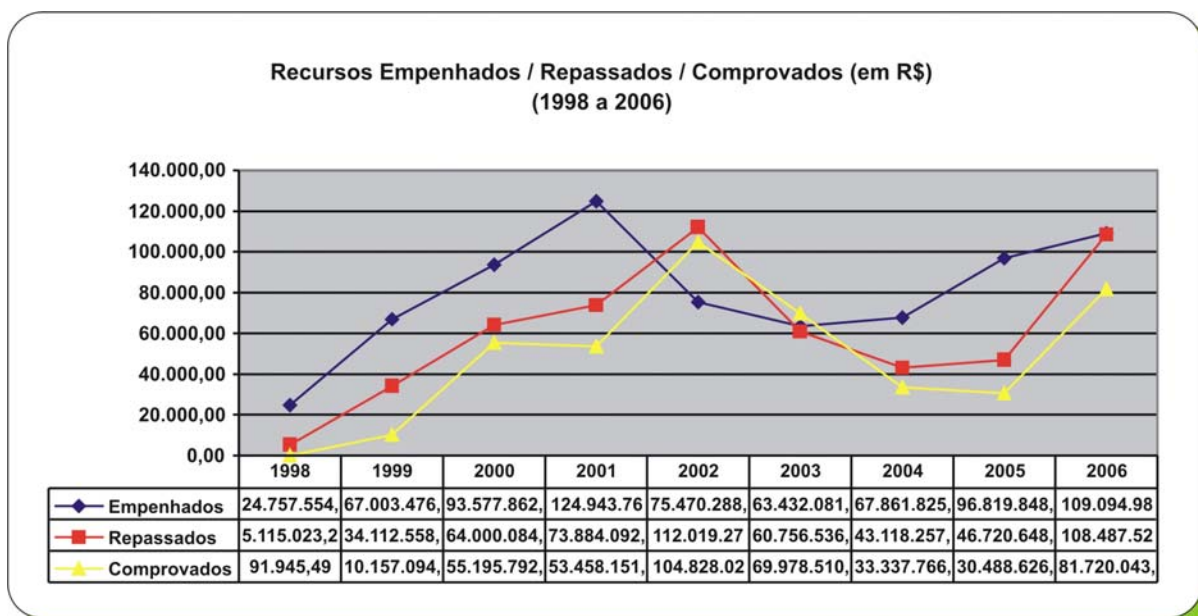
Foi dada prioridade à execução orçamentária, que teve seu desempenho otimizado, principalmente nos dois últimos trimestres do ano, em termos de alocação orçamentária, comprovação de gastos e comprometimento de recursos, chegando à casa dos R\$ 136,6 milhões comprometidos ao longo do ano de 2006.



Registra-se, ainda, um comprometimento de recursos, durante a gestão FNDE de novembro de 2005 a dezembro de 2006, no valor total de R\$ 143 milhões, distribuídos entre cada segmento conforme demonstrado no gráfico a seguir:



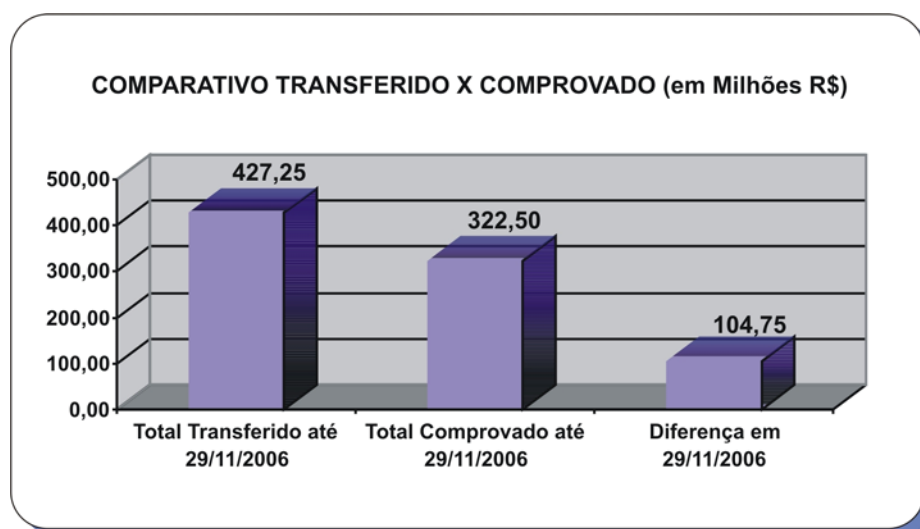
Como demonstrado no gráfico abaixo, que retrata a situação orçamentário-financeira do Programa de 1998 a 2006, observa-se um significativo aumento no numerário de recursos empenhados e transferências financeiras realizadas neste ano. Nunca, em toda a história do PROEP, foram alcançadas tais marcas em termos de execução, mormente em relação ao montante de recursos repassados, como em 2006, e principalmente no mês de dezembro.



É possível mensurar os resultados obtidos, comparando-se os níveis de execução do PROEP em 2005, com os dados sobre a execução atual, quais sejam:

Execução	Agosto 2005	Outubro 2006
Prevista	100%	100%
Efetivada	58%	74%
Prevista US\$	312 milhões	312 milhões
Efetivada US\$	81 milhões	230 milhões
Saldo a Executar US\$	131 milhões	82 milhões
Saldo a Executar	42%	26%

Observou-se, também, que a comprovação de gastos recebeu um forte impulso, principalmente a partir da implantação e utilização do sistema AFINNET, que possibilitou o envio online, por parte das entidades convenientes, de suas comprovações de gastos. Assim, em 2006, foi alcançada uma das melhores marcas de toda a história do PROEP, em termos de comprovação de gastos, chegando à casa dos R\$ 81,7 milhões, tendo sido comprovado o montante de R\$ 35,14 milhões (43%) somente no período de julho a dezembro de 2006.



FONTE: Relat. SIG – Orçament.-Financeiro – Diferença Comprovação

Em 2005 foi zerado o saldo do fundo rotativo de US\$ 3,927 – existente em 1998 – e, de dezembro de 2005 a junho de 2006, foram comprovados mais US\$ 5 milhões, alcançando a marca de US\$ 193,2 milhões de desembolsos de despesas, sendo US\$ 98,9 milhões com recursos do financiamento do BID e US\$ 94,3 milhões com recursos da contrapartida local, conforme demonstrado no Quadro IV:

QUADRO V – DEMONSTRATIVO DE DESEMBOLSO (em US\$)

ORIGEM DOS RECURSOS	VALOR DO CONTRATO	DESEMBOLSADO ATÉ 12/2006 (DT 83)	SALDO DO CONTRATO
BID	156,0	108,3	47,7
CONTRAPARTIDA	156,0	105,4	50,6
TOTAL	312,0	213,7	98,3

A meta de comprovação e desembolso de US\$ 1,4 milhão de dólares por mês foi cumprida, com o encaminhamento, de julho a dezembro de 2006, de oito solicitações de desembolso das Comprovações de Gastos de n°s 76 a 83. Portanto, os resultados do excelente desempenho da execução orçamentária e da transferência financeira foram colhidos nas comprovações de gastos, a partir do encaminhamento mensal das solicitações de desembolso.

Assim, na comprovação de gastos em 2006, foi possível atingir a retomada do desembolso de financiamentos junto ao BID. De US\$ 312 milhões previstos, até o momento foram comprovados US\$ 230 milhões, ou seja, 74% da comprovação total prevista. Resta, ainda, a executar, um saldo de US\$ 82 milhões (26%).

QUADRO VI - DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS – DT 83

(em US\$)

CATEGORIA	ORÇAMENTO ORIGINAL		ORÇAMENTO VIGENTE		ACUMULADO ATUAL	
	BID	LOCAL	BID	LOCAL	DESEMB. BID	APORTE LOCAL
	1	2	3	4	5	6
1.0 Administração do Programa	-	25.000.000,00		25.000.000,00	0	22.154.759,13
2.0 Implantação de Políticas Globais	14.000.000,00	25.000.000,00	10.000.000,00	15.000.000,00	0	0
2.1 Equipamentos	400.000,00	0	400.000,00		70.559,18	0
2.2 Serv. Consultoria	2.500.000,00	9.900.000,00	2.500.000,00	3.900.000,00	759.324,87	1.367.487,48
2.3 Capacitação	7.300.000,00	8.000.000,00	3.300.000,00	4.000.000,00	1.744.421,76	1.546.406,10
2.4 Serv. Especializados	3.800.000,00	7.100.000,00	3.800.000,00	7.100.000,00	1.196.787,92	9.477.792,57
3.0 Planos Estaduais e Proj. Escolares	214.800.000,00	200.000.000,00	143.500.000,00	116.000.000,00	0	0
3.1 Obras Civis	70.000.000,00	50.000.000,00	50.000.000,00	38.000.000,00	46.083.880,55	30.005.163,26
3.2 Equipamentos	117.400.000,00	82.900.000,00	85.100.000,00	63.900.000,00	50.082.397,06	32.304.535,91
3.3 Capacitação	10.000.000,00	20.000.000,00	2.000.000,00	4.000.000,00	1.918.236,52	3.892.094,92
3.4 Serv. Consultoria	17.400.000,00	17.400.000,00	6.400.000,00	6.400.000,00	4.577.247,54	3.068.350,22
3.5 Serv. Especializados	-	9.700.000,00		3.700.000,00	0	1.627.683,75
3.6 Imprevistos	18.700.000,00	20.000.000,00	-	-	1.912.000,00	0
4.0 Inspeção e Supervisão	2.500.000,00	0	2.500.000,00	0	0	22.154.759,13
TOTAL	231.300.000,00	250.000.000,00	156.000.000,00	156.000.000,00	108.344.855,40	105.444.273,34
BID + LOCAL	481.300.000,00		312.000.000,00		213.789.128,74	
PARIPASSU (A/D)*100	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	50,68%	49,32%

E, ainda, considerando o quadro geral de execução dos convênios do Programa, e após avaliação individual da capacidade de conclusão dos que ainda estão em execução, apresenta-se a seguinte situação, a saber:

- 105 convênios com a execução de suas ações a ser finalizada até maio de 2007, antes do final da vigência do Acordo de Empréstimo, ou seja, 30 de maio de 2007;
- 93 convênios cuja finalização ultrapassará os prazos de comprometimento e desembolso, dentre os quais 52 convênios a serem finalizados entre junho e agosto de 2007, e 41 convênios com ações a serem executadas de setembro a novembro de 2007.

Deste modo, a finalização dos convênios, do início do ano até 22 de dezembro de 2006, cumprindo os prazos determinados pelo Banco, representou um comprometimento total de US\$ 38,3 milhões (BID/Local) e uma execução efetivada em US\$ 213,7 milhões.

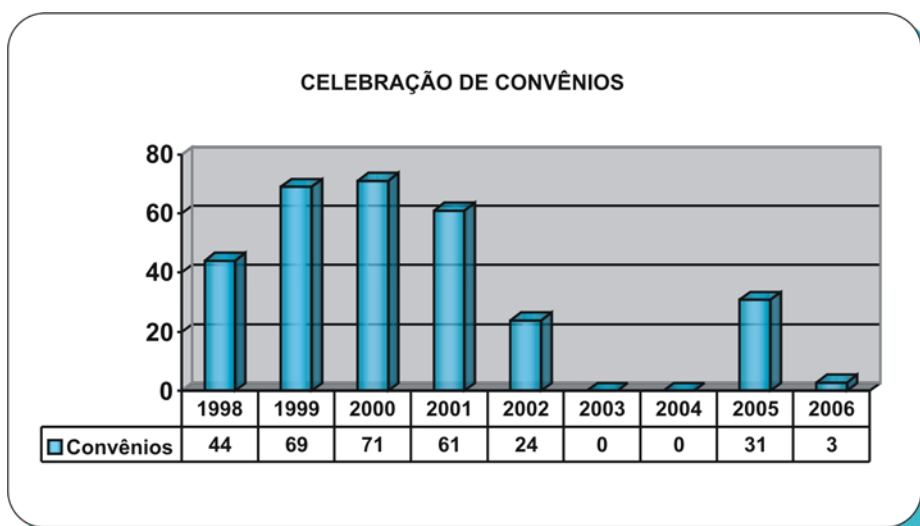
Com relação aos convênios que ultrapassarão os prazos finais do Acordo, está previsto o comprometimento de US\$ 32,5 milhões em recursos locais (contrapartida apenas).

Em linhas gerais, o PROEP apresenta o seguinte quadro orçamentário-financeiro:

- de um orçamento total no valor de R\$ 106 milhões, R\$ 95 milhões já foram utilizados (efetivados), representando 90% do total planejado;
- em termos transferência de recursos financeiros para as entidades convenientes, de R\$ 186 milhões que faltavam para finalização do Programa, R\$ 85 milhões já foram repassados;
- em termos globais, considerando os convênios celebrados e executados no âmbito de toda a execução do PROEP, de um total conveniado de R\$ 612 milhões, R\$ 501 milhões já foram transferidos (80% do total), restando R\$ 111 milhões a efetivar, ou seja, 20% do total conveniado.

II.I STATUS DOS CONVÊNIOS DO PROEP

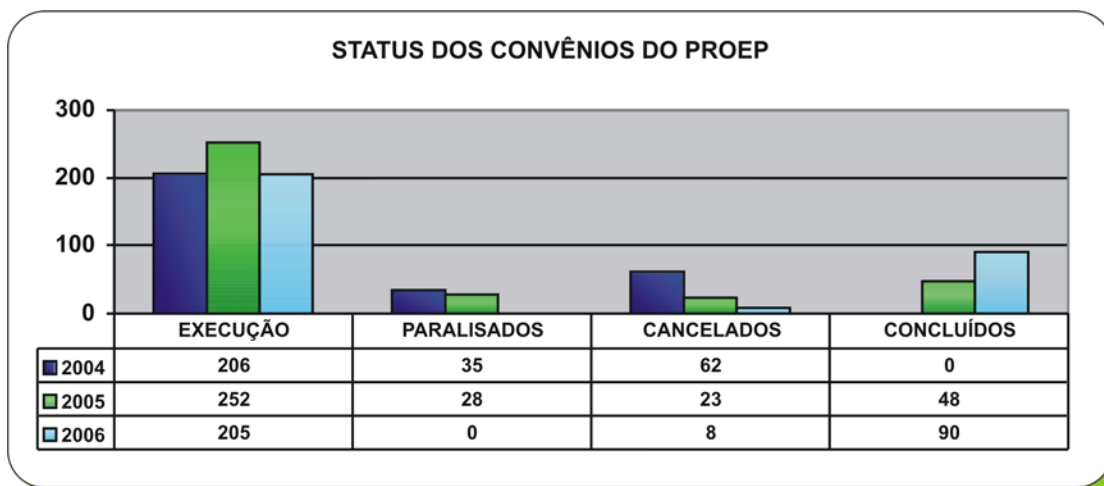
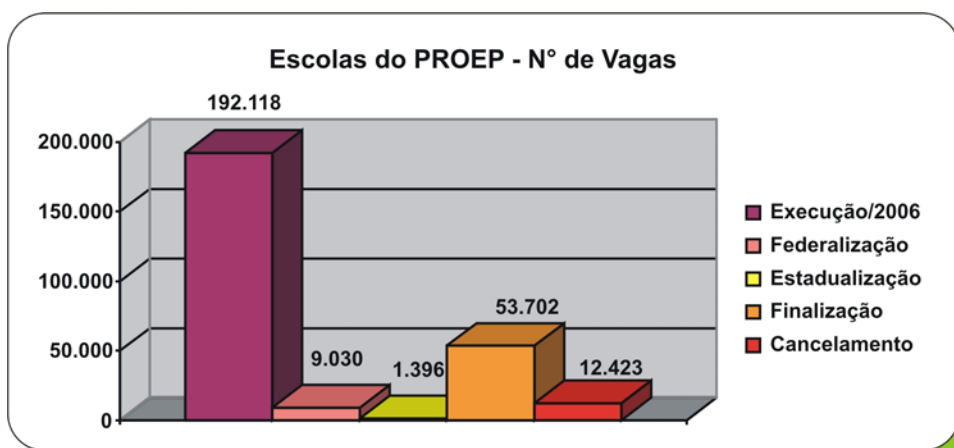
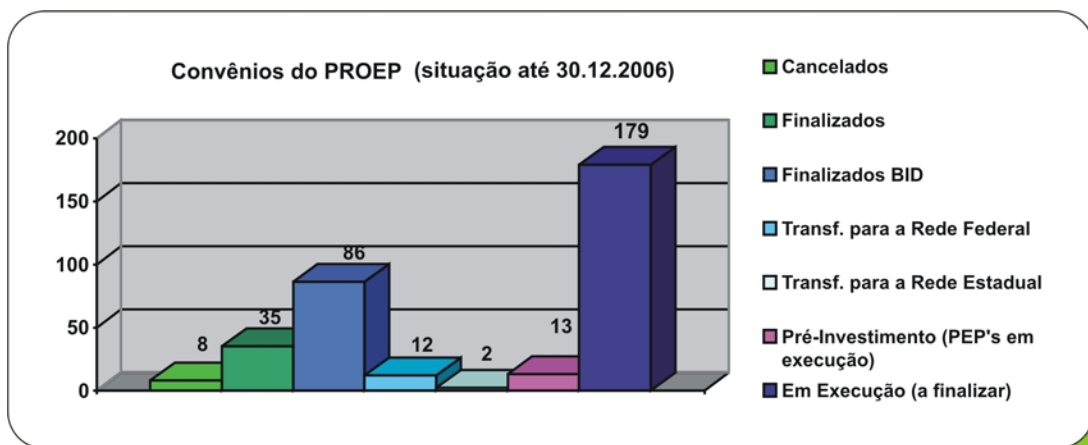
Após a análise da viabilidade operacional e da sustentabilidade, em 2006 foram assinados 34 novos Projetos Escolares para construção de centros de educação profissional e aquisição de equipamentos, no valor de R\$ 61,9 milhões, visando à diversidade e ampliação da oferta de vagas, e, conseqüentemente, uma inserção cada vez mais ampla de profissionais capacitados no mercado de trabalho.



Desde 2005, e ao longo do ano de 2006, foram adotadas estratégias de gestão específicas e diferenciadas em cada segmento, notadamente relacionadas às questões das licitações, comprometimento e comprovação de gastos, sendo:

- segmento federal: monitoramento da execução;
- segmento estadual: apoio à execução, sobretudo no que se refere às articulações junto aos dirigentes dos estados, visando à aceleração dos processos em sua esfera;
- segmento comunitário: execução direta pela Coordenação do Programa, com a realização das licitações pelas entidades.

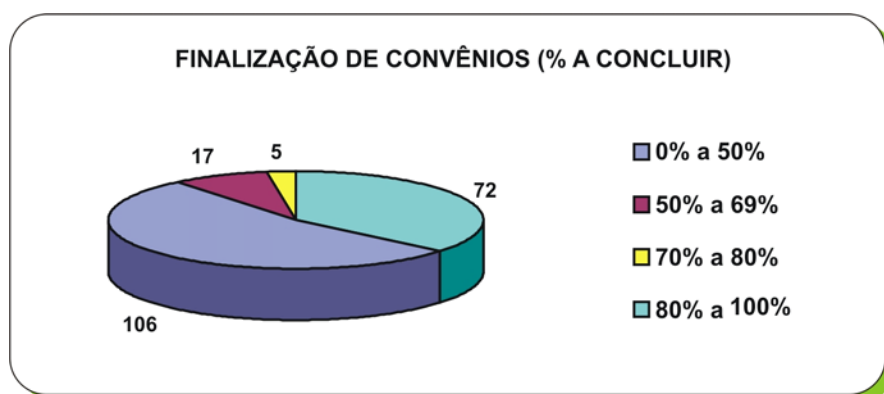
A configuração atual do PROEP apresenta um total de 270 Projetos Escolares, financiados por meio de 303 convênios, sendo: 90 com execução finalizada, 08 cancelados, 12 federalizados e 2 transferidos para o segmento estadual, 13 PEP's e 179 PEC's em execução.



De um total de 303 Projetos (convênios) do PROEP, 205 encontram-se em execução, os quais são divididos entre Planos de Pré-Investimento, PEP's (Planos Estaduais) e Projetos Escolares com investimentos em infra-estrutura, obras em construção, equipamentos e serviços.

Observou-se, portanto, no 2º semestre de 2006, a seguinte demanda de fiscalização dos trabalhos de medição para o ano de 2007, sendo:

- a) 106 convênios com menos de 50% para sua conclusão, representando, em média, o número mínimo de uma visita para sua finalização;
- b) 17 convênios com um percentual de 50% a 69% da sua execução a concluir, demandando, no mínimo, duas visitas para conclusão;
- c) 5 convênios com o percentual de execução a concluir de 70% a 80%, e 72 com o percentual de execução de mais de 80% a concluir, demandando, portanto, de duas a quatro visitas para finalização.



A retomada de convênios paralisados e que apresentavam problemas de qualquer ordem, especialmente a partir da criação de uma equipe específica (5a Região) para cuidar destes, levou a um crescimento no número de convênios em execução com relação aos anos anteriores do Programa e, conseqüentemente, à elevação da dotação orçamentária.

Enquanto que, em 2005, foi realizado pela primeira vez o processo de encerramento junto ao BID de 36 convênios com o status de “finalizados”, até dezembro de 2006 este número aumentou. Em consonância com o determinado pelo Banco, e tendo em vista a proximidade do prazo final para comprometimento de recursos, até o final do ano foi realizado o processo de encerramento de mais 86 convênios (finalizados), devido à apresentação de suas comprovações de gastos finais, e principalmente em razão da criação de uma equipe específica, no 2º semestre de 2006, para análise minuciosa da regularidade deste processo de comprovação de todos estes convênios.

II.2 FEDERALIZAÇÃO E ESTADUALIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS DO PROEP

A Portaria nº 376, de 02.02.2005, que incumbiu ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE a responsabilidade pela gestão do Programa de Reforma da Educação Profissional – PROEP, buscando ampliar a eficiência, a eficácia e a transparência dos recursos aplicados, e o disposto no Acórdão nº 480/2005 – TCU – Plenário determinou que:

“9.2.1. – no prazo de 180 dias, realize levantamento nos projetos financiados junto ao setor comunitário, para avaliar a existência de obras inacabadas ou laboratórios equipados de forma incompleta, que devam ser concluídos prioritariamente, e, na alocação de recursos do Programa, priorize a conclusão dos que apresentem condições e demanda para entrar em funcionamento tão logo sejam equipados, dando ciência ao Tribunal dos problemas identificados e das providências adotadas para cada um dos centros analisados”.

Foi identificado pela Coordenação do PROEP, antes mesmo da edição da Portaria nº 376, que diversos convênios se encontravam com dificuldades em concluir o seu objeto, em razão de obras paralisadas, não regularidade no fluxo de orçamento, e repasse financeiro para conclusão das obras ou finalização dos convênios, além de falta de comprovação de receita para manutenção da escola, para garantir a sustentabilidade financeira da instituição de ensino profissional financiada pelo PROEP.

Na concepção do projeto, as parcerias eram essenciais para garantir a sustentabilidade das escolas pleiteadas e condição prévia para aprovação da carta consulta apresentada por essas instituições que, além disso, estariam obrigadas a ofertar 50% de vagas gratuitas.

Embora não tenha ocorrido uma ampla avaliação, sabia-se que alguns convênios não vinham apresentando um resultado de execução satisfatório, pois muitos parceiros deixaram as entidades mantenedoras totalmente desprovidas de aportes financeiros, inviabilizando a manutenção e gestão da instituição de ensino, cuja implementação era objeto desses convênios, agravado pelo fato de que essas entidades de educação profissional, além da sustentabilidade, tinham que garantir, também, a atualização tecnológica obrigatória nos dias de hoje.

Esses convênios apresentavam, também, inadequações em seus projetos e problemas em suas prestações de contas que impediam o andamento de sua execução.

Assim, ante este quadro, foi feita uma proposta, pela SETEC/MEC, para rever a situação imposta pela Lei nº 8.948/1994, que vedava à União promover a criação de novas unidades de ensino técnico e/ou agrotécnico, a não ser mediante o estabelecimento de parcerias com Estados, Municípios, Distrito Federal, organizações do setor produtivo ou organizações não governamentais que, com contrapartida, seriam responsáveis pela manutenção e gestão desses estabelecimentos de ensino.

Esta Coordenação foi incumbida, por determinação da Presidência do FNDE, a realizar um levantamento das entidades que se encontravam com algum tipo de problema na conclusão do objeto nos moldes concebidos, e encaminhar uma relação de 18 convênios, dos segmentos comunitário e estadual, passíveis de se tornarem escolas federais, e dois convênios do segmento comunitário passíveis de integrarem o segmento estadual.

Assim, com o advento da Lei nº 11.195, de 18.11.2005, que alterou a redação do art. 3º da Lei nº 8.948/94, retirando a vedação ali expressa, possibilitaram-se estudos que permitiram a assunção pelo FNDE-PROEP/MEC-SETEC dessas entidades, objetivando suas transferências para a rede federal e estadual.

Neste sentido, a sanção da Lei nº 11.195 de 2005, possibilitou ao Governo Federal implementar novas unidades de educação profissional, concretizadas com a edição da Lei nº 11.249, de 23.12.2005, que abriu ao Ministério da Educação crédito suplementar destinado à construção de 26 (vinte e seis) novas unidades de ensino descentralizadas, vinculadas aos Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET's, com perspectivas de implantar mais unidades futuramente.

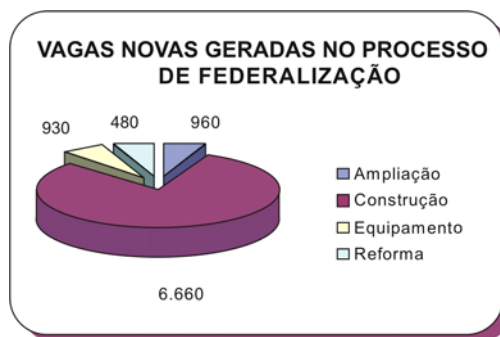
Dentro desse contexto, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional apresentado pelo Ministério da Educação, por meio da SETEC, incluiu, na Exposição de Motivos ao Senhor Presidente da República, inicialmente, 17 (dezessete) escolas construídas, em construção ou paralisadas, financiadas pelo Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, de entidades dos segmentos comunitário e estadual que, por apresentarem dificuldades diversas, foram transferidas para a esfera

federal, perseguindo o objetivo inicial de oferecer formação profissional pública e gratuita às respectivas comunidades.

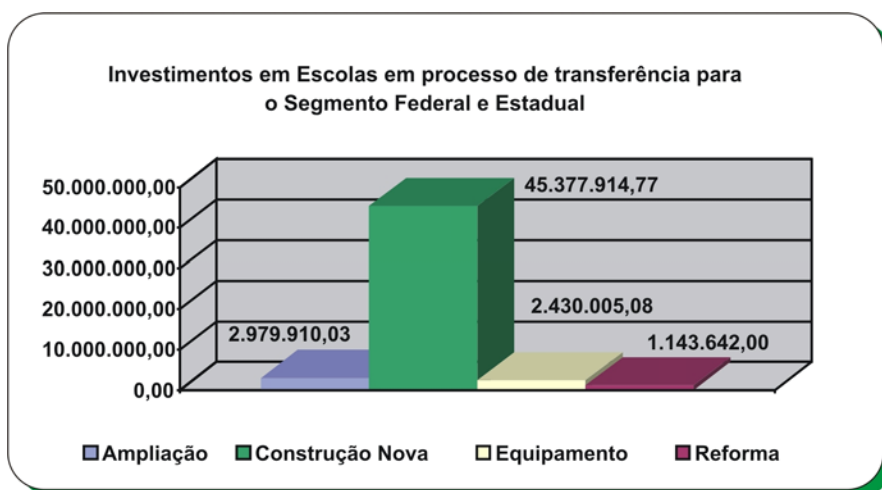
Também constou dessa Exposição de Motivos a criação de 2.000 cargos de professor de 1º e 2º graus e de 3.250 cargos de técnico-administrativo em educação, sendo 2.000 de nível intermediário e 1.250 de nível superior.

Conforme se pode verificar, essa foi a forma que o Governo Federal encontrou para minimizar os problemas surgidos com as dificuldades existentes nos diversos convênios em execução do PROEP. A decisão tomada representa, hoje, a gratuidade na sua totalidade (100%), indo além do seu propósito inicial.

Assim, 12 escolas, antes vinculadas ao segmento comunitário, foram transferidas para o segmento federal (CEFET's), e duas para o segmento estadual, proporcionando a expansão da rede de ensino tecnológico e oferecendo uma melhor alternativa para as comunidades, a partir da criação de aproximadamente 9.030 novas vagas, conforme ilustrado a seguir:



Já se encontram em funcionamento as escolas CEP São Luiz/MA, CEPROSUL em Nepomuceno/MG e Agende Guarulhos/SP, as quais receberam investimentos para reforma, ampliação e aquisição de equipamentos, respectivamente, no valor total de R\$ 6.553.557,11. Todas as demais quinze escolas federalizadas receberam investimentos destinados à construção nova da ordem de R\$ 39.670.579,17, e as duas estadualizadas no valor de R\$ 5.707.335,60.



Por fim, convém ressaltar que as distribuições dos projetos/convênios do PROEP que foram federalizados, abaixo discriminados, seguiram orientação e definição estabelecidas pela SETEC/MEC:

1. Associação Brasil Profissional – Convênio nº 073/1999 – CEFET/BA;
2. Secretaria de Educação do Estado do Tocantins – Convênio nº 063/2001 – ETF/TO;
3. Fundação de Ensino Técnico de Apucarana – Convênio nº 141/2001 – ETF/PR;
4. Fundação Cultural, Educacional e Tecnológica de Francisco Beltrão – Convênio nº 132/99 – UTF/PR;
5. Fundação Educacional de Toledo – Convênio nº 033/2001 – UTF/PR;
6. Fundação Instituto Nacional de Artes Culinárias – Convênio nº 187/1999 – CEFT/SC;
7. FUNDATURVOS – Convênio nº 008/2005 – CEFET – Bento Gonçalves;
8. Associação Nacional de Sindicatos Social Democrata – Convênio nº 085/2000 – CEFET/SP;
9. Fundação Saltense de Educação e Cultura – Convênio nº 209/2001 – CEFET/SP;
10. Associação Centro de Ensino Profissional de São João da Boa Vista – Convênio nº 195/1999 – CEFET/SP;
11. Centro de Referência Profissional do Instituto Técnico Profissionalizante de Bragança Paulista – Convênio nº 287/2000 – CEFET/SP;
12. Fundação Cultural de Caraguatatuba – Convênio nº 163/1999 – CEFET/SP;
13. Fundação para a Educação, Cultura e Desenvolvimento de Campos do Jordão – Convênio nº 145/2001 – CEFET/SP;
14. Fundação Monsenhor Luiz Gonzaga – Convênio nº 008/1999 – CEFET/MG;
15. IDSTP – Floresta – Convênio nº 133/2000 – CEFET – Petrolina;
16. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino superior e Desenvolvimento do Maranhão – Convênio nº 299/2000 – CEFET/MA;
17. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino superior e Desenvolvimento do Maranhão – Convênio nº 081/2001 – CEFET/MA;
18. Agência de Desenvolvimento de Guarulhos – AGENDE – Convênio nº 313/2001 – CEFET/SP.

12. PERFIL DAS ESCOLAS E PLANO DE AÇÃO



De acordo com os dados dos PEC's, ao final do Programa serão contabilizados os seguintes resultados em termos de investimentos e oferta de vagas em cursos básicos, técnicos e tecnológicos, sendo:

Investimentos por Segmento

Segmento	Número de Convênios	Investimento R\$
Comunitário	100	250.045.191,68
Estadual	99	212.161.970,97
Federal	66	150.176.698,28
Totais	265	612.383.860,93

Nota: O número de escolas é 259, pois 06 Projetos receberam investimentos com a celebração de dois convênios.

Oferta de Vagas por Tipo Por Objeto do Convênio

Objeto do Convênio	Número de Convênios	Vagas Projetadas
Construção Escolas Novas	121	526.981
Ampliação de Escolas	87	351.208
Reforma de Escolas	38	166.381
Laboratórios/Equipamentos	17	76.003
Prestação de Serviços	2	24.040
Totais	265	1.144.613

Investimento por Objeto - Segmento Comunitário

Objeto do Convênio	Número de Convênios	Investimentos R\$
Construção Escolas Novas	63	166.889.240,80
Ampliação de Escolas	19	44.030.218,01
Reforma de Escolas	10	21.925.002,84
Equipamentos	6	12.440.190,03
Prestação de Serviços	2	4.760.540,00
Totais	100	250.045.191,68

Investimento por Objeto - Segmento Estadual

Objeto do Convênio	Número de Convênios	Investimentos R\$
Construção Escolas Novas	51	111.247.874,97
Ampliação de Escolas	28	57.870.139,37
Reforma de Escolas	17	36.222.213,05
Equipamentos	3	6.821.743,58
Prestação de Serviços	0	0
Totais	99	212.161.970,97

Investimento por Objeto - Segmento Federal

Objeto do Convênio	Número de Convênios	Investimentos R\$
Construção Escolas Novas	7	19.213.712,46
Ampliação de Escolas	40	91.944.027,24
Reforma de Escolas	11	22.434.506,61
Equipamentos	8	16.584.451,97
Prestação de Serviços	0	0
Totais	66	150.176.698,28

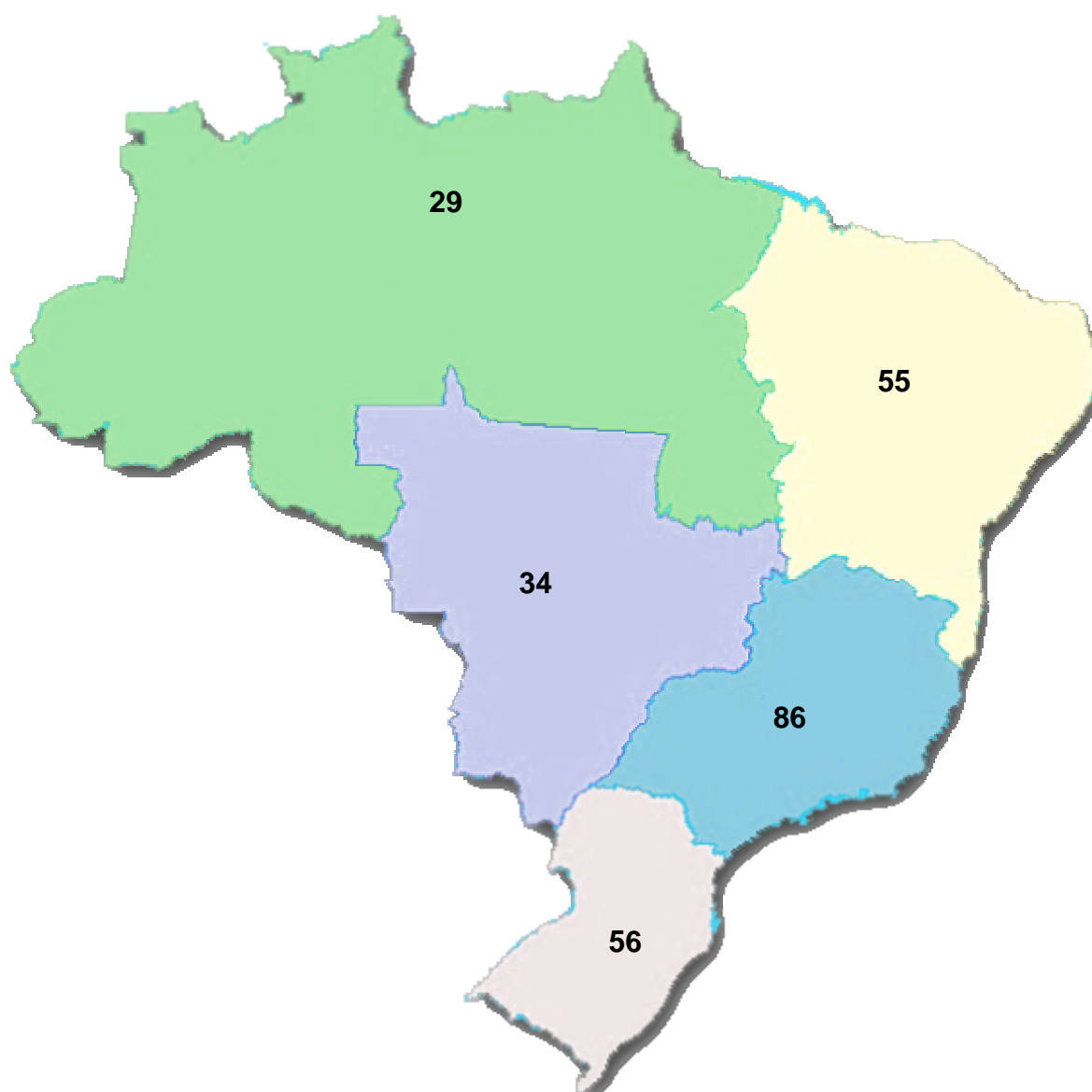
Vagas e Cursos Ofertados Por Região do Brasil

Regiões	Básico	Técnico	Tecnológico
Norte	77.899	16.566	1.080
Nordeste	203.233	38.533	15.380
Sudeste	344.146	66.718	10.125
Sul	176.524	42.318	4.092
Centro Oeste	125.192	22.027	760
BRASIL	926.994	186.162	31.437

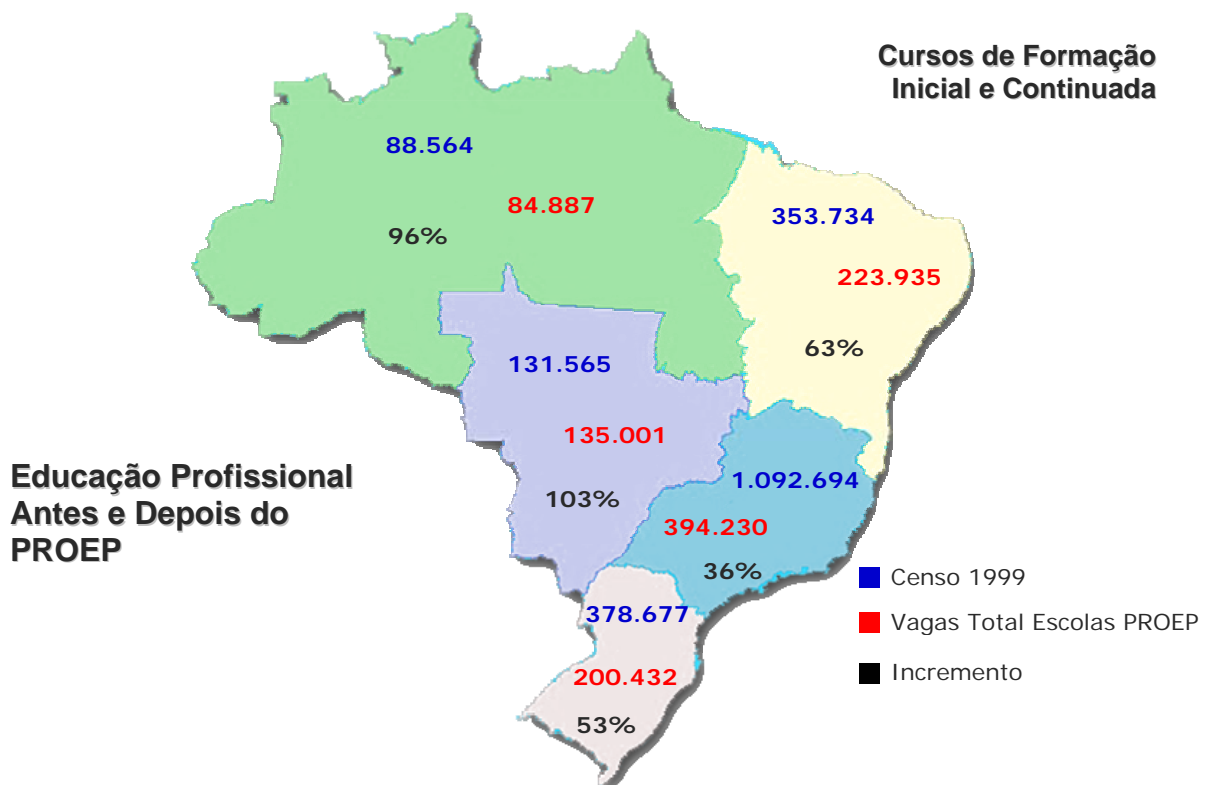
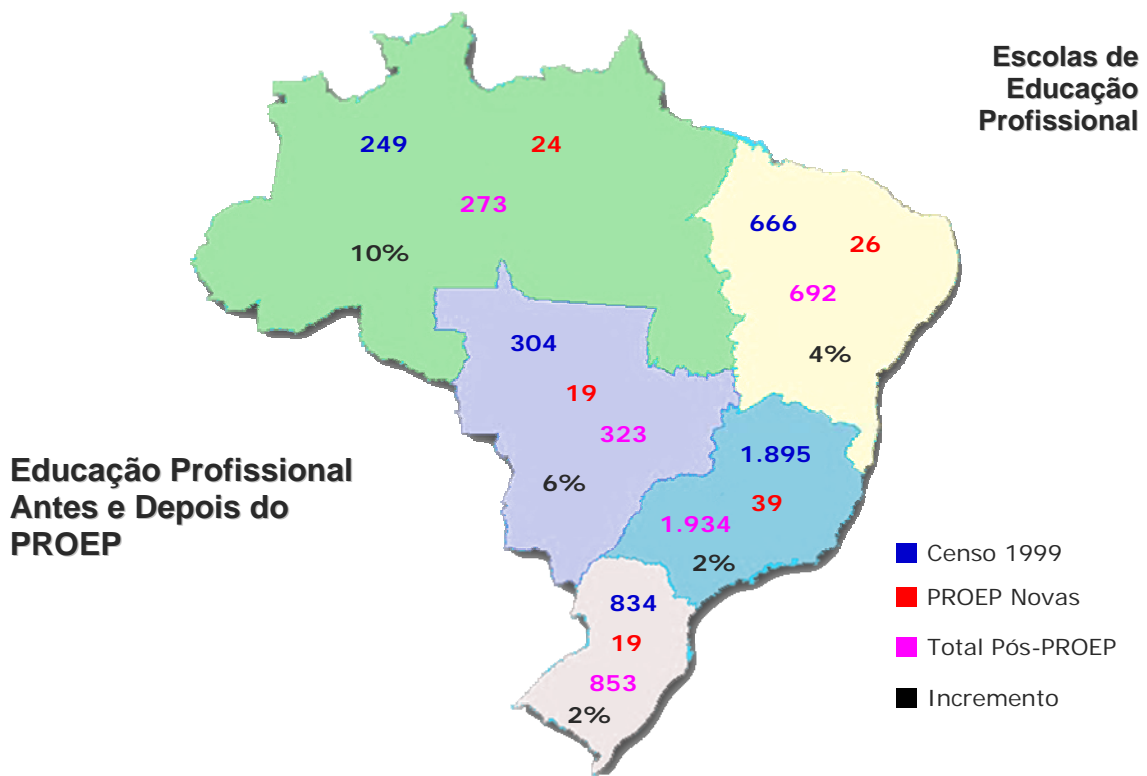
Nas páginas seguintes são apresentados quadros com o detalhamento da execução dos projetos do PROEP, considerando as seguintes situações:

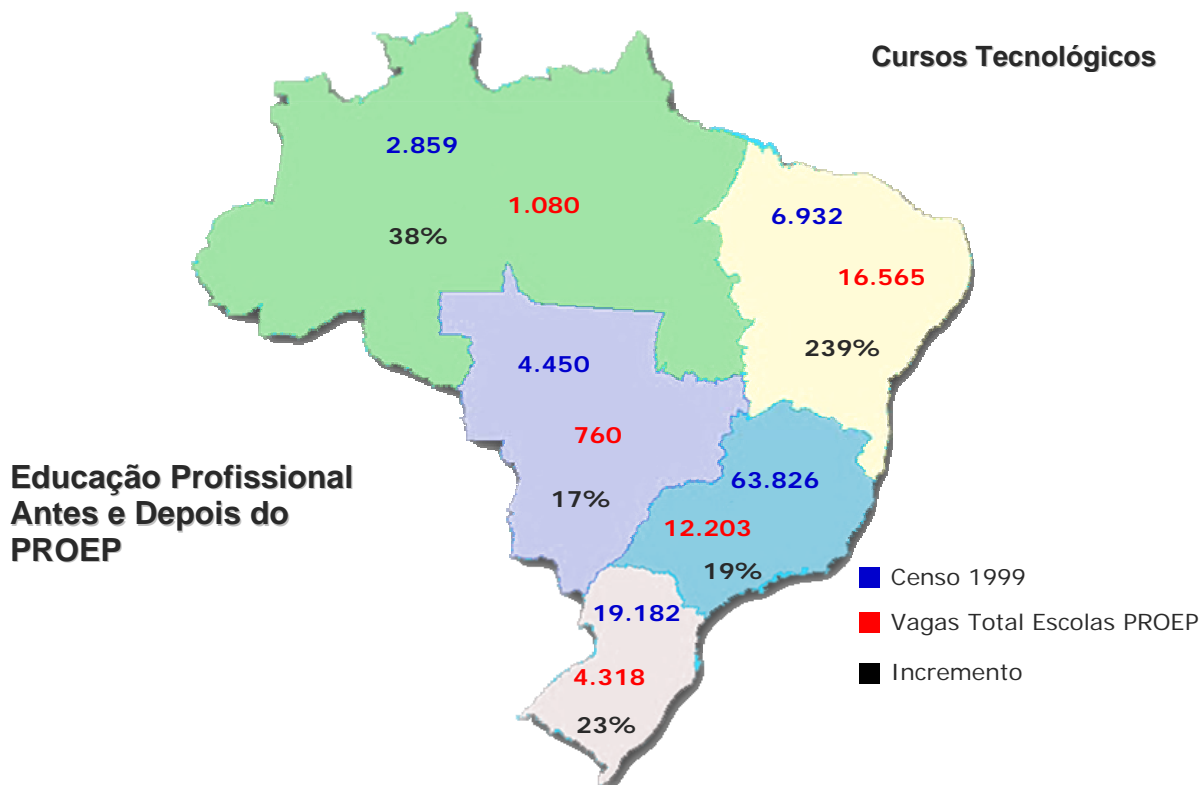
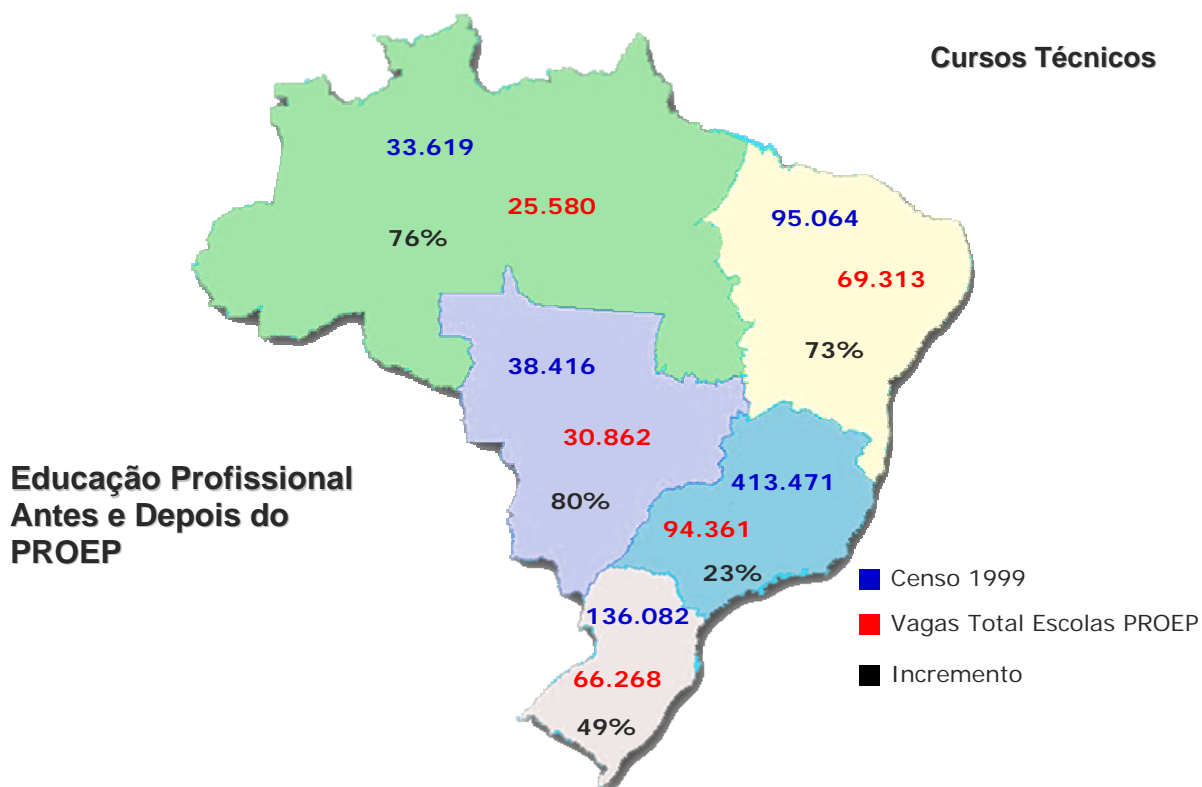
- a) Total de Projetos Escolares do PROEP;
- b) Total de vagas projetadas dos cursos oferecidos em escolas do PROEP;
- c) Quadro resumo de status dos convênios;
- d) 08 convênios cancelados;
- e) 178 convênios em execução, a serem concluídos até novembro de 2007;
- f) 13 convênios PEP's em execução, a serem concluídos até novembro de 2007;
- g) 90 convênios finalizados;
- h) 12 escolas transferidas do segmento comunitário para o segmento federal;
- i) 02 escolas transferidas do segmento comunitário para o segmento estadual;
- j) Planilha com Controle de Cumprimento de Condições Contratuais previstas no Contrato de Empréstimo nº 1052/OC-BR.

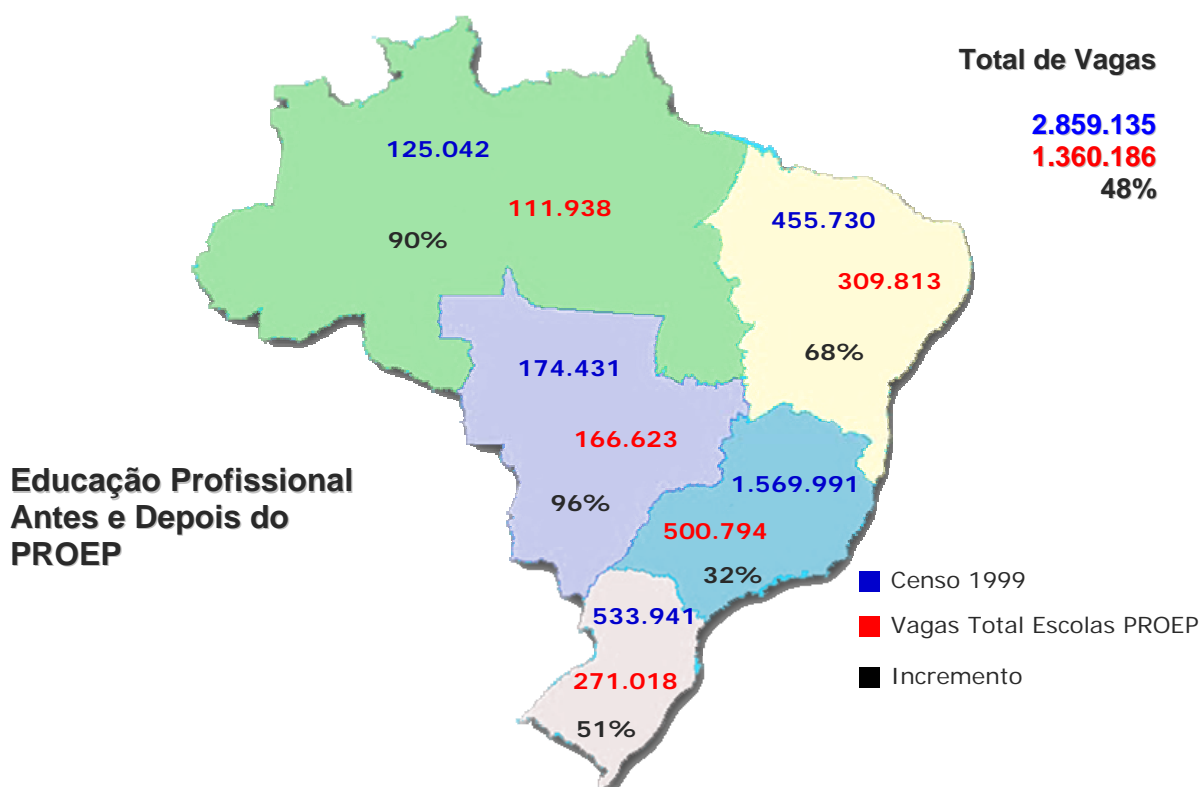
TOTAL DE PROJETOS ESCOLARES DO PROEP



TOTAL DE VAGAS PROJETADAS DOS CURSOS OFERECIDOS EM ESCOLAS DO PROEP







STATUS DOS CONVÊNIOS – QUADRO RESUMO

Status	Ampliação	Construção Nova	Equipamentos	PEP	Reforma	Serviços	Total Geral
Cancelado PROEP	1	5	0	0	2	0	8
Execução	54	87	9	0	27	1	178
Execução - PEP	0	0	0	13	0	0	13
Finalizado BID	21	15	4	10	5	0	55
Finalizado FNDE	1	0	0	0	0	0	1
Finalizado PROEP	10	10	3	4	6	1	34
Transferência para Estado	0	2	0	0	0	0	2
Transferência para Federal	1	9	1		1		12
Total geral	88	128	17	27	41	2	303

CONVÊNIOS CANCELADOS

Nr. do Convênio	Nome Fantasia	Local da Escola (Município)		Seg.	Reg.	Valor Conveniado	Natureza
C001/2001	FUCAPI/AM	Manaus	AM	C	1	2564920	Construção Nova
C127/2001	CETEP Itapevi / SP	ITAPEVI	SP	C	2	2426167	Ampliação
C202/2001	CTEP ALMIRANTE SOARES DUTRA/ PE	Recife	PE	E	3	1381068	Reforma
C205/2001	SEDUC/RO - CEP Cacoal	Cacoal	RO	E	1	2514664	Construção Nova
C006/2001	CFP Vila Velha / ES	Vila Velha	ES	E	3	1494806	Reforma
C171/2001	CEP GURUPI / TO	Gurupi	TO	E	3	2995193	Construção Nova
C027/2002	UNICAMP - COTUCA	Campinas	SP	E	2	3786540	Construção Nova
C086/2001	COLATINA/ ES	Colatina	ES	E	3	2258818	Construção Nova

CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO

Nr. do Convênio	Nome Fantasia	Local da Escola (Município)		Seg.	Reg.	Valor Conveniado	Natureza
C281/2000	CEP Prof. Anísio Teixeira / Jessé Freire	Natal	RN	E	3	1915910	Ampliação
C280/2000	SEDUC/GO - CEP Sebastião Siqueira / GO	Goiânia	GO	E	4	447954	Reforma
C279/2002	IOCHPE - FORMARE	São Paulo	SP	C	2	2650550	Serviços
C129/1998	CEFET do Ceará / CE	Fortaleza	CE	F	3	3734050,42	Ampliação
C137/2001	SEDUC/GO CEP CA	Catalão	GO	E	4	2780901,37	Construção Nova
C025/2000	SECTMA/CEP Araripina	Araripe	PE	E	3	2194928	Construção Nova
C283/2000	SEDUC/PR - CEP Londrina	Londrina	PR	E	1	1433434	Ampliação
C017/2000	BOLSHOI - Joinville / SC	Joinville	SC	C	1	1453352	Reforma
C213/2001	SEDUC / SC CEP JOINVILLE	Joinville	SC	E	1	2598743	Ampliação
C031/1998	Aristóteles Ferreira	SANTOS	SP	E	2	4201979,66	Reforma
C144/2001	CNEC Capivari	CAPIVARI	SP	C	2	2938360,28	Construção Nova
C284/2000	SEDUC/PR - CEP Curitiba	Curitiba	PR	E	1	2402032	Ampliação
C017/2005	Escola de Saúde Pública do Ceará	Fortaleza	CE	E	3	1402212,18	Ampliação
C290/2000	Fund. Pão dos Pobres/RS	Porto Alegre	RS	C	1	3938522,96	Ampliação
C021/2005	SEDUC/GO - CEP em Artes Basileu França	Goiânia	GO	E	4	2499701	Construção Nova
C293/2000	FEBEE - Escola Bahiana/BA	Salvador	BA	C	4	3690814,02	Construção Nova
C154/1999	EAF Rio Pomba	Rio Pomba	MG	F	4	2188279,9	Ampliação
C136/2001	SEDUC/GO CEP GO	Goianésia	GO	E	4	2955944,9	Construção Nova
C133/1998	EAF Rio Verde / GO	Rio Verde	GO	F	4	1997453,6	Ampliação
C138/2001	SEDUC/GO - CEP Caiapônia	Caiapônia	GO	E	4	2568552,21	Construção Nova
C015/2005	Fundação Esperança/PA	SANTARÉM	PA	C	4	2416421,43	Construção Nova
C061/2002	EAF Salinas	Salinas	MG	F	4	2508454	Ampliação
C039/2001	FUNCICI	Contagem	MG	C	4	2524373,92	Construção Nova
C115/1998	CEFET Pará / PA	Belém	PA	F	4	1985057	Reforma
C027/2005	ESCOLA DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - FHÉMIG	Belo Horizonte	MG	E	4	2302597,14	Construção Nova
C026/2005	Araquáina	Araquáina	TO	E	3	2100000	Construção Nova

C026/1998	Martin Luter King	São Paulo	SP	E	2	4050909,87	Reforma
C025/2005	SEDUC/PB-CEP João Pessoa	João Pessoa	PB	E	3	1292721,96	Construção Nova
C025/2002	SEDUC/MT-Tangará da Serra	Tangará da Serra	MT	E	4	3515159	Construção Nova
C020/2005	CEPROF Friburgo	Friburgo	SC	C	1	2371555,98	Reforma
C025/1998	Philadelpho Gouvêa	São José do Rio Preto	SP	E	2	1972507,71	Reforma
C018/2005	SUEPRO/RS - Unidade de Educação Básica de Santa Rosa	Santa Rosa	RS	E	1	1407539,3	Ampliação
C024/2002	SEDUC/MT- Pontes e Lacerda	Pontes e Lacerda	MT	E	4	3239118	Construção Nova
C023/2005	Centro Tecnológico de Educação Profissional do Pajeú-Moxotó	Pajeú-Moxotó	PE	E	3	2346361,3	Construção Nova
C023/2002	SEDUC/MT-Diamantino	Diamantino	MT	E	4	3593502,75	Construção Nova
C130/2001	SEDUC/GO - CEP PO	Porangatu	GO	E	4	2693017,85	Construção Nova
C021/2000	CET Ceilândia / DF	Ceilândia	DF	E	3	2086845	Ampliação
C294/2000	SETREM - Três de maio / RS	Três de Maio	RS	C	1	1844292	Ampliação
C020/2000	Colégio Agrícola de Brasília / DF	Planaltina	DF	E	3	2859145	Ampliação
C019/2005	SUEPRO/RS - Bagé	Bagé	RS	E	1	1360279,3	Ampliação
C015/2000	Nosso Lar	Guarulhos	SP	C	2	2956274	Construção Nova
C189/1999	Escola Música de Brasília / DF	Brasília	DF	E	3	1999823	Ampliação
C206/2001	CEA Ângelo E. G. Erechim/RS	Erechim	RS	E	1	2368185	Ampliação
C183/1999	Kep Kennedy	Campinas	SP	C	2	2761890,59	Reforma
C182/1999	FASEP Bezerros / PE	Bezerros	PE	C	3	2030128	Construção Nova
C208/2001	Fund Desenv. da Indústria de Panificação e Confeitaria (Padeiros)	São Paulo	SP	C	2	2552745	Reforma
C170/2001	SEDUC/ SE - SEP NEÓPOLIS / SE	Neópolis	SE	E	4	2573030	Construção Nova
C167/1999	Paulista / PE	Paulista	PE	C	3	2072910,88	Construção Nova
C158/1999	Guaianazes	São Paulo	SP	E	2	3083586,56	Construção Nova
C296/2000	Dracena	Dracena	SP	C	2	1857825	Ampliação
C155/1999	Frutal	Frutal	MG	C	4	1200812,33	Reforma
C203/1999	Formação Profissional / MT	Sinop	MT	E	4	1480069,32	Construção Nova
C901/2006	UNED Morrinhos	MORRINHOS	GO	F	4	1885384,52	Ampliação
C314/2000	SEC/RJ - CPTI Petrópolis	Petrópolis	RJ	E	2	3794001,76	Construção Nova
C120/2001	EAF Inconfidentes	Inconfidentes	MG	F	4	3333889,87	Ampliação
C118/1998	CEFET da Bahia / BA	Salvador	BA	F	4	2476145,14	Ampliação
C123/1998	EAF Araguatins / TO	Araguatins	TO	F	3	2389264,88	Ampliação
C122/2001	SEDUC/GO - CEP GO	Goiatuba	GO	E	4	2363676,09	Reforma
C901/2005	UNED Divinópolis	Divinópolis	MG	F	4	2279180,5	Construção Nova
C907/2006	CEFET PETROLINA - IDSTP Floresta	Petrolina	PE	F	0	2558424,29	
C156/1999	Piracicaba	Piracicaba	SP	C	2	3714764,25	Construção Nova
C193/1999	SECTMA/ PE - ETE AGAMENNON	Recife	PE	E	4	2197357	Reforma
C198/2001	Soc. Beneficente Fca Alves - Acopiara/CE	Acopiara	CE	C	3	2017796,49	Construção Nova
C288/2000	SECITEC/ Campos	Campos	RJ	E	2	3397067,56	Ampliação
C190/2000	SEDUC/MS - CEP Campo Grande	Campo Grande	MS	E	2	2406410,35	Construção Nova
C008/2002	Sind. Metalúrgicos SP	São Paulo	SP	C	2	3258385,98	Ampliação
C130/1998	CEFET Santa Catarina/ SC	Florianópolis	SC	F	1	2698384,16	Equipamentos
C297/2000	Pracatum / BA	Salvador	BA	C	4	2211796,38	Reforma

C291/2000	Montes Claros	Montes Claros	MG	C	4	3026849,51	Reforma
C204/1999	Alta Floresta / MT	Alta Floresta	MT	E	4	1482172,52	Construção Nova
C205/1999	SINDIMOV	Contagem	MG	C	4	3606557,44	Construção Nova
C194/1999	Timóteo	Timotéo	MG	C	4	2568964,75	Construção Nova
C131/1998	CEFET RN	Natal	RN	F	3	2767129,23	Ampliação
C192/1999	Uberlândia	Uberlândia	MG	C	4	1611773,75	Construção Nova
C199/2001	FAPEC AL	Maceió	AL	C	3	3170086,3	Construção Nova
C200/2001	CEFET Paraná / PR	Curitiba	PR	F	1	679000	Equipamentos
C201/1999	SEDUC/MT - Rondonópolis	Rondonópolis	MT	E	4	1477956,63	Construção Nova
C202/1999	Barra do Garça / MT	Barra do Garça	MT	E	4	1470431,57	Construção Nova
C190/1999	ET Brasília / DF	Taguatinga	DF	E	3	1791173	Equipamentos
C251/2002	CEFET SP (convênio novo)	São Paulo	SP	F	2	2297153,01	Reforma
C132/2001	Sapopemba	São Paulo	SP	E	2	3024942	Construção Nova
C196/1999	Vinhedo	Vinhedo	SP	C	2	2388582,83	Construção Nova
C090/2002	CENTEC Limoeiro do Norte/CE Novo	Limoeiro do Norte	CE	E	3	403112,01	Ampliação
C114/1998	EAF de Manaus/AM	Manaus	AM	F	1	1999814,13	Reforma
C113/2002	Presidente Prudente	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	C	2	1571232,95	Equipamentos
C113/1998	CEFET Pernambuco / PE	Recife	PE	F	3	2133694,27	Equipamentos
C110/2001	ETP Tailândia / PA	Tailândia	PA	E	4	1619679	Construção Nova
C110/1999	Caucaia / CE	Caucaia	CE	C	4	1918219,33	Construção Nova
C107/2001	Vale do Araguaia / GO	Goiânia	GO	C	4	3078540	Construção Nova
C102/2001	EAF Bambuí	Bambuí	MG	F	4	2304333,77	Ampliação
C030/2001	CEP Tec. Moveleira do Paraná	Arapongas	PR	C	1	3865881,5	Construção Nova
C091/1999	CEFET Campos	CAMPOS	RJ	F	2	2327076,29	Equipamentos
C037/2002	Univ. Fed. Santa Maria RS	Frederico Westphalen	RS	F	1	3234506	Construção Nova
C089/2000	SEDUC/AC - CFP em Serviços	Rio Branco	AC	E	3	1125439,32	Construção Nova
C089/1999	SEDUC GO ANAPOLIS	Anápolis	GO	E	4	2036893,4	Construção Nova
C067/1999	Valença	Valença	RJ	C	2	1645500	Construção Nova
C087/1999	Mogi Guaçu	MOGI DAS CRUZES	SP	C	2	2879127,47	Construção Nova
C046/2002	EAF SOMBRIO	Santa Rosa do Sul	SC	F	1	3033357,54	Ampliação
C080/1999	Parobé / RS	Porto Alegre	RS	E	1	1850644	Reforma
C001/2000	CEFET Maranhão / MA	São Luís	MA	F	1	2031145,36	Ampliação
C079/1999	CTT - Teresina / PI	Teresina	PI	C	3	2582152,73	Construção Nova
C096/1999	Campus Amílcar Ferreira Sobral	Florianópolis	PI	F	3	1414866,73	Reforma
C043/2001	SEDUC/SC - CEP Tubarão	Tubarão	SC	E	1	2728186,79	Reforma
C032/1998	Basilides de Godoy	São Paulo	SP	E	2	2483236,16	Ampliação
C045/2002	EAF IGUATU	Iguatu	CE	F	3	3398831,44	Ampliação
C032/2000	CEP GRAZIELA REIS DE SOUZA / AP	Macapá	AP	E	4	2145146,32	Ampliação
C033/1998	Domingos Minicucci	BOTUCATU	SP	E	2	3129148,35	Ampliação
C045/2001	CTE Santa Maria / RS	Santa Maria	RS	E	1	2022065	Ampliação
C044/2002	FIOCRUZ	Rio de Janeiro	RJ	F	2	3884367,47	Construção Nova
C044/2001	Jiquitaia/ BA	Jequietaia	BA	E	4	3003822,68	Ampliação

C033/2000	CEP do Amapá / AP	Macapá	AP	E	4	861898	Reforma
C910/2006	CEFET/MA - CEP Açailândia	Açailândia	MA	F	0	746249	
C039/1998	CREP Caxambu	Caxambu	MG	E	4	2550131,26	Ampliação
C043/2002	FECT-Paranaguá/PR	Paranaguá	PR	C	1	4220325,5	Construção Nova
C043/2000	SEDUC/SC - CEP Blumenau	Blumenau	SC	E	1	2431072	Reforma
C034/2002	Edson Galvão	ITAPETININGA	SP	E	2	2967938	Ampliação
C042/2000	CEFET/Pelotas - UNED Sapucaia do Sul / RS	Sapucaia	RS	F	1	2122668	Equipamentos
C041/2001	CEMOTEMA / RO	Porto Velho	RO	C	1	2713010	Construção Nova
C036/2001	CENTRO DE TECNOLOGIA	Salvador	BA	C	4	4502734,65	Reforma
C037/1998	Monteiro Lobato / RS	Taquara	RS	E	1	2238500	Reforma
C046/2001	CEP Ji-Paraná/ RO	Ji-Paraná	RO	E	1	2565038	Ampliação
C075/2001	CEP Monte Alegre/PA	MONTE ALEGRE	PA	E	4	1240551	Construção Nova
C033/2002	FUMEC - CEPROCAMP	Campinas	SP	C	2	3559778	Ampliação
C002/2006	Centro de Educação Profissional SINDSAUDE	Ribeirão Preto	SP	C	0	518520,98	
C077/2001	ETP Abaetetuba / PA	Abaetetuba	PA	E	4	1348344	Construção Nova
C007/2005	Escola Agrotécnica "Sérgio de Freitas Pacheco"-Patrocínio	Patrocínio	MG	C	4	2011847	Construção Nova
C016/2005	CEP de Lucas do Rio Verde	Lucas do Rio Verde	MT	C	4	1609868,72	Construção Nova
C006/2005	FAMAR	MONTE APRAZÍVEL	SP	C	2	2562662,73	Construção Nova
C006/1999	CEFET RJ	Rio de Janeiro	RJ	F	2	2219073,72	Reforma
C005/2005	Associação Odontológica- CFP em Saúde do Norte do Paraná	Londrina	PR	C	1	2707810,48	Construção Nova
C005/1999	Indaiatuba	INDAIATUBA	SP	C	2	4308812,32	Construção Nova
C004/2005	CEP Jaldyr Behering da Silva	Água Doce	SC	E	1	1935738,13	Construção Nova
C009/2005	SEDUC/AL - CEP Polo Maceio	Maceió	AL	E	3	1901650,37	Construção Nova
C003/2005	SEDUC/SC- CEP Caetano Costa	São José do Cerrito	SC	E	1	1772448,85	Construção Nova
C010/2005	CEP em Asseio e Conservação do Estado do Paraná	Curitiba	PR	C	1	2098711,82	Construção Nova
C002/2005	Centro Formador de Recursos Humanos para a Saúde	CAMPO GRANDE	MS	E	2	1622129,57	Construção Nova
C002/1999	EAF Cáceres / MT	Cáceres	MT	F	4	2057316,8	Ampliação
C001/2006	SEDUC/BA - Distrito Brejos da Barra	Brejos da Barra	BA	E	4	2668578,48	
C001/2005	CFRH Caetano Munhoz da Rocha	Curitiba	PR	E	1	1700000	Construção Nova
C312/2000	CNEC Brasília / DF	Brasília	DF	C	3	2545557,43	Construção Nova
C024/2005	Maringá	Maringá	PR	C	1	1881290	Equipamentos
C905/2006	CEFET/SP - Fund. Saltense	Salto	SP	F	0	2293646,01	
C903/2005	Colégio Agrícola de Bom Jesus	Bom Jesus	PI	F	3	1973203,52	Ampliação
C003/2006	CFP de Saúde	Natal	RN	E	3	1020443,31	Construção Nova
C014/2005	SEDUC/BA - Sto Antonio de Jesus	Sto Antonio de Jesus	BA	E	4	2299757,41	Construção Nova
C902/2006	UNED Realengo	Rio de Janeiro	RJ	F	2	2681400,51	Construção Nova
C027/1998	Jose Martiniano	RIBEIRÃO PRETO	SP	E	2	2883619,71	Reforma
C071/2001	ETP Belém / PA	Belém	PA	E	4	3233320	Construção Nova
C031/2000	Santana / AP	Macapá	AP	E	4	2660466,33	Construção Nova
C058/1998	CEFET Cuiabá / MT	Cuiabá	MT	F	4	2415403,18	Ampliação
C054/2002	ABRASSA	Cuiabá	MT	C	4	3166585,08	Construção Nova

C048/2001	CEP Empreendedores da Amazônia / PA	Belém	PA	C	4	3483421	Construção Nova
C047/2002	CEFET/PRN - Uned. Cornélio Procópio	Cornélio Procópio	PR	F	1	2599330	Ampliação
C030/2000	EAF Januária	JANUÁRIA	MG	F	4	2754396,47	Ampliação
C007/2002	CEP Atendimento Pré-Hospitalar	Rio de Janeiro	RJ	E	2	1450193,75	Equipamentos
C076/2001	SEEPS/PA - Salvaterra	SALVA TERRA	PA	E	4	1249989,83	Construção Nova
C013/2005	Escola Técnica de Saúde do Tocantins	Palmas	TO	E	3	1676119,44	Construção Nova
C013/2000	CEP Paragominas / PA	Paragominas	PA	E	4	2623896,98	Construção Nova
C013/1999	Arsenal de Marinha	Rio de Janeiro	RJ	F	2	2093400	Construção Nova
C013/1998	Caxias do Sul / RS	Caxias do Sul	RS	C	1	2206405	Construção Nova
C012/2005	SEDUC/RR - CEP Boa Vista	Boa Vista	RR	E	1	2604740,78	Construção Nova
C012/2002	SEDUC SE CEP. J. FIGUEIREDO	Aracajú	SE	E	4	2810310	Construção Nova
C012/2000	CEP Itaituba / PA	Itaituba	PA	E	4	2247187,65	Construção Nova
C011/2005	CEP do Vale do Caí	Feliz	RS	C	1	1492607,64	Construção Nova
C088/2000	SEDUC/AC - CEP FLORESTA	Rio Branco	AC	E	3	3438028,98	Construção Nova
C304/2000	ET Guaíba / RS	Guaíba	RS	E	1	2020163	Ampliação
C122/1998	CEFET Paraná / PR	Curitiba	PR	F	1	2006854	Reforma
C125/2001	FITEL SINDICAMP	Campinas	SP	C	2	4681753,21	Construção Nova
C124/2001	ADCAM	Manaus	AM	C	1	3142342	Construção Nova
C306/2000	SEDUC/DF - CEP Saúde Planaltina / DF	Planaltina	DF	E	3	1121420	Ampliação
C908/2006	CEFET/SC - Finac	Florianópolis	SC	F	0	721415,61	
C117/2001	CEPA Florestal de Irati / PR	Irati	PR	E	1	1352066	Ampliação
C305/2000	ETE Petrônio Portela / PI	Parnaíba	PI	E	3	2499549	Construção Nova
C123/2001	Coruripe / AL	Coruripe	AL	E	3	1909666,9	Construção Nova
C126/1998	ETF Sergipe / SE	Aracajú	SE	F	3	1893431,3	Ampliação
C127/1998	EAF Colorado do Oeste / RO	Colorado do Oeste	RO	F	1	2126809,05	Ampliação
C904/2006	CEFET/SP - São Roque	São Roque	SP	F	0	2988685,99	
C119/1998	CEFET / AM	Manaus	AM	F	1	2288802	Ampliação
C905/2005	EAF de Sousa / PB	Sousa	PB	F	3	2011017,12	Ampliação
C909/2006	CEFET/MA - CEP São Luiz	São Luiz	MA	F	0	465404	
C120/1998	CEFET Piauí / PI	Teresina	PI	F	3	3342794,41	Ampliação
C116/2001	CEP Cascavel / PR	Cascavel	PR	E	1	1590212	Reforma
C903/2006	CEFET/BA - Brasil Profissional	Porto Seguro	BA	F	0	1334176,91	
C904/2005	UNED Sertãozinho	Sertãozinho	SP	F	2	2740904	Construção Nova
C906/2006	CEFET/SP - Campos do Jordão	Campos do Jordão	SP	F	0	2217412,14	
C125/1999	Boituva	BOITUVA	SP	C	2	2650755,92	Construção Nova
C116/1998	EAF Belo Jardim / PE	Belo Jardim	PE	F	3	2160770,01	Ampliação
C902/2005	UNED Cachoeiro do Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	ES	F	3	2455526,94	Ampliação

CONVÊNIOS PEP'S EM EXECUÇÃO

Nr. do Convênio	Nome Fantasia	Local da Escola (Município)	UF	Seg.	Reg.	Valor Conveniado	Natureza
C016/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Recife	PE	E	3	449900	PEP
C019/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	CUIABÁ	MT	E	4	371484	PEP
C308/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Belém	PA	E	4	432484	PEP
C002/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	São Luís	MA	E	1	327564	PEP
C006/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Porto Alegre	RS	E	1	436374	PEP
C310/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Macapa	AP	E	4	388661	PEP
C034/2001	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	João Pessoa	PB	E	3	344278	PEP
C270/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Manaus	AM	E	1	322248	PEP
C008/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Vitória	ES	E	3	389110	PEP
C009/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Goiânia	GO	E	4	450365,6	PEP
C011/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Curitiba	PR	E	1	391150	PEP
C307/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Campo Grande	MS	E	2	268186	PEP
C074/2001	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	São Paulo	SP	E	2	1305000	PEP

CONVÊNIOS FINALIZADOS

Nr. do Convênio	Nome Fantasia	Local da Escola (Município)	UF	Seg.	Reg.	Valor Conveniado	Natureza
C197/1999	FABET - Concórdia/SC	Concórdia	SC	C	1	2429257,71	Construção Nova
C132/1999	Texcel / PR	Francisco Beltrão	PR	C	0	1928085,16	Construção Nova
C132/1998	CEFET Pelotas	Pelotas	RS	F	1	2291122,28	Ampliação
C129/2001	Zerbini	São Paulo	SP	C	2	3218840	Construção Nova
C088/1997	Secretaria de Educação do DF	Brasília	DF	E	0	180000	
C109/1997	Secretaria de Educação de Alagoas	Maceió	AL	E	0	150000	
C138/2000	Santa Rita do Sapucaí	Santa Rita do Sapucaí	MG	C	4	2267355	Reforma
C115/2001	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Boa Vista	RR	E	1	313065	PEP
C125/1998	EAF São Vicente do Sul / RS	São Vicente do Sul	RS	F	1	2140510,17	Ampliação
C043/1998	CET Limoeiro do Norte / CE	Limoeiro do Norte	CE	E	3	1154729,04	Ampliação
C068/2001	FUCS-Farroupilha	Farroupilha	RS	C	1	696399	Construção Nova
C198/1999	FUNDIBITEC - Ibirubá	Ibirubá	RS	C	1	2059448,6	Ampliação
C089/1997	Sindicato das Ind. Metalúrgicas e Mat. Elétricos de Xanxerê	Xanxerê	SC	C	0	70000	
C117/1998	CEFET Goiás / GO	Goiânia	GO	F	4	2248282,18	Reforma
C044/1998	Sobral / CE	Sobral	CE	E	3	2056151,95	Ampliação
C140/1999	CEFET Ouro Preto	Ouro Preto	MG	F	4	2384724,71	Equipamentos
C152/1999	CEFET Roraima / RR	Boa Vista	RR	F	1	1917343,63	Ampliação
C090/1999	UNED Cubatão	CUBATÃO	SP	F	2	1987744	Equipamentos
C090/2000	CFP em Saúde / AC	Rio Branco	AC	E	3	1463201	Construção Nova
C157/1999	CETEPI/Luzerna/SC-Vale Rio do Peixe	Luzerna	SC	C	1	2300000	Construção Nova

C045/1998	CVT Massapê	Massapê	CE	E	3	574936,81	Construção Nova
C108/1997	Secretaria de Ciência, Tecnol. E Desenv. Econômico de São Paulo	São Paulo	SP	E	0	250000	
C109/1998	CEFET Paraíba / PB	João Pessoa	PB	F	3	2342895,95	Ampliação
C153/1999	CEFET Espírito Santo / ES	Vitória	ES	F	3	1979872,26	Ampliação
C086/1997	Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul	São Vicente do Sul	RS	F	0	20000	
C095/1997	Prefeitura Municipal de Teresina	Teresina	PI	E	0	70000	
C042/1998	CVT SÃO BENEDITO	São Benedito	CE	E	3	555230,85	Construção Nova
C185/1999	Fund. Universitária de Cardiologia / RS	Porto Alegre	RS	C	1	1654316,74	Ampliação
C096/1997	Secretaria de Educação do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ	E	0	150000	
C103/2001	Agência de Desenvolvimento de Guarulhos - CEFET SP	Guarulhos	SP	C	2	149006,67	Reforma
C184/1999	APOLITEC - Jaraguá do sul / SC	Jaraguá do Sul	SC	C	1	1997830,29	Construção Nova
C289/2000	FET Liberato Salzano/RS	Novo Hamburgo	RS	C	1	2760777	Ampliação
C082/1999	Secretaria de Educação de Alagoas	Maceió	AL	E	0	60000	
C188/1999	SENAI AFONSO GRECO	NOVA LIMA	MG	C	4	1122910	Ampliação
C092/1997	Secretaria de Educação de Tocantins	Palmas	TO	E	0	150000	
C060/1999	Votuporanga	Votuporanga	SP	C	2	1596447	Ampliação
C037/2001	FEC - S.Sebastião do Paraíso/MG	S.Sebastijap do Paraíso	MG	C	4	2144349	Construção Nova
C119/1997	Secretaria de Educação de Santa Catarina	Florianópolis	SC	E	0	220000	
C030/1998	Secretaria de Educação do Piauí	Teresina	PI	E	0	150000	
C028/2000	Fortalecimento do Orgão Gestor - PEP	Maceió	AL	E	3	299319,25	PEP
C115/2002	CEFET/CE	Limoeiro do Norte	CE	F	3	337575,84	Ampliação
C028/1998	Secretaria de Educação do Acre	Rio Branco	AC	E	0	150000	
C186/1999	Panambi / RS	PANAMBI	RS	C	1	2653899,29	Ampliação
C022/1999	FUNDHAS	SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	SP	C	2	2432932,04	Construção Nova
C007/1998	Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas	Manaus	AM	E	0	180000	
C007/2000	Fortalecimento do Orgão Gestor - PEP	Rio de Janeiro	RJ	E	2	427500	PEP
C012/1998	Secretaria de Educação do Amapá	Macapá	AP	E	0	150000	
C309/2000	Fortalecimento do Orgão Gestor - PEP	Palmas	TO	E	3	370143	PEP
C008/1998	Secretaria de Educação de Pernambuco	Recife	PE	E	0	220000	
C008/1999	UNED Serra	Serra	ES	F	3	2182114,1	Reforma
C298/2000	Fortalecimento do Orgão Gestor - PEP	Aracajú	SE	E	3	360126	PEP
C009/1998	Secretaria de Educação da Bahia	Salvador	BA	E	0	250000	
C014/1999	SENAI Sete Lagoas	Sete Lagoas	MG	C	4	1409746,05	Ampliação
C017/1998	Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul	Campo Grande	MS	E	0	180000	
C002/1998	Secretaria de Educação Básica do Ceará	Fortaleza	CE	E	0	100000	
C010/1998	Centro de Educação Profissional SindSaúde de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto	SP	C	0	85000	
C019/1998	Secretaria de Educação de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG	E	0	295214	
C018/1999	ESCOLA DE ARTEFATOS DE COUROS DE PRESIDENTE PRUDENTE	PRESIDENTE PRUDENTE	SP	C	2	1849395,9	Ampliação
C023/1998	Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte	Natal	RN	E	0	125000	
C022/2000	Fortalecimento do Orgão Gestor - PEP	Porto Velho	RO	E	1	299955	PEP
C022/1998	Secretaria de Ciência e Tecnologia	São Paulo	SP	E	0	100000	
C001/1998	Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte	Natal	RN	E	0	180000	
C019/1999	Canto da Ilha / SC	Florianópolis	SC	C	1	2428930,1	Construção Nova
C091/1997	Secretaria da Ciência e Tecnologia do Ceará	Fortaleza	CE	E	0	80000	

C044/2000	CEP Canoinhas / SC	Canoinhas	SC	E	1	1510655	Ampliação
C023/2000	CEFET MG	Belo Horizonte	MG	F	4	2469231	Reforma
C094/1997	Secretaria de Educação de São Paulo	São Paulo	SP	E	0	250000	
C146/2001	Itabira	Itabira	MG	C	4	2328286,91	Ampliação
C041/1998	CVT CRATEÚS	Crateus	CE	E	3	386123,5	Construção Nova
C009/1999	SENAI - SP	São Paulo	SP	C	2	2159404	Equipamentos
C128/1998	EAF Uberaba	Uberaba	MG	F	4	2165538	Ampliação
C006/1998	Secretaria de Educação do Maranhão	São Luis	MA	E	0	180000	
C050/1998	Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte	Natal	RN	E	0	75000	
C090/1997	Secretaria de Educação da Paraíba	João Pessoa	PB	E	0	180000	
C311/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Florianópolis	SC	E	1	309918	PEP
C003/2002	APCD / SP	São Paulo	SP	C	2	3154395	Equipamentos
C017/1999	Fundação Comunit. Educ. e Cultural de Patrocínio	Patrocínio	MG	E	0	59710	
C004/1998	Secretaria Especial de Promoção Social do Pará	Belém	PA	E	0	200000	
C005/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Fortaleza	CE	E	3	388445	PEP
C083/1999	ET Redentorista/PB	Campina Grande	PB	C	3	1852663,38	Ampliação
C004/1999	Instituto Paulista de Ensino e Cultura de São Paulo	São Paulo	SP	C	0	85000	
C015/1998	Escola Sindical Sul de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha	Canto da Ilha	SC	C	0	85000	
C015/1999	Centro Nac. de Desenv. de Talentos e Tecnol. do DF	Brasília	DF	C	0	70670	
C003/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Rio Branco	AC	E	3	210883	PEP
C016/1998	CEFET Petrolina	Petrolina	PE	F	3	2196145,55	Ampliação
C300/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Natal	RN	E	3	348489	PEP
C016/1999	FUCS-Farroupilha / RS	Farroupilha	RS	C	1	2583924,37	Construção Nova
C011/1999	SINDPD / DF	Brasília	DF	C	3	2171394,9	Construção Nova
C057/1999	EAF Urutai/ GO	URUTAI	GO	F	4	1946486,38	Ampliação
C083/1998	CEFET SP (convênio antigo)	São Paulo	SP	F	2	1413716,18	Ampliação
C038/1998	CREP Itajuba	ITAJUBA	MG	E	4	1707790	Reforma
C286/2000	FUNDITEC - Xanxerê/SC	Xanxerê	SC	C	1	2507447,26	Construção Nova
C040/1998	CREP Teófilo Otoni	Teófilo Otoni	MG	E	4	2738984,54	Reforma
C295/2000	IPEC	Campinas	SP	C	2	2685552	Construção Nova
C014/2000	Jaguariúna	Jaguariúna	SP	C	2	3099631,49	Construção Nova
C010/2000	Fortalecimento do Órgão Gestor - PEP	Brasília	DF	E	3	332617	PEP
C145/2001	CAMPOS DO JORDÃO	Campos do Jordão	SP	C	0	2334603	Construção Nova
C012/1999	IOCHPE - FORMARE	Porto Alegre	RS	C	1	1243863	Equipamentos
C011/2002	CEP Simplicio Mendes	Teresina	PI	E	3	413149	Reforma
C124/1999	UFRGS / RS	Porto Alegre	RS	F	1	1883512,55	Ampliação
C014/1998	CEFET Mato Grosso / MT	CUIABÁ	MT	F	4	1539000	Reforma
C073/1999	BRASIL PROFISSIONAL	Porto Seguro	BA	C	0	2168630,24	Construção Nova
C151/2001	CEFET/RJ - UNED Nova Iguaçu	Nova Iguaçu	RJ	F	2	3584154	Ampliação
C085/2000	SÃO ROQUE	São Roque	SP	C	0	2493167	Construção Nova
C209/2001	FUNDAÇÃO SALTENSE	Salto	SP	C	0	4162169,64	Construção Nova
C077/1999	Barreira Roxa / RN	Barreira Roxa	RN	C	5	3104189,39	Ampliação
C088/1999	ABRAS	São Paulo	SP	C	2	2109990	Serviços
C124/1998	CEFET Bento Gonçalves - JK	Bento Gonçalves	RS	F	1	1975718	Ampliação

C007/1999	SATC-SC	Criciúma	SC	C	1	3127570	Ampliação
C018/2000	Fortalecimento do Orgão Gestor - PEP	SALVADOR	BA	E	4	549429,5	PEP
C121/1998	CEFET/PR-UNED Pato Branco	Pato Branco	PR	F	1	2073060,74	Reforma
C046/1998	SEDUC Auréio Filho / BA	Feira de Santana	BA	E	4	2154101,26	Ampliação
C094/1999	CEFET de Química	NILÓPOLIS	RJ	F	2	1726050,18	Ampliação
C112/1998	CEFET de Alagoas / AL	Maceió	AL	F	3	2251160,54	Equipamentos
C001/1999	CeproSind	Ribeirão Preto	SP	C	2	1877161,46	Construção Nova
C187/1999	FINAC - CEP de gastronomia e alimentação / SC	Florianópolis	SC	C	0	3382924,29	Construção Nova
C149/2001	Fortalecimento do Orgão Gestor - PEP	Belo Horizonte	MG	E	4	503073,27	PEP
C026/2000	Infovias do Desenvolvimento / CE	Fortaleza	CE	E	3	3580376,83	Equipamentos
C191/1999	SENAI Centro Automotivo	Belo Horizonte	MG	C	4	1071853,78	Ampliação
C027/2000	Camaçari / BA	Camaçari	BA	E	4	2734862,91	Construção Nova
C021/1999	Brazópolis	Brazópolis	MG	E	4	1503387,79	Reforma
C020/1999	EAF Satuba / AL	Satuba	AL	F	3	1916865,8	Ampliação
C004/2000	Fortalecimento do Orgão Gestor - PEP	Teresina	PI	E	3	337895,76	PEP

ESCOLAS FEDERALIZADAS

MUNICÍPIO	SEG	REG	UF	NºCONV	NOME FANTASIA	VALOR CONVENIADO	NATUREZA
Porto Seguro	C	4	BA	C073/99	Brasil Profissional / BA	2.168.630,24	Construção Nova
Açailândia	E	1	MA	C081/01	SEDUC MA - Açailândia	2.820.823,00	Construção Nova
São Luiz	E	1	MA	C299/00	CEP São Luiz - MA	1.143.642,00	Reforma
Nepomuceno	C	4	MG	C003/99	CEPROSUL	2.979.910,03	Ampliação
Floresta	C	3	PE	C133/01	CEP IDSTP de Floresta / PE	2.807.305,35	Construção Nova
Toledo	C	1	PR	C033/01	FUNET-Centro Integrado de Tecnologia /PR	2.196.181,00	Construção Nova
Francisco Beltrão	C	1	PR	C132/99	Texcel / PR	1.928.085,16	Construção Nova
Apucarana	C	1	PR	C141/01	FETAP - Apucarana/PR	2.331.292,00	Construção Nova
Santo Augusto	C	1	RS	C008/05	FUNDATURVOS- CEP Vale do Rio Turvo	1.827.860,50	Construção Nova
Florianópolis	C	1	SC	C187/99	FINAC - CEP de gastronomia e alimentação / SC	3.382.924,29	Construção Nova
São Paulo	C	2	SP	C085/00	São Roque	2.493.167,00	Construção Nova
Campos do Jordão	C	2	SP	C145/01	Campos do Jordão	2.334.603,00	Construção Nova
Caraguatatuba	C	2	SP	C163/99	Caraguatatuba	3.260.305,00	Construção Nova
São João da Boa Vista	C	2	SP	C195/99	São João da Boa Vista	2.799.679,01	Construção Nova
Salto	C	2	SP	C209/01	Fundação Saltense	4.162.169,64	Construção Nova
Bragança Paulista	C	2	SP	C287/00	Bragança Paulista	2.299.953,98	Construção Nova
Guarulhos	C	2	SP	C313/00	Agende Guarulhos	2.430.005,08	Equipamentos
Paraíso do Tocantis	E	3	TO	C063/01	CEP Paraíso do Tocantins /TO	2.857.600,00	Construção Nova

ESCOLAS ESTADUALIZADAS

MUNICÍPIO	SEG	REG	UF	NºCONV	NOME FANTASIA	VALOR CONVENIADO	NATUREZA
Brejo da Barra	C	4	BA	C098/01	CEP Brejos da Barra/BA	3.236.735,08	Construção Nova
Redenção	C	4	PA	C191/00	CEP Antonieta de Lourdes / PA	2.470.600,52	Construção Nova

PLANILHA COM CONTROLE DE CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES CONTRATUAIS PREVISTAS NO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 1052/OC-BR

EMPRÉSTIMO 1052/OC-BR. PROGRAMA: Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP CONTROLE DE CUMPRIMENTO DE CONDIÇÕES CONTRATUAIS EM 06.02.2007

CLÁUSULAS								
Número	Descrição	P R A Z O			D A T A			
		Original	Prorrogado	Ref. (2)	Apresentação	Ref. (2)	Aprovação	Ref. (2)
3.04(a)	Prazo Final Comprometimento de Recursos	24/05/2006	24/12/2006	Of. 1355/06	x	-x	12/7/2006	CBR-3396/06
3.04(b)	Prazo para Último Desembolso	24/11/2006	24/05/2007	Of. 1355/06	-	-	-	-
4.05(b)	POA	31/12/2005	x	x	09/03/2006	Of. 531/06	04/04/2006	CBR-1557/06
4.05(c)	Relatório Anual de Progresso 2005	31/03/2006	x	x	19/04/2006	Of. 946/06	18/05/2006	CBR-2197/06
4.05(c)	Relatório Anual de Progresso 2006	31/03/2007	-	-	-	-	-	-
4.06(a)	Revisão Anual (POA)	30/04/2006	x	x	02/10/2006	Of. 2797/06	-	-
6.01(b)	Avaliação "ex post" (Avaliação da Metodologia)	24/11/2007	-	-	-	-	-	-
6.04(b)	Demonstração Recursos Contrapartida 2006	01/03/2006	22/12/2006	Of. 1355/06	20/06/2006	Of. 1614/06	30/06/2006	CBR-3185/06
6.04 (b)	Demonstração Recursos Contrapartida 2007	01/03/2007	-	-	-	-	-	-
7.03(a) (i)(b)	Relatório Semestral de Progresso 2005 (2)	28/02/2006	x	x	19/04/2006	Of. 946/06	18/05/2006	CBR-2197/06
7.03(a)	Relatório Semestral de Progresso 2006 (1o semestre 2006)	28/08/2006	x	x	15/08/2006	Of. 2239/06	-	-
7.03(a)	Relatório Semestral de Progresso 2006 (2o semestre 2006)	28/02/2007	-	-	28/02/2007	Of. x/2007	-	-
7.03(a)	Relatório Semestral de Progresso 2007 (1o semestre 2007)	30/08/2007	-	-	-	-	-	-
7.03(a) (iii)	Apresentação dos Estados Financeiros Auditados - 2005	30/04/2006	16/06/2006	CBR-2121/06	09/06/2006	Of. 1497/06	-	-
7.03(a) (iii)	Apresentação dos Estados Financeiros Auditados - 2006	30/04/2007	-	-	-	-	-	-

13. CONCLUSÃO



Após uma fase inicial de expressiva mudança de cultura, devida, principalmente, à transferência da gestão do PROEP do MEC para o FNDE, desde 2005 vários avanços na execução do Programa têm sido constatados. Enquanto que, no ano anterior, deu-se início a um processo de mapeamento dos problemas existentes, em 2006 o Programa passou por uma fase de profunda reorganização, em razão do direcionamento do foco do trabalho para a solução de problemas e implemento de melhorias. Nesta conclusão, destacamos os principais avanços constatados entre julho e dezembro deste ano, elencados ao longo do presente Relatório Semestral de Progresso.

Inicialmente, em razão da proximidade dos prazos finais determinados para desembolso e comprometimento dos recursos do Contrato de Empréstimo BID-OC/BR n° 1052, foi encaminhada à COFIEX/MPOG um pleito de prorrogação destes prazos. O Grupo Técnico da COFIEX, então, recomendou a aprovação do pleito e, ao mesmo tempo, estabeleceu algumas condicionantes. Em razão das determinações impostas como condição para prorrogação dos prazos referidos, foi efetuada uma reformulação na metodologia de trabalho adotada pelas áreas técnicas do PROEP, visando a uma maior agilidade e eficiência nos processos de comprovação de gastos e prestação de contas por parte das entidades convenientes.

Com relação ao Subprograma A – Implementação de Políticas Globais, cujas ações estão a cargo da SETEC/FNDE/MEC, ocorreram avanços na realização das metas, ressaltando-se que as ações programadas foram concluídas dentro do prazo previsto e as demais se encontram em fase de desenvolvimento. Foram promovidos estudos sobre os atuais modelos utilizados, elaborada uma proposta de integração dos sistemas de informação existentes no PROEP, estudos sobre legislação da Educação Profissional, entre outros.

O Subprograma A, hoje, encontra-se estruturado de forma a alcançar o desenvolvimento gerencial, técnico-pedagógico, de recursos humanos e de um plano de comunicação que compreende a organização de campanhas institucionais, seminários nacionais e encontros para divulgação da reforma da educação profissional. Desta forma, vem cumprindo seus principais objetivos e alcançando resultados satisfatórios na execução das ações envolvidas na Implementação de Políticas Globais para a Educação Profissional.

Já o Subprograma B – Planos Estaduais e Projetos Escolares – visa o desenvolvimento e fortalecimento da gestão da educação profissional, e o faz por meio de financiamento de projetos escolares, envolvendo ampliação e reforma de escolas existentes nos segmentos federal, estadual e comunitário, e/ou criação de novos centros. Até o presente momento, 270 Projetos Escolares foram financiados por meio de 303 convênios de investimentos nos estados e nas escolas.

Apesar de, nos anos anteriores, ter sido observado um descrédito na execução do Programa, as ações desenvolvidas para o reordenamento e regularização dos processos têm contribuído para o restabelecimento do relacionamento e a confiança por parte das entidades convenientes. Atualmente, no que diz respeito à execução do Projeto e ao relacionamento com as gerências executoras do PROEP, o nível de satisfação por parte dos convenientes aumentou em grande escala, se comparado aos anos anteriores do Programa. Um outro grande avanço observado foi a implementação e ampla utilização dos sistemas informatizados (SIG e AFINNET) e a unificação dos dados relativos ao Programa, visando proporcionar maior controle, transparência, e atendendo aos padrões dos órgãos de controle. Com esta medida, eliminou-se a ocorrência de informações fragmentadas, concentração de dados por cada gerência e de sistemas de informações desconexos, que

impediam uma avaliação das questões no sentido macro e comprometiam o estratégico, o tático e o operacional.

Constatou-se, ainda, que, com relação aos deslocamentos em missões externas, nos anos anteriores estes eram realizados de forma desconexa do seu objeto ou das ações que envolviam todas as demandas dos convênios. Deste modo, no segundo semestre de 2006 foi dada continuidade à utilização do sistema de planejamento e controle de viagens no Sistema de Informações Gerencial – SIG, o que garantiu o foco das ações nos convênios de maior demanda e uma avaliação constante da relação custo x benefício das missões externas.

E, na última Missão de Administração do BID, estabeleceu-se uma meta para recuperação de toda a base de dados referente ao AFINNET, dos 303 convênios que foram enviados durante a transição da gestão do Programa da SETEC/MEC para o FNDE/MEC, para atualização e consolidação deste processo em um banco de dados único, que contenha as movimentações provenientes da execução dos convênios. Deste modo, será efetuada a revisão e tabulação dos dados da última pesquisa SIPAV e realização de nova pesquisa referente ao ano de 2007.

Assim, para o ano de 2007, e a partir da composição da equipe de recuperação do legado dos convênios do Programa, está prevista a realização de missões externas de capacitação dos executores, visando à regularidade de alimentação e inserção da totalidade dos dados dos convênios, referentes a todos os anos de execução do Programa, a partir da utilização de um único sistema de controle e informações, qual seja, o sistema AFINNET.

Quanto às demandas das entidades convenientes com relação aos processos licitatórios, foi intensificado o processo de assistência técnica e orientação nas definições de especificações técnicas e formulações dos termos de referência, elaboração e aprovação de editais, bem como o monitoramento da publicação, realização e contratação de bens e serviços. Foi instituído, também, o uso do Pregão Eletrônico, tendo sido contratadas equipes de pregoeiros e realizada a capacitação de equipes das instituições convenientes para a realização dos pregões, o que proporcionou maior agilidade nos processos licitatórios das entidades dos três segmentos.

No que concerne ao relacionamento do PROEP com o BID, observou-se uma expressiva melhora, principalmente em razão do cumprimento de cláusulas pendentes junto ao Banco, do encaminhamento contínuo de relatórios mensais que demonstram a execução físico-financeira dos convênios do Programa, bem como dos demais relatórios solicitados, atendimento pontual das informações requisitadas e apresentação do processo de encerramento de diversos convênios (status de finalizados).

Em relação à execução orçamentário-financeira, enquanto que, em 2005, as principais metas do PROEP foram a liquidação dos recursos inscritos em restos a pagar com pendências desde 2002 e a transferência do orçamento, em 2006 o foco do trabalho foi direcionado para a garantia da execução orçamentária e da execução física. Assim, a execução orçamentária teve seu desempenho otimizado em termos de alocação orçamentária, comprometimento de recursos e comprovação de gastos para as entidades conveniadas. Como foi demonstrado no presente Relatório, e traçando-se uma comparação entre a situação orçamentário-financeira do Programa nos anos de 1998 a 2006, pode-se observar um grande aumento no volume de recursos empenhados e transferências financeiras realizadas neste ano, especialmente no período de julho a dezembro. Nunca, em toda a história do PROEP, foram alcançadas tais marcas em termos de execução em um exercício como foi observado até o final do mês de dezembro.

A configuração atual do PROEP apresenta um total de 270 Projetos Escolares, financiados por meio de 303 convênios, sendo: 13 PEP's em execução e 192 PEC's em execução, dentre os quais 12 escolas, antes vinculadas ao segmento comunitário, foram transferidas para o segmento federal (CEFET's) e duas para o segmento estadual, proporcionando a expansão da rede de ensino tecnológico e oferecendo uma melhor alternativa para as comunidades.

Tendo em vista a proximidade do encerramento da vigência do Contrato de Empréstimo com o BID, a atuação da equipe técnica foi intensificada, principalmente ao longo do segundo semestre de 2006, visando verificar os procedimentos adotados pelos convenientes e certificar a efetiva e regular aplicação dos recursos, bem como promover ações para corrigir possíveis irregularidades durante a execução dos convênios. Neste sentido, todos os esforços foram envidados no sentido de se efetuar uma revisão com vistas à finalização e encerramento de cada convênio.

A partir da reorganização e reforço da equipe técnica do PROEP, sua atuação tem sido no sentido de solucionar todas as pendências trazidas de gestões anteriores, a fim de atingir um ritmo satisfatório na sua operacionalização. Apesar de ter enfrentado, nos anos anteriores, períodos de grande instabilidade, o Programa agora apresenta mais aspectos positivos do que negativos, resultando num crescente e expressivo aumento da capacidade de execução e garantindo, assim, seu principal objetivo: a expansão da rede de educação profissional no país.



ESCOLAS DO PROEP EM ATIVIDADE - 2006
RELAÇÃO DAS ESCOLAS QUE RESPONDERÃO AO QUESTIONÁRIO DO SIPAV

Nº Ord.	UF	SEG	Nº Conv.	Nome da Escola
1	AC	E	C088/2000	Centro Educacional Profissionalizante Floresta
2	AC	E	C089/2000	Centro Educacional Profissionalizante Serviços
3	AC	E	C090/2000	Centro Educacional Profissionalizante de Saúde
4	AL	F	C020/1999	EAF Satuba / AL
5	AL	F	C112/1998	CEFET de Alagoas / AL
6	AM	F	C114/1998	EAF de Manaus/AM
7	AM	F	C119/1998	CEFET / AM
8	AM	C	C124/2001	ADCAM
9	AP	E	C032/2000	CEP GRAZIELA REIS DE SOUZA / AP
10	BA	E	C027/2000	CEP Camaçari
11	BA	C	C036/2001	CENTRO DE TECNOLOGIA (Soc Civil da Bahia)
12	BA	E	C044/2001	CEP de Jiquitaia
13	BA	E	C046/1998	SEDUC Auréio Filho / BA
14	BA	F	C118/1998	CEFET da Bahia / BA
15	BA	C	C293/2000	FEBEE - Escola Bahiana/BA
16	BA	C	C297/2000	Pracatum / BA
17	CE	E	C017/2005	Escola de Saúde Pública do Ceará
18	CE	E	C026/2000	Infovias do Desenvolvimento / CE
19	CE	E	C041/1998	CVT CRATEÚS
20	CE	E	C042/1998	CVT SÃO BENEDITO
21	CE	E	C043/1998	CET Limoeiro do Norte / CE
22	CE	E	C044/1998	Sobral / CE
23	CE	E	C045/1998	CVT Massapê
24	CE	F	C045/2002	EAF IGUATU
25	CE	E	C090/2002	CENTEC Limoeiro do Norte/CE Novo
26	CE	F	C129/1998	CEFET do Ceará / CE
27	DF	C	C011/1999	SINDPD / DF
28	DF	E	C020/2000	Colégio Agrícola de Brasília / DF
29	DF	E	C021/2000	CET Ceilandia / DF
30	DF	E	C189/1999	Escola Música de Brasília / DF
31	DF	E	C190/1999	ET Brasília / DF
32	DF	E	C306/2000	CEP Saúde Planaltina / DF
33	DF	C	C312/2000	CNEC Brasília / DF
34	ES	F	C008/1999	UNED Serra
35	ES	F	C153/1999	CEFET Espírito Santo / ES
36	ES	F	C902/2005	UNED Cachoeiro do Itapemirim
37	GO	F	C057/1999	EAF Urutaí/ GO

38	GO	F	C117/1998	CEFET Goiás / GO
39	GO	E	C122/2001	CEP de Goiatuba
40	GO	F	C133/1998	EAF Rio Verde / GO
41	GO	E	C280/2000	Sebastião Siqueira / GO
42	GO	F	C901/2006	UNED Morrinhos
43	MA	F	C001/2000	CEFET Maranhão / MA
44	MA	E	C299/2000	CEP São Luiz - MA
45	MG	C	C003/1999	Centro de Educação Profissional do Sul de Minas-Ceprosul
46	MG	C	C014/1999	SENAI Sete Lagoas
47	MG	F	C023/2000	CEFET de Minas Gerais
48	MG	F	C030/2000	CEFET Januária
49	MG	C	C037/2001	Centro de Educação Profissional do Sudoeste Mineiro
50	MG	E	C038/1998	CREP de Itajubá
51	MG	E	C039/1998	CREP de Caxambú
52	MG	E	C040/1998	CREP Teófilo Otoni
53	MG	F	C061/2002	Escola Agrotécnica Federal de Salinas
54	MG	F	C102/2001	CEFET Bambuí
55	MG	F	C120/2001	Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes
56	MG	F	C128/1998	CEFET de Uberaba
57	MG	C	C138/2000	Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa
58	MG	F	C140/1999	CEFET Ouro Preto
59	MG	C	C146/2001	CENTEC – CENTRO Técnico Interescolar
60	MG	F	C154/1999	CEFET de Rio Pomba
61	MG	C	C155/1999	CENEP-Centro Nac. de Educ. Profis. em Cooperativismo e Gestão Ambiental
62	MG	C	C188/1999	SENAI Afonso Greco
63	MG	C	C191/1999	SENAI Centro Automotivo
64	MG	C	C192/1999	Fundação de Apoio ao Desenv. Empresarial de Uberlândia
65	MG	C	C291/2000	Centro Educacional Montes Claros
66	MT	E	C201/1999	Centro Público de Formação Profissional de Rondonópolis
67	MT	E	C202/1999	Centro Público de Formação Profissional de Barra do Garça
68	MT	E	C203/1999	Centro Público de Formação Profissional de Sinop
69	MT	E	C204/1999	Centro Público de Formação Profissional de Alta Floresta
70	MT	F	C002/1999	EAF Cáceres / MT
71	MT	F	C014/1998	CEFET Mato Grosso / MT
72	MT	F	C058/1998	CEFET Cuiabá / MT
73	PA	F	C115/1998	CEFET Pará / PA
74	PA	E	C012/2000	Centro de Educação Profissional de Itaituba
75	PA	E	C013/2000	Centro de Educação Profissional de Paragominas
76	PA	E	C075/2001	Centro de Educação Profissional de Monte Alegre
77	PA	E	C076/2001	Centro de Educação Profissional de Salvaterra
78	PA	E	C077/2001	Centro de Educação Profissional de Abaetetuba
79	PA	E	C110/2001	Centro de Educação Profissional de Tailândia

80	PA	C	C191/2000	Centro de Educação Profissional Antonieta de Lourdes
81	PA	C	C048/2001	Fundação de Empreendedores da Amazonia
82	PB	C	C083/1999	Escola Técnica Redentorista de Campina Grande
83	PB	F	C109/1998	CEFET Paraíba / PB
84	PB	F	C905/2005	Escola Agrotécnica Federal de Sousa
85	PE	F	C016/1998	CEFET Petrolina
86	PE	F	C113/1998	CEFET Pernambuco / PE
87	PE	F	C116/1998	EAF Belo Jardim / PE
88	PE	C	C182/1999	Instituto Alcides D'Andrade Lima
89	PI	E	C011/2002	Núcleo de Educação Profissional "Arnaldo Ferreira de Carvalho - Simplício Mendes
90	PI	F	C096/1999	Campus Amilcar Ferreira Sobral
91	PI	F	C120/1998	CEFET Piauí / PI
92	PR	C	C024/2005	Fundação Tecnópolis de Maringá
93	PR	F	C047/2002	CEFET/PRN - Uned. Cornélio Procópio
94	PR	E	C116/2001	CEP Cascavel / PR
95	PR	E	C117/2001	CEP Florestal de Irati / PR
96	PR	F	C121/1998	CEFET/PR-UNED Pato Branco
97	PR	F	C122/1998	CEFET Paraná / PR
98	PR	C	C132/1999	Texcel / PR
99	PR	E	C283/2000	SEDUC/PR - CEP Londrina
100	PR	E	C284/2000	SEDUC/PR - CEP Curitiba
101	RJ	F	C006/1999	CEFET RJ
102	RJ	E	C007/2002	CEP Atendimento Pré-Hospitalar
103	RJ	F	C013/1999	Arsenal de Marinha
104	RJ	F	C044/2002	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio FIOCRUZ
105	RJ	C	C067/1999	Fundação Educacional Dom André Arcoverde
106	RJ	F	C091/1999	CEFET Campos
107	RJ	F	C094/1999	CEFET de Química
108	RJ	F	C151/2001	CEFET/RJ - UNED Nova Iguaçu
109	RJ	E	C288/2000	SECITEC/ Campos
110	RN	F	C131/1998	CEFET RN
111	RN	E	C281/2000	CEP Prof. Anísio Teixeira / Jessé Freire
112	RO	E	C046/2001	CEP Ji-Paraná/ RO
113	RO	F	C127/1998	EAF Colorado do Oeste / RO
114	RR	F	C152/1999	CEFET Roraima / RR
115	RS	C	C012/1999	IOCHPE - FORMARE
116	RS	C	C013/1998	Centro Automotivo de Caxias do Sul / RS
117	RS	C	C016/1999	FUCS-Farroupilha / RS
118	RS	E	C018/2005	SUEPRO/RS - Unidade de Educação Básica de Santa Rosa
119	RS	E	C019/2005	SUEPRO/RS - Bagé
120	RS	E	C037/1998	Monteiro Lobato / RS
121	RS	F	C037/2002	Univ. Fed. Santa Maria RS

122	RS	F	C042/2000	CEFET/Pelotas - UNED Sapucaia do Sul / RS
123	RS	E	C045/2001	CTE Santa Maria / RS
124	RS	E	C080/1999	Parobé / RS
125	RS	F	C124/1998	CEFET Bento Gonçalves - JK
126	RS	F	C124/1999	UFRGS / RS
127	RS	F	C125/1998	EAF São Vicente do Sul / RS
128	RS	F	C132/1998	CEFET Pelotas
129	RS	C	C185/1999	Fund. Universitária de Cardiologia / RS
130	RS	C	C186/1999	Panambi / RS
131	RS	C	C198/1999	FUNDIBITEC - Ibirubá
132	RS	E	C206/2001	Colégio Agrícola Estadual Ângelo Emílio Grando
133	RS	C	C289/2000	FET Liberato Salzano/RS
134	RS	C	C290/2000	Fund. Pão dos Pobres/RS
135	RS	C	C294/2000	SETREM - Três de maio / RS
136	RS	E	C304/2000	ET Guaíba / RS
137	SC	C	C007/1999	SATC-SC
138	SC	C	C017/2000	BOLSHOI - Joinville / SC
139	SC	C	C019/1999	Canto da Ilha / SC
140	SC	C	C020/2005	CEPROF Fraiburgo
141	SC	E	C043/2000	CEP Blumenau
142	SC	E	C043/2001	CEP Tubarão
143	SC	E	C044/2000	CEP Canoinhas / SC
144	SC	F	C046/2002	EAF SOMBRIO
145	SC	F	C130/1998	CEFET Santa Catarina/ SC
146	SC	C	C157/1999	CETEPI/Luzerna/SC-Vale Rio do Peixe
147	SC	C	C184/1999	Centro Politécnico Geraldo Werninghaus
148	SC	C	C197/1999	Centro de Educação e Tecnologia no Transporte
149	SC	E	C213/2001	CEP JOINVILLE
150	SE	F	C126/1998	ETF Sergipe / SE
151	SP	C	C001/1999	CeproSind
152	SP	C	C003/2002	APCD / SP
153	SP	C	C005/1999	Centro de Educação Profissional de Indaiatuba
154	SP	C	C009/1999	SENAI SP - Roberto Simonsen
155	SP	C	C015/2000	Centro Nosso Lar de educação Profissional
156	SP	C	C018/1999	Fundação Escola de Ensino Técnico Profissionalizante de Presidente Prudente
157	SP	C	C022/1999	Centro Educacional Profissional Professor Hélio Augusto de Souza - CEPHAS
158	SP	E	C025/1998	ETE Philadelpho Gouvea
159	SP	E	C026/1998	ETE Martin Luter King
160	SP	E	C027/1998	ETE Jose Martiniano
161	SP	E	C031/1998	ETE Aristoteles Ferreira
162	SP	E	C032/1998	ETE Basilides de Godoy

163	SP	E	C033/1998	ETE Domingos Minicucci
164	SP	C	C033/2002	FUMEC - CEPROCAMP
165	SP	E	C034/2002	ETE Edson Galvão
166	SP	C	C060/1999	Centro de Formação Profissional da Madeira e do Mobiliário de Votuporanga
167	SP	F	C083/1998	CEFET São Paulo
168	SP	C	C088/1999	Centro de Referência para Supermercados - ABRAS
169	SP	F	C090/1999	UNED Cubatão
170	SP	C	C103/2001	Agende Guarulhos - CEFET SP
171	SP	C	C129/2001	CEFACS – Centro de Formação Profissional Fundação Euricydes de Jesus ZERBINI
172	SP	C	C163/1999	CEPROLIN - CEP do Litoral Norte
173	SP	C	C183/1999	Kanaema Educação Profissional Kennedy
174	SP	C	C196/1999	Centro de Educação Profissional de Vinhedo - CEPROVI
175	SP	C	C208/2001	Fund Desenv da Indústria de Panificação e Confeitaria
176	SP	C	C279/2002	IOCHPE - FORMARE
177	SP	F	C287/2000	Instituto Técnico Profissionalizante de Bragança Paulista
178	SP	C	C296/2000	Centro de Educação Profissional Francisco Graziano Filho
179	TO	F	C123/1998	EAF Araguatins / TO

